

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

JULIANE ROBERTA SANTOS MOREIRA

ATIVIDADE CAFEEIRA ENTRE PLANOS DE GOVERNO E INTEMPÉRIES  
CLIMÁTICAS:  
O caso da cafeicultura no Paraná (1960/1975)

PONTA GROSSA  
2018

JULIANE ROBERTA SANTOS MOREIRA

ATIVIDADE CAFEEIRA ENTRE PLANOS DE GOVERNO E INTEMPÉRIES  
CLIMÁTICAS:  
O caso da cafeicultura no Paraná (1960/1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa Discursos e Representações, Sujeitos e Práticas, como requisito para a obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra Izabel de Carvalho.

Co-orientador: Prof. Dr. Christian Brannstrom.

PONTA GROSSA  
2018

M838      Moreira, Juliane Roberta Santos  
Atividade cafeeira entre planos de governo e intempéries  
climáticas: o caso da cafeicultura no Paraná (1960/1975)/ Juliane  
Roberta Santos Moreira. Ponta Grossa, 2018.  
155 f.

Dissertação (Mestrado em História – Área de concentração –  
Cultura e Identidades – Linha de Pesquisa Discursos e Representa-  
ções, Sujeitos e Práticas). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Izabel de Carvalho  
Coorientador: Prof. Dr. Christian Brannstrom

1. Cafeiculutra. 2. Norte do Paraná. 3. Modernização agrí-  
cola. 4. Geada de 1975. I. Carvalho, Alessandra Izabel de. II.  
Brannstrom, Christian. III. Universidade Estadual de Ponta  
Grossa. Mestrado em História. IV. T.

CDD : 981.62



## TERMO DE APROVAÇÃO

**Juliane Roberta Santos Moreira**

**Atividade cafeeira entre planos de governo e intempéries climáticas: o caso da cafeicultura no Paraná (1960-1975)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História - Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 14 de novembro, pela seguinte banca examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ALESSANDRA IZABEL DE CARVALHO (UEPG)  
(Orientadora)

Prof. Dr. JOSÉ AUGUSTO PÁDUA (UFRJ)

Prof. Dr. SANDRO DUTRA E SILVA (UEG/UNIEVANGÉLICA)

Ponta Grossa, 14 de novembro de 2018.

Dedico esta dissertação a todas as mulheres fortes  
que me inspiraram e acompanharam até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Fazer pesquisa é uma atividade impossível de realizar sozinha. Do primeiro contato com o tema até o texto final desta dissertação, contei com o apoio de muitas pessoas, que me auxiliaram com críticas construtivas, boas conversas e sugestões. Sou grata a cada uma delas.

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Josiane. Todas as minhas conquistas serão sempre dedicadas a ela, pois além de estar sempre ao meu lado, é na força dela que me espelho para persistir quando parece que tudo vai desmoronar. Na situação mais delicada que atravessamos nos últimos meses, ela reforçou a lição do que é ser guerreira, trabalhar duro para ser alguém melhor e ter fé. Nenhum agradecimento será suficiente para corresponder à minha gratidão por tê-la como mãe.

Cresci em uma família de mulheres fortes, tão diferentes entre si e cada uma maravilhosa à sua maneira. Vó Iei e tias Jeane, Cristiane e Mirian, obrigada pelo exemplo, pela gana de viver e fazer as coisas serem melhores dia após dia. Com vocês, aprendi muito sobre a vida e continuo aprendendo. Ao meu avô Jorge e aos tios David e Eliel, que vieram complementar a família, e aos primos, obrigada pelo carinho.

Agradeço aos professores do Departamento de História da UEPG, por me ensinarem tanto, principalmente a exercitar o pensamento crítico e a questionar.

À minha orientadora, professora Alessandra Carvalho, pela confiança e pelo incentivo. É impossível registrar em palavras a admiração que sinto pela profissional e mulher, foi uma honra ser sua orientanda. Agradeço pelas correções, críticas, *insights*, por tornar a experiência do mestrado tão rica e terna.

Meu obrigado especial ao professor Robson Laverdi, meu primeiro orientador, que caminhou comigo na iniciação científica e no TCC, com muita exigência, mas muito carinho também. Professor, nunca me esquecerei das vezes em que cantou emocionado um trecho da música “Flor do Cafezal” nas orientações, Isso me fez perceber o significado e a responsabilidade quando falamos sobre o café no norte do Paraná. Agradeço por compartilhar um pouco de suas vivências e essa emoção comigo.

Aos professores José Augusto Pádua e Sandro Dutra, por aceitarem integrar a banca e despertarem meu olhar para algumas questões na qualificação. Ao Diogo

Cabral e Eve Nimmo, pelas sugestões e referências, e ao professor Christian Brannstrom pela coorientação. Sou grata pela possibilidade de participar da III Escola de Pós-Graduação SOLCHA, foi enriquecedor, obrigada a todas e todos que fizeram esse evento acontecer.

À minha irmã que veio de outra família, Tayná Gruber, foram tantas dificuldades, tantos tropeços e inseguranças durante o caminhar, sua companhia foi muito importante para mim, sorrindo, chorando, se desesperando, ou “jogando umas verdades na cara” com muito carinho. Obrigada!

Aos colegas de mestrado, foi maravilhoso compartilhar esse momento da vida com vocês, levarei muitos no meu coração, em especial ao amigo Thiago Souza. À Ruth, responsável pela biblioteca do Museu Histórico Padre Carlos Weiss, em Londrina, agradeço pela solicitude e disposição.

Agradeço aos amigos queridos e próximos, apesar da distância geográfica, mas que estão sempre presentes em minha vida: a Bianca Vogler, que admiro e de quem sinto muito orgulho; a Bruna Alves Lopes, obrigada pela preocupação constante, pelos “memes”, por tornar situações estranhas em engraçadas; ao Thiago Bohatch, sempre solícito. A Leonardo Gardenal, e a Alvício, querido, por ter nos apresentado. Também a José Modesto, colega que me falou pela primeira vez sobre a geada negra de 1975. À Lucas Mores, que inegavelmente contribuiu para o processo. Minha sincera gratidão a Danilo Bannach, que tanto me auxiliou e acreditou nessa pesquisa. Agradeço, ainda, a Célia e Francisco Bannach, e à família Rocha.

Em suma, agradeço a todos que enriqueceram tanto a pesquisa em si, como toda experiência da pós-graduação. Àqueles que me incentivaram, apoiaram e desejaram coisas boas, obrigada!

## RESUMO

No Brasil, o ímpeto de ampliar e diversificar os segmentos do parque industrial suscitou a proteção e o estímulo ao seu principal produto de exportação durante o século XX. Assim, ao longo do tempo, se mostraram diferentes operações valorizadoras do preço do café no mercado internacional. Durante a década de 1960, o governo do Paraná, maior produtor nacional do grão, demonstrava a mesma preocupação: fortalecer a indústria para que através dela o estado obtivesse a diversificação das rendas obtidas principalmente do setor agrícola, em grande parte pelo café. Junto ao fomento industrial, se incentivava a diversificação da agricultura a fim de reduzir a dependência da cafeicultura. Esse movimento ganhou força em época de superprodução de café, no começo da década, com os programas de erradicação, que obtiveram sucesso diminuindo a oferta de café brasileiro ao equipará-lo à demanda interna e internacional, o que suscitou uma necessidade de incentivar novamente o plantio, só que dessa vez não pautado no expansionismo e sim em bases racionais, acompanhando a tendência da modernização agrícola. Em 1975, contudo, a geada ocorrida em 18 de julho configurou uma nova situação para a cafeicultura nacional. No Paraná, esse fenômeno congelou uma grande porcentagem do parque cafeeiro do estado, diminuindo drasticamente a safra seguinte. Após a ocorrência dessa geada, a cafeicultura paranaense não recuperou os altos índices de produção atingidos na década anterior e apresentou redução da ocupação do solo com cafeeiros. Nossa pesquisa busca demonstrar como se operou o processo de retração da cafeicultura do Paraná, considerando os fatores políticos, econômicos e ecológicos, bem como demonstrar que, apesar da relevância da geada de 18 de julho para o parque cafeeiro, que se tornou um marco na história do norte paranaense, esse acontecimento não atuou como causalidade única no processo em andamento.

**Palavras-chave:** Cafeicultura. Norte do Paraná. Modernização agrícola. Geada de 1975.

## ABSTRACT

In Brazil, the impetus to expand and diversify industrial activities gave rise to the protection and stimulation of its main export products throughout the 20th century. Thus, over the years, different coffee price adjustments occurred in response to the international market. During the 1960s, the government of Paraná, the largest coffee producer in the country, showed a similar concern with strengthening industry, thus diversifying income generation mainly through the agricultural sector, and particularly for coffee. In addition to industrial development, the diversification of agriculture was encouraged to reduce dependence on coffee. This movement gained momentum during a time of coffee overproduction, at the beginning of the 1960s, in which eradication programs succeeded in reducing the supply of Brazilian coffee that met domestic and international demand. This provoked a need to renew plantation efforts, but rather than being based on expansionism, it focused on rational development, following the trend of agricultural modernization. However, in 1975 a strong frost occurred on July 18 that created a new situation for national coffee production. In Paraná, this phenomenon damaged a large percentage of the state's coffee plantations, drastically reducing the next year's harvest. After this frost, coffee production in Paraná did not return to the high levels of production reached in the previous decade, resulting in a reduction in land use based on coffee. Our research aims to demonstrate the retraction process of Paraná's coffee cultivation, considering the political, economic, and ecological factors. We also demonstrate that, despite the relevance of the frost on July 18 for coffee production, which has become defining moment in the history of Northern Paraná, this event was only one of many determining factors in an ongoing process of modernization.

**Keywords:** Coffee cultivation. North of Paraná. Agricultural modernization. Frost of 1975.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| MAPA 1 – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ.....                                                   | 14  |
| GRÁFICO 1 – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ<br>(ANOS AGRÍCOLAS DE 1954/55 A 1967/68)..... | 52  |
| MAPA 2 – REGIÃO CAFEEIRA DO PARANÁ (1960/1970).....                                                | 54  |
| MAPA 3 – ÁREA TOTAL DA CTNP/CMNP COM TRAÇADO DA<br>FERROVIA.....                                   | 99  |
| MAPA 4 – PRODUÇÃO DE CAFÉ NO PARANÁ EM 1975.....                                                   | 102 |
| MAPA 5 – PRODUÇÃO DE CAFÉ NO PARANÁ EM 1976.....                                                   | 102 |
| FIGURA 1 – TRABALHADOR VOLANTE.....                                                                | 120 |
| FIGURA 2 – CAFEICULTOR OBSERVA CAFEEIROS QUEIMADOS<br>APÓS A GEADA.....                            | 126 |
| FIGURA 3 – PODA DE CAFEEIROS QUEIMADOS APÓS A GEADA.....                                           | 134 |
| FIGURA 4 – TRANSEUNTES EM CARREADOR DE CAFÉ.....                                                   | 139 |

## LISTA DE TABELAS

|             |                                                                                                                                                          |     |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 1 –  | INDICADORES DE MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA.....                                                                                      | 34  |
| TABELA 2 –  | ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS NO BRASIL (EM MIL PÉS)                                                                                                          | 49  |
| TABELA 3 –  | SITUAÇÃO ESTATÍSTICA DO CAFÉ NO BRASIL (EM MILHÕES DE SACAS DE 60,5 KG).....                                                                             | 51  |
| TABELA 4 –  | ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS NO PARANÁ NA PRIMEIRA FASE DO PROGRAMA DO GERCA (JUNHO DE 1962 – FINAL DE 1965) (NÚMEROS DE CAFEEIROS ERRADICADOS EM 1000)..... | 56  |
| TABELA 5 –  | ERRADICAÇÃO NO NORTE NOVO E NOVÍSSIMO DO PARANÁ (1966/1967).....                                                                                         | 59  |
| TABELA 6 –  | REDUÇÃO DOS ESTOQUES ACUMULADOS FACE ÀS ESTIMATIVAS DAS PRODUÇÕES FUTURAS (EM MILHÕES DE SACAS).....                                                     | 64  |
| TABELA 7 –  | METAS SETORIAIS DO I PND PARA 1974: AGRICULTURA E ABATECIMENTO.....                                                                                      | 70  |
| TABELA 8 –  | INDICADORES ECONÔMICOS PARA 1979.....                                                                                                                    | 80  |
| TABELA 9 –  | USO DO TERRITÓRIO SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NO PARANÁ – 1975.....                                                                                 | 86  |
| TABELA 10 – | ÁREA COLHIDA DE SOJA E TRIGO NO NORTE CENTRAL, NORTE PIONEIRO E NOROESTE DO PARANÁ (EM HECTARES).....                                                    | 118 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |                                                                   |
|----------------|-------------------------------------------------------------------|
| ARENA          | Aliança Renovadora Nacional                                       |
| BADEP          | Banco de Desenvolvimento do Paraná                                |
| BNDE           | Banco Nacional de Desenvolvimento                                 |
| BNH            | Banco Nacional de Habitação                                       |
| CAFÉ DO PARANÁ | Companhia Agropecuária de Fomento Econômico                       |
| CEPAL          | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe               |
| CMNP           | Companhia Melhoramentos Norte do Paraná                           |
| CNC            | Conselho Nacional do Café                                         |
| CODEPAR        | Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná                  |
| COPEL          | Companhia Paranaense de Energia Elétrica                          |
| CREAI          | Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A. |
| CTNP           | Companhia de Terras Norte do Paraná                               |
| DNC            | Departamento Nacional do Café                                     |
| DNPEA          | Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária                    |
| EMBRAPA        | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                       |
| ETR            | Estatuto do Trabalhador Rural                                     |
| FDE            | Fundo de Desenvolvimento Econômico                                |
| FIEP           | Federação das Indústrias do Estado do Paraná                      |
| GERCA          | Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura                 |
| GPP            | Grupo Paulo Pimentel                                              |
| IAPs           | Institutos de Aposentadorias e Pensões                            |
| IAPAR          | Instituto Agrônômico do Paraná                                    |
| IBC            | Instituto Brasileiro do Café                                      |
| IBGE           | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                   |
| IPARDES        | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social        |
| IVC            | Imposto sobre Vendas, Consignações e Transações                   |
| JK             | Juscelino Kubitschek                                              |
| MBAG           | Plano Metas e Bases Para a Ação do Governo                        |
| PBDCT          | Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico          |
| PCB            | Partido Comunista Brasileiro                                      |
| PDC            | Partido Democrático Cristão                                       |

|          |                                                                                            |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| PIB      | Produto Interno Bruto                                                                      |
| PLADEP   | Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná                    |
| PND      | Plano Nacional de Desenvolvimento                                                          |
| PROAGRO  | Programa de Garantia da Atividade Agropecuária                                             |
| PROTERRA | Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste |
| PSD      | Partido Social Democrata                                                                   |
| PTB      | Partido Trabalhista Brasileiro                                                             |
| RFA      | República Federal da Alemanha                                                              |
| SERAC    | Serviço Regional de Assistência à Cafeicultura                                             |
| SNCR     | Sistema Nacional de Crédito Rural                                                          |
| USP      | Universidade de São Paulo                                                                  |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                         |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                                                                  | <b>13</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO POLÍTICO E OPERAÇÕES<br/>VALORIZADORAS: PROTEGER O SETOR AGRÍCOLA PARA FOMENTAR<br/>O INDUSTRIAL.....</b>                                                    | <b>22</b>  |
| 1.1 ENCAMINHAMENTOS DA POLÍTICA CAFEEIRA E A FUNÇÃO<br>ESPERADA DA AGRICULTURA PARA A EXPANSÃO INDUSTRIAL NO<br>BRASIL.....                                                             | 29         |
| 1.2 A UNIÃO DAS LINHAS DIRETIVAS DO PLANEJAMENTO<br>ESTADUAL E FEDERAL NO NOVO REGIME.....                                                                                              | 42         |
| <b>CAPÍTULO 2 – MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA: A RACIONALIZAÇÃO<br/>DA LAVOURA CAFEEIRA ATRAVÉS DA ERRADICAÇÃO E REPLANTIO<br/>EM MOLDES NÃO TRADICIONAIS.....</b>                          | <b>47</b>  |
| 2.1 O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO NO PARANÁ E O USO DO<br>SOLO DURANTE OS ANOS 1960.....                                                                                                    | 53         |
| 2.2 I E II PND: ESBOÇANDO O PERFIL DA AMPLA MODERNIZAÇÃO<br>NACIONAL.....                                                                                                               | 66         |
| 2.3 OS VENTOS DA MODERNIZAÇÃO SOBRE AS LAVOURAS DO<br>PARANÁ.....                                                                                                                       | 82         |
| <b>CAPÍTULO 3 – O DESFECHO DE UMA EPOPEIA: A GEADA DE 18 DE<br/>JULHO DE 1975 ENQUANTO FENÔMENO METEOROLÓGICO E MARCO<br/>SIMBÓLICO PARA A MODIFICAÇÃO DA CAFEICULTURA PARANAENSE..</b> | <b>91</b>  |
| 3.1 A CAFEICULTURA PARANAENSE ENTRE O POLÍTICO E O<br>METEOROLÓGICO.....                                                                                                                | 92         |
| 3.2 AS MODULAÇÕES SOBRE A GEADA DE 1975 NOS JORNAIS<br><b>FOLHA DE LONDRINA E PANORAMA</b> .....                                                                                        | 106        |
| 3.3 “SINTO AINDA NOS MEUS OSSOS O FRIO DE 18 DE JULHO”.....                                                                                                                             | 128        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                                                                        | <b>141</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                                                                                                                  | <b>146</b> |
| <b>FONTES.....</b>                                                                                                                                                                      | <b>152</b> |

## INTRODUÇÃO

Em 2010, a produção de café no Brasil atingiu a marca de 2.906.180 toneladas, compreendendo a colheita de 18 estados. Cultivado em grande parte do país, os 6 estados produtores com maior expressividade na produção do grão são Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rondônia e, finalmente, o Paraná, com uma produção de 139.054 toneladas.<sup>1</sup>

Os dados de 2010 referentes à produção paranaense de café destoam dos índices atingidos no auge da cafeicultura no estado ao longo da década de 1960, quando chegou a 2.555.155 toneladas no ano de 1962. Sua produção manteve-se em milhões de toneladas até 1975, exceto em anos em que havia a ocorrência de severas geadas.

Consolidada na década de 1930 no norte do Paraná, a atividade cafeeira com vistas à exportação – ainda que contasse com precárias condições de infraestrutura para o escoamento do produto – apresentou um grande crescimento nas décadas seguintes, chegando a constar, em 1970, em 192 municípios nos quais era desenvolvida.

Essa região do estado, situada no segundo e, em sua maior parte, no terceiro planaltos paranaenses, compreende a área delimitada a leste pelo rio Itararé, a oeste pelo rio Paraná, e tem como fronteira com o estado de São Paulo a norte o rio Paranapanema. A fronteira sul dessa região demorou a ganhar contornos mais precisos.

Considerando que a lavoura cafeeira nos anos de 1950 atuava como marco de terras, Müller aponta que utilizar esse artifício para estabelecer a divisão com o sul do estado nesse período esbarrava no “[...] grave inconveniente de que as fronteiras do café não estão definitivamente estabelecidas, uma vez que sua marcha, à procura de terras virgens, está ainda em pleno desenvolvimento”.<sup>2</sup> Tal marcha, em um primeiro momento, se justificou pela fertilidade dos solos de sedimento basáltico, conhecido como terra roxa, encontrados nessa região, porém

---

<sup>1</sup> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>2</sup> MÜLLER, N. L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/10658/9346>>. Acesso em: 03 out. 2018. p. 89.

com os períodos de altas nos preços do produto, os cafezais foram expandidos para terras arenosas, como as de arenito Caiuá, na porção noroeste.

Atualmente, essa porção territorial está dividida em três mesorregiões, que de leste em direção ao oeste estão denominadas como: Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste. Assim, a delimitação da região Norte ao sul, segundo o IBGE, corresponde aos municípios limites de cada mesorregião.<sup>3</sup>

MAPA 1 – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ



Fonte: IBGE. **Estado do Paraná: Mesorregiões Geográficas**. In: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/mesorregioes\\_geograficas\\_base\\_2010.jpg](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.jpg)>. Acesso em: 26 set. 2018b.

Ao longo da primeira metade do século XX, a formação vegetal da Floresta Estacional Semidecidual, com subtipos Montana, Submontana e de Aluvião, característicos da região que contava ainda com pequenas áreas de Cerrado, foi

<sup>3</sup> IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos municípios segundo as regiões geográficas do Paraná – 2012**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/relacao\\_mun\\_regiao\\_geografica\\_parana.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2018.

sendo progressivamente derrubada e substituída pelas lavouras de café, grande impulsionadora da reocupação desse espaço. Além das frondosas espécies encontradas nesse tipo de floresta, ocupantes indígenas e caboclos também foram forçados a se retirar para dar lugar à colonização das regiões ao norte do Paraná, que, segundo Nadir Aparecida Cancian, atingiu seu período mais dinâmico entre 1945 e 1970.<sup>4</sup>

Apesar disso, ao longo da década de 1960, alterações em diferentes âmbitos se processaram no Brasil, dentre elas a base estrutural da agricultura que, sendo a financiadora dos projetos nacionais, deveria se mostrar produtiva e diversificada. Assim, o modelo agrícola adotado nessa região passaria por uma reconfiguração incentivada por diferentes grupos e agentes sociais.

Foram sucessivas as medidas valorizadoras empreendidas pelo governo federal para controlar a produção e a comercialização de café, a fim de proteger o preço do principal produto de exportação do país. Mas foi durante o governo militar instituído após o golpe de 1964 – descrito por Pádua como “[...] dominado por uma obsessão geopolítica com o desenvolvimentismo acelerado.”<sup>5</sup> – que defendeu-se a modernização de diferentes campos estendidos à cafeicultura, como a modificação das bases de cultivo, e à agricultura, com a diversificação das lavouras e o uso de insumos químicos e mecanização.

Essa modernização da agricultura estruturada de forma conservadora deu nome a um “[...] conjunto de mudanças que reconfigurou as formas de produção agrícola e pecuária, de organização do espaço agrário, de trabalho, de sociabilidade humana, de alimentação e de utilização dos bens ambientais”.<sup>6</sup>

Os incentivos à modernização das lavouras pautadas na utilização de produtos industrializados e das máquinas agrícolas atendiam a um triplo interesse dos planos econômicos estabelecidos pelo regime: aumentar a produção de alguns gêneros que serviam à agroindústria; diversificar a oferta de bens agrícolas para a

---

<sup>4</sup> CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

<sup>5</sup> PÁDUA, J. A. Natureza e território na construção do Brasil. In: LEAL, C.; PÁDUA, J. A.; SOLURI, J. (Orgs.). **Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe**. RCC Perspectives, 2013. (n. 7). p. 33-39. Disponível em: <[http://www.environmentandsociety.org/sites/default/files/2013\\_i7\\_port\\_web.pdf](http://www.environmentandsociety.org/sites/default/files/2013_i7_port_web.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 36.

<sup>6</sup> GERHARDT, M. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 1, p. 166-180, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/6264/3769>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 167.

exportação; bem como ampliar o mercado para os produtos advindos das indústrias voltadas à agricultura.

Nesse ínterim, apesar de a proteção à cafeicultura continuar sendo realizada, afinal o café ainda constava como o principal fornecedor de divisas ao Estado, foram postas em curso mudanças à sua forma de cultivo, com a racionalização das lavouras. Em concomitância, foram incentivadas, através de crédito rural ofertado sobretudo pelo Banco do Brasil e por agências estaduais, as culturas anuais e outras, como forma de mobilizar cafeicultores para a alternância dos cultivos.

Esse movimento ganhou expressividade com a superprodução de café no início da década e atingiu seu auge em meados dos anos 60, quando foram acentuadas as ações dos programas de erradicação. No entanto, com o efeito dessas ações e da intensa geada de 1969 na baixa da oferta de café, seu cultivo voltou a se mostrar atraente aos plantadores, ao passo que também continuavam os incentivos ao cultivo de oleaginosas e de alimentos para abastecimento.

Contudo, se havia o favorecimento ao plantio, como o tipo de solo encontrado na região norte do estado que atraía a atenção dos cafeicultores, o clima apresentava elementos dificultadores para o cultivo tropical nessa área. A severa geada de 18 de julho 1975 foi um desses fatores meteorológicos que abateu os cafezais na trajetória da cafeicultura no Paraná. Sua repercussão foi intensa no estado e seus resultados afetaram o balanço da economia nacional naquele momento. Após esse ano, a cafeicultura paranaense não voltou a apresentar produção em milhões de toneladas, sendo a safra imediatamente posterior à geada de apenas 461 toneladas.

Ainda hoje, essa geada permanece uma constante no senso comum dos paranaenses que, em algum momento, entraram em contato com a história do seu impacto para os cafeeiros. Para muitas pessoas, o evento da geada negra no inverno de 1975 continua a ser a causa da grande retração do uso do solo com cafeeiros no Paraná.

Com base nos discursos do senso comum, empreende-se uma tentativa de compreender como um fenômeno climático desencadeou tantas mudanças em uma prática agrícola solidificada no estado. Ao trabalhar com as fontes, realizar as leituras teóricas e muitas conversas com os pares, o entendimento de que essa geada impulsionou tais mudanças na estrutura agrícola e fundiária no norte do

estado não deixou de compor nossa reflexão, mas somaram-se à ela os esforços do Estado na modernização agropecuária, na promoção de uma agricultura diversificada e atrelada à indústria.

Assim, embora o efeito dessa geada não possa ser desconsiderado na análise, quando percebemos a oscilação da produção cafeeira e da expansão ou retração de cafezais ao longo do tempo no Brasil, parece-nos ingenuidade depositar nela toda a motivação que levou ao processo de retração da cafeicultura paranaense, sobretudo em área, pois nos anos subsequentes a produção de café voltou a demonstrar números expressivos. Assim, concordamos com Worster, quando afirma que “[...] o historiador não pode rigidamente aderir a priori a qualquer teoria única da causalidade, mas deve estar aberto ao contexto e ao tempo”.<sup>7</sup>

A geada de 1975 foi utilizada para a construção de uma discursividade em torno da dependência econômica do café, como se, ao enfatizar sua ação destrutiva e a impossibilidade do governo em promover ações que impedissem a ocorrência de um fenômeno natural, fosse demonstrada na prática a ineficiência de insistir no seu cultivo em larga escala. Outros cultivos eram aconselhados e incentivados com subsídios pelos governos estadual e federal, pois, ainda que também fossem devastados pelas geadas, a recuperação era mais rápida do que a dos cafezais.

A análise realizada por Rodrigues e Pelegrini aborda os efeitos socioculturais provocados após o congelamento dos cafeeiros pela geada no município de Ivatuba, ressaltando como consequências da mesma a intensificação do êxodo rural, a substituição de parte das lavouras de café por outros gêneros agrícolas e a mecanização do campo. Para esses autores, “[...] a sua relevância é tão grande, que ela pode ser considerada como um daqueles momentos em que um único fato é capaz de desencadear mudanças históricas”.<sup>8</sup>

Colocando o contexto estadual de lado, Dezordi aponta que a geada de 1975 “[...] decretou o fim do cultivo de café em muitas cidades do Estado do

---

<sup>7</sup> WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 23-44, ago./dez. 2002. v. 6, n. 1, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 27.

<sup>8</sup> RODRIGUES, J. P. P.; PELEGRINI, S. C. A. Memória e História: os dissabores da geada negra em Ivatuba-PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA: PATRIMÔNIOS E ACERVOS, 2., 2012, Maringá/PR. **Anais...** Maringá/PR: Museu da Bacia do Paraná, 2012. (v. 2). p. 1-9. p. 4.

Paraná.”<sup>9</sup>, enquanto Miranda e Ragusa demonstram que a ferrugem (*Hemileia vastatrix*), a broca do café (*Hyphotenemus hampei*) e os baixos preços desestimularam os agricultores a continuar na atividade.<sup>10</sup> A lavoura cafeeira de São Pedro do Ivaí, município paranaense abordado no estudo das autoras, não teria resistido por muito tempo após a geada de 1975, quando os agricultores sentiram sua inviabilidade. São desconsiderados os movimentos de modernização da agricultura e o cenário em que esses processos estavam inseridos.

Em **A Epopeia do Café no Paraná**, Pozzobon versa sobre a retração e adequação tecnológica vivenciada pelas lavouras cafeeiras no estado entre o período de 1975 a 2000. Pozzobon, que na ocasião da geada trabalhava como engenheiro agrônomo do Instituto Brasileiro do Café (IBC), a considerou como um evento de divisão entre a “[...] velha e a nova cafeicultura implantada através de um novo modelo tecnológico”.<sup>11</sup> Todavia, com relação ao declínio quantitativo da produção cafeeira, apontou a influência de outros agentes, como a escalada inflacionária, a ferrugem do café, a legislação trabalhista no campo, a concorrência com os salários da indústria e a expansão da soja.

Em estudos mais recentes, essa atribuição à geada de 1975 para o decréscimo da cafeicultura no Paraná tem sido questionada a partir da demonstração das ações para a erradicação e a racionalização técnica das lavouras. Mores situa a ocorrência desse fenômeno climático dentro da conjuntura vivenciada pelo café na década anterior e na situação contemporânea à geada, ressaltando a carga dramática que atribuída a causa às “[...] vontades da natureza, sem questionar a frágil base biológica que se encontra a cafeicultura da região”.<sup>12</sup>

Oliveira aponta que, apesar da cafeicultura ter diminuído na década de 1960 pelo incentivo governamental, no periódico estudado por ela, na **Folha de Londrina**,

---

<sup>9</sup> DEZORDI, M. A “geada negra” de 1975 no distrito de Agro Cafeeira, Matelândia: História e Memória. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 7., 2013, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...** Foz do Iguaçu/PR: UNILA, 2013. Disponível em: <[http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1376540760\\_ARQUIVO\\_TRABALHOCO\\_MPLETOEVENTOHISTORIAORAL.pdf](http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1376540760_ARQUIVO_TRABALHOCO_MPLETOEVENTOHISTORIAORAL.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>10</sup> MIRANDA, E. A.; RAGUSA, H. Os efeitos da geada negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí-Paraná. **Ateliê de História UEPG**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 67-75, 2014. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/7108/4556>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>11</sup> POZZOBON, I. **A Epopeia do Café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006. p. 150.

<sup>12</sup> MORES, L. **História ambiental do agroecossistema do café (*Coffea arabica*) no norte do Paraná (1945-1975)**. 2017, 321f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/132122233.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 299.

a “[...] geada de 1975 foi narrada como responsável pelo fim da cafeicultura, além da transformação da agricultura no Estado”.<sup>13</sup> A autora ainda enfatiza que os benefícios do governo eram concedidos às demais culturas agrícolas e retraídos para o café.

Assim, pensando no contexto político e econômico do período a que se atém a presente pesquisa e nas condições ecológicas do norte do Paraná, temos o objetivo de apreender como foram desenvolvidas as mudanças que acarretaram na retração em área do cultivo cafeeiro no estado, bem como apurar quais as permanências marcadas nesse processo.

Para isso, dividimos a presente dissertação em três capítulos. No primeiro, demonstramos o contexto político em que se delineou o Projeto de Desenvolvimento Paranaense no governo de Ney Braga, vigente até meados da década de 1960, que ecoou para além do tempo de sua gestão. O Projeto visava a modernização da economia do Paraná, a implantação de um sólido e diversificado parque industrial e a ampliação da variedade de produtos agrícolas ofertados pelo estado tanto para abastecimento interno quanto para exportação, de modo a superar a dependência da atividade cafeeira. Ainda, considerando a relevância das divisas proporcionadas pelo café, uma série de operações valorizadoras foi encaminhada para a proteção do preço do produto a nível nacional. Assim, buscamos demonstrar nesse capítulo os esforços mobilizados para esse intento durante a trajetória de seu cultivo e compreender qual era o papel que a cafeicultura cumpria para a economia nacional em tempos de modernização.

No segundo capítulo, nos concentramos nos programas de erradicação executados pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), seus pressupostos e efeitos no Paraná, bem como no projeto de diversificação da agricultura no estado. Com o programa de erradicação somado aos danos que a geada de 1969 provocou nos cafeeiros, e a consequente diminuição da produção estimada para os próximos anos, fortaleceu-se a necessidade de cultivar novos cafeeiros, porém em moldes modernos. A modernização deu o tom não só para esse cultivo, mas para a agricultura como um todo e suas atividades correlatas, como previam os **I e II Plano de Desenvolvimento Nacional** formulados para vigorar durante toda a década de 1970. Nesse momento, nos dedicamos a analisar

---

<sup>13</sup> OLIVEIRA, C. S. **A “geada negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória.** 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. p. 123.

esses documentos a fim de compreender quais as metas atribuídas para a agricultura nacional e como isso afetava o encaminhamento das políticas públicas para esse setor no Paraná.

No terceiro capítulo, nos concentramos na geada de 18 de julho de 1975 e sua repercussão na mídia do norte paranaense. A intenção não é problematizar a fundo seus efeitos socioeconômicos, mas compreender como ela começou a ser construída como emblema da fragilidade da cafeicultura do estado pelos jornais que circulavam na região em que a atividade era desenvolvida. Para isso, analisaremos os periódicos **Panorama** e **Folha de Londrina**.

Buscamos expor como a geada negra continua sendo revisitada atualmente, recorrendo à série de reportagens publicadas pela **Gazeta do Povo** em 2015, quando completaram-se quarenta anos da ocorrência da intempérie. Cotejando as edições dos três periódicos, pretendemos perceber as modulações do discurso sobre o evento, quais pontos continuaram a ser apresentados e como as pessoas que vivenciaram esse processo de formas distintas o relatam.

Apesar de nossa fonte possuir limitações, optamos por não deixar de lado a experiência vivida dessas pessoas, pois, como aponta Michel Maffesoli, “[...] ater-se à vivência é enriquecer o saber [...]”.<sup>14</sup>, enriquecimento esse que se mostra nos vestígios de como os habitantes dessa região sentiram de modo sinestésico, tanto a ludicidade do gelo, o frio e a tragédia das lavouras congeladas.

Para compreender o porquê de o “fim da cafeicultura” estar tão arraigado à geada de 1975 no senso comum, partimos de duas hipóteses complementares: a primeira corresponde ao fato de as experiências sensoriais com o frio desse inverno atípico na região terem servido como um gatilho para a formação da memória sobre o ocorrido; a segunda, dependente da anterior, propõe que, no “jogo de escalas”, as pessoas sentem de forma mais imediata um evento como o da geada, que em menos de um dia tornou quase a totalidade do parque cafeeiro improdutivo, em contraposição aos demais elementos do grande processo que culminou na retração dos cafezais.

Ou seja, compreendemos que sentir o frio, pisar sobre o gelo no chão e ouvi-lo quebrar, ver os cafeeiros escurecidos e a água congelada na torneira, são

---

<sup>14</sup> MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Tradução de Albert C. M. Alstuckenbruck. 3. ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1998. p. 272.

manifestações concretas, próximas, imediatas, divergindo dos arranjos abstratos da atmosfera político-econômica que vieram a se materializar paulatinamente nos últimos anos da década de 1970 e 1980 no Paraná, na forma de maquinários, agroindústria e remodelação da estrutura agrícola e agrária da região.

Em síntese, temos a intenção de demonstrar como se operou o processo de retração da cafeicultura no Paraná, considerando os fatores políticos, econômicos e ecológicos que culminaram em uma cafeicultura restrita a poucas áreas do estado e em moldes racionalizados, com a seleção das mudas, cultivo adensado, entre tantas outras alterações do modo tradicional de cultivo. Ainda, objetivamos demonstrar que, apesar do peso que teve para o parque cafeeiro e o marco que se tornou história do norte paranaense, a geada de 18 de julho não atuou como causalidade única no processo em andamento, requerida desde o início de 1960.

## CAPÍTULO 1

### O CONTEXTO POLÍTICO E OPERAÇÕES VALORIZADORAS: PROTEGER O SETOR AGRÍCOLA PARA FOMENTAR O INDUSTRIAL

No início da década de 1960, o Paraná apresentava um incipiente parque industrial, voltado sobretudo ao beneficiamento de produtos agrícolas como o café e à indústria da madeira. Apesar dos altos índices de produção cafeeira alcançados na década anterior, as inversões do ramo para o setor industrial eram frágeis. Segundo estudo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), uma das dificuldades no impulso da indústria local era a parca rede de comunicação entre o norte e o sul do estado, ressaltando que a ligação rodoviária entre a faixa norte e Curitiba se concretizou apenas na década de 1960.<sup>15</sup>

Isso contribuiu para que os investimentos do capital adquiridos através da comercialização do café fossem encaminhados para São Paulo, que sediava o sistema bancário e comercial ao qual estavam relacionadas as rendas do café produzido no Paraná. Ou seja, o excedente de capital que não fosse reinvestido nas próprias lavouras acabava por incrementar a economia de onde se operavam suas transações comerciais.

Essa questão se mostrou um grande empecilho ao desenvolvimento da indústria paranaense na visão dos planejadores do estado e de Ney Braga, candidato ao governo estadual pelo Partido Democrático Cristão (PDC) no pleito eleitoral de 1960. Eleito governador, Braga anunciava, em maio de 1961, em sua prestação de contas dirigida à Assembleia Legislativa do Paraná, que o estado não retinha recursos próprios suficientes para promover seu desenvolvimento econômico e social de maneira autônoma e, para tanto, reivindicava o suporte financeiro do governo federal.<sup>16</sup>

Nessa mensagem, Braga assentia que os dados econômicos sobre a renda paranaense, promissores ao apontar 5,7% da renda nacional – o quinto lugar entre as unidades federativas –, eram falaciosos, pois neles se desconsiderava a direção a que a renda era destinada. Braga protesta que

---

<sup>15</sup> IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: economia e sociedade**. 2. ed. Curitiba: 2006.

<sup>16</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1961. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1961\\_Governo\\_MFN\\_1663.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

[...] a maior parte do fluxo de renda gerada pelo setor dinâmico paranaense (a cafeicultura) concentra-se em poucas mãos. Como a maioria do capital empregado nesse setor provém de outras regiões do país, sua remuneração é retirada da economia regional. Por outro lado, devido a própria estrutura da economia, esse setor destina seus investimentos ou à sua própria expansão, ou a outras regiões do país.<sup>17</sup>

Assim, Braga delineava a posição do Paraná como fornecedor de capitais para outras regiões industrializadas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. As divisas advindas da exportação do café produzido no Paraná eram investidas na importação de bens de capital para essas regiões, das quais o estado passava a consumir produtos industrializados. Contudo, esse posicionamento do governador tinha um interesse pontual.

A gestão de Ney Braga (1961-1965) esteve concentrada no objetivo de promover a industrialização paranaense, mas, como se demonstrou, havia dificuldades na atração de capital e de investidores para o estado naquele momento. Não somente porque as divisas do café acabavam por ser investidas, em grande parte, em outros estados da União, mas porque a infraestrutura que o Paraná oferecia ainda era deficitária.

Nos primeiros anos de 1960, a energia elétrica ofertada pelo estado, as redes de comunicação rodoviária e o armazenamento da produção agrícola eram insuficientes para os ambiciosos planos de dinamização econômica previstos pelo novo governo. As estradas de rodagem eram insuficientes mesmo para promover o escoamento da produção cafeeira pelo Paraná, visto que a ligação entre a região norte e o Porto de Paranaguá foi concretizada apenas no final dessa década.

Com o pensamento em alavancar a economia paranaense pautada na indústria, a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná (PLADEP), já em 1958, elaborou um documento para a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), a ser apresentado na Conferência Internacional de Investimentos que ocorreria em Belo Horizonte no mesmo ano. Esse documento afirmava que o “progresso” paranaense não poderia basear-se na

---

<sup>17</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga.** Curitiba, 1961. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1961\\_Governo\\_MFN\\_1663.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. V.

produção primária e sofrer com as flutuações de preços dos produtos agrícolas, cujas consequências eram maiores para o estado do que para a nação.<sup>18</sup>

Nesse documento, assim como no Estudo nº 23, diagnóstico da situação econômica e social do Paraná, publicado pela PLADEP em 1959, as considerações apontavam que a demanda emergencial era a construção de infraestrutura necessária à indústria, com foco nos setores de energia elétrica e transportes.<sup>19</sup> Defendia-se, portanto, que o processo de industrialização deveria ser encaminhado pelo Estado.

Os pressupostos demonstrados nos estudos da PLADEP, que viriam então a se tornar as linhas diretivas do projeto de desenvolvimento paranaense na primeira metade da década de 1960, de acordo com Gomes, tinham fundamentos no pensamento cepalino, na medida que compreendiam a economia do estado como periférica quando comparada aos centros mais dinâmicos do país, principalmente São Paulo.<sup>20</sup> Isso se explica pela formação dos técnicos da PLADEP, que faziam cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), tanto no Rio de Janeiro quanto no Chile.

Durante o governo de Braga, esses técnicos tiveram proeminência no planejamento estatal para a economia, considerando que foi um período de abertura de agências de desenvolvimento com forte traço tecnocrático, em que, apesar do perfil político tradicional do governador, era requerido do corpo técnico responsável planejamentos e o gerenciamento da administração pública.<sup>21</sup> Assim, o projeto de desenvolvimento norteador do governo teve base na ideologia nacional-desenvolvimentista que, longe de ser uma diretriz inovadora no período, tinha dado o tom das políticas econômicas encaminhadas pelo governo federal, sobretudo na década anterior, sob a gestão de Juscelino Kubitschek.

O projeto econômico desenvolvimentista, segundo Bielshowsky, pressupõe que a industrialização deve ser movida pelo Estado e não pelas forças do mercado,

---

<sup>18</sup> FIEP, 1958, p. 4 apud MAGALHÃES FILHO, F. B. B. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Curitiba: IPARDES, 2006.

<sup>19</sup> GOMES, C. A. F. **Planejamento e Industrialização em regiões periféricas**: as ideias da CEPAL no *Projeto Paranaense de Desenvolvimento*. 2010, 231f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1176.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>20</sup> Ibid.

<sup>21</sup> KUNHAVALIK, J. P. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004. p. 231-411.

sendo o planejamento fundamental para a definição das estratégias de expansão dos setores econômicos e na captação de recursos financeiros e investimentos nos ramos em que a iniciativa privada é insuficiente.<sup>22</sup> A intervenção do Estado é essencial para a dinamização da economia sob a ideologia do nacional-desenvolvimento.

Com foco no diagnóstico da situação econômica do estado, planejamento, organização e gestão financeira das empresas de economia mista, em janeiro de 1962 é criada a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), sob a Lei Estadual 4.529, que também regulamentou a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE).

No cenário de profundo interesse de expansão industrial no Paraná, a CODEPAR foi muito bem-vinda, angariando apoio de políticos da situação e da oposição, assim como de diferentes setores da população. De acordo com Augusto,

[...] na criação da companhia, conjugam-se todos os elementos identificadores de uma política desenvolvimentista conforme a ideologia vigente em termos nacionais, devidamente “adequada” ao espaço estadual. Há convergências de interesses dos partidos políticos nas pessoas dos representantes eleitos, das “classes produtoras”, dos técnicos, da opinião pública. Todos os grupos encontram motivos para a justificação do empreendimento.<sup>23</sup>

Já o FDE foi resultado de um plano alternativo do Estado para angariar recursos à viabilização do projeto de desenvolvimento do Paraná, depois da dupla frustração de Braga com os planos originais, que necessitavam da ajuda do governo federal. Como Braga em sua campanha eleitoral foi enfático ao eleitorado sobre não aumentar a carga tributária, esperou garantir uma forma de obtenção de recursos para a execução das medidas de expansão da indústria e diversificação da agricultura através do apoio financeiro da União, especialmente do então presidente Jânio Quadros, em retribuição ao seu apoio durante sua campanha presidencial.

Braga expõe, na mensagem dirigida aos deputados em maio de 1962, que o Paraná não possuía rendas públicas suficientes para a realização das obras

---

<sup>22</sup> BIELSHOWSKY, 1996 apud KUNHAVALIK, J. P. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004. p. 231-411. p. 284.

<sup>23</sup> AUGUSTO, 1978, p. 66-67 apud GOMES, C. A. F. **Planejamento e Industrialização em regiões periféricas: as ideias da CEPAL no Projeto Paranaense de Desenvolvimento**. 2010, 231f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1176.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 148.

necessárias ao implemento industrial, e que a estrutura administrativa era deficiente, sobretudo quando se tratava da arrecadação. Assim, o governador enfatizava a necessidade de recursos externos ao estado para seu projeto de desenvolvimento:

Caberá ao governo federal fornecer esses recursos. Durante anos a União descuidou das áreas periféricas ao centro dinâmico do país. Agora, a Reunião de Florianópolis marcou o ponto de reversão dessa tendência e estabeleceu a coordenação entre o planejamento nacional e os planejamentos regionais. Hoje o Paraná sabe, exatamente, com que recursos externos pode contar para a suplementação das suas próprias disponibilidades. Esta é a nossa garantia de que a nossa política de desenvolvimento não será entravada pelo caráter aleatório da ajuda federal.<sup>24</sup>

Na Reunião de Florianópolis, ocorrida em março de 1961, estiveram os governadores dos três estados da região sul do país e o presidente Jânio Quadros. Braga apresentou a proposta de criar um fundo com recursos advindos de um confisco cambial das vendas do café para reversão em infraestrutura, sobretudo na região cafeeira do estado. Essa proposta já havia sido apontada como viável e precisa pelos planejadores do Estudo nº 40, da PLADEP, no início do mesmo ano.<sup>25</sup> Contudo, a proposta de utilizar cambiais do café para um fundo especial voltado às melhorias de infraestrutura no estado não foi aceita, assim como foi frustrada a esperança do governador no investimento do governo federal a partir de Jânio, que renunciou ao mandato presidencial em agosto de 1961.

Assim, apesar da resistência pelo receio de insatisfação popular, cria-se o FDE com recursos obtidos através de um empréstimo compulsório<sup>26</sup>, que incrementou o Imposto sobre Vendas, Consignações e Transações (IVC). Esse

---

<sup>24</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga.** Curitiba, 1961. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1961\\_Governo\\_MFN\\_1663.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. X.

<sup>25</sup> GOMES, C. A. F. **Planejamento e Industrialização em regiões periféricas**: as ideias da CEPAL no *Projeto Paranaense de Desenvolvimento*. 2010, 231f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1176.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>26</sup> A alíquota do IVC antes da instituição do empréstimo compulsório que deveria vigorar por cinco anos, era de 4,95%, e após o incremento para obtenção de recursos para o FDE essa foi elevada para 5,95%. Esse 1% era o que os contribuintes pagavam a mais em suas compras e na obtenção de serviços, e, com a obrigatoriedade do Estado em restituir o empréstimo, deveriam ser restituídos após seu período de vigência com juros de 4% ao ano. Porém, para fazer o resgate do valor, os contribuintes deveriam estar em posse das notas fiscais daquilo que consumiram, pela qual receberiam o valor de face mais juros. Como muitas das notas fiscais não foram trocadas pelo bônus do governo, o saldo da CODEPAR manteve-se expressivo, visto que o valor não resgatado continuava no fundo para uso da companhia. Ver: Ibid.

fundo destinava-se exclusivamente às medidas de desenvolvimento, sendo determinados, inicialmente, 40% para o setor de energia, 40% para o setor de rodovias e 20% para o financiamento da iniciativa privada, com prioridade às pequenas e médias empresas de capital nacional.<sup>27</sup> Enquanto isso, o orçamento do estado estaria comprometido com as dívidas públicas.

Braga anunciava, em 1962, a projeção de 20 bilhões de cruzeiros a serem disponibilizados para a CODEPAR pelo FDE no prazo de cinco anos. Desse valor, segundo o governador, seriam destinados 320 milhões de cruzeiros para a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (CAFÉ DO PARANÁ), criada em 1961 para financiar as atividades agrícolas e pecuárias, incluindo serviços de mecanização aos agricultores.

Segundo a exposição do governador nas mensagens de prestação de contas à Assembleia Legislativa, a CAFÉ DO PARANÁ promovia ações de distribuição de sementes, principalmente de algodão, milho, arroz, feijão e trigo, e também de raças de gado. A Companhia prestava auxílio técnico aos lavradores e serviços de maquinário agrícola, além da regulação de preços, compra, revenda e exportação da produção. As suas áreas de atuação podem ser melhor compreendidas quando nos atemos ao Plano de Alimentos para o Brasil, que atendia à orientação do governo estadual de “[...] diversificar a produção agrícola em defesa dos mercados local e nacional de alimentos e matérias-primas”.<sup>28</sup>

Assim, Braga acabou orientando seu governo para o crescimento da indústria com atividades diversificadas e a produção de alimentos para o mercado interno e exportação, quando das grandes safras. O complexo cafeeiro paranaense cumpriu durante o período um papel secundário no planejamento estatal em se tratando de expansão, visto que a meta de seu governo era caracterizar o Paraná como o “celeiro do Brasil”.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> GOMES, C. A. F. **Planejamento e Industrialização em regiões periféricas**: as ideias da CEPAL no Projeto Paranaense de Desenvolvimento. 2010, 231f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1176.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>28</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1962. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1962\\_Governo.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1962_Governo.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 43.

<sup>29</sup> Id. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1964. Disponível em:

Além disso, apesar de o estado ser o maior produtor do grão, que ainda era o produto primário mais exportado pelo país, o confisco cambial instaurado no governo JK fazia do retorno das rendas da exportação um constante motivo de reclamações dos políticos locais e mesmo dos planejadores da PLADEP, que requeriam do governo federal uma postura intervencionista para rever as políticas de crédito e o controle da produção, assim como o nivelamento dos preços para equilibrar a demanda e a oferta do produto no mercado interno.<sup>30</sup>

Todavia, quando apontamos a lavoura cafeeira como secundária, não temos a intenção de diminuir sua relevância à economia paranaense, pois em 1965 o café era responsável por 52% da renda do estado<sup>31</sup>, de modo que, no planejamento estadual, a cafeicultura consistia em uma questão sensível. Não se esperava a expansão da lavoura de café e sim sua estagnação econômica, mediante a oscilação de preços do produto no mercado internacional e as intempéries do clima. Em pronunciamento, Braga diz que:

Tais preocupações [referentes ao futuro da cafeicultura no estado] não excluem a necessidade urgente de se dar ao Estado uma estrutura econômica mais equilibrada, através da diversificação da lavoura e dos incentivos substanciais à industrialização, pois é sabido que os progressos da própria agricultura dependem muito da tecnologia e da mecanização [...].<sup>32</sup>

As preocupações do governo federal geraram medidas contemporâneas ao governo de Braga. A fim de equilibrar a oferta de café com a demanda no mercado internacional, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) implementou a erradicação dos cafeeiros antieconômicos para dar lugar a empreendimentos agrícolas mais modernos através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), criado em 1961. Essas medidas impactaram as lavouras cafeeiras do Paraná nas

---

<[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1964\\_Governo\\_MFN\\_948.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1964_Governo_MFN_948.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 56.

<sup>30</sup> GOMES, C. A. F. **Planejamento e Industrialização em regiões periféricas**: as ideias da CEPAL no *Projeto Paranaense de Desenvolvimento*. 2010, 231f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1176.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>31</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1965. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1965\\_MFN\\_1667.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1965_MFN_1667.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>32</sup> Ibid., p. XI.

duas fases de execução dos programas desenvolvidos pelo GERCA, sendo o primeiro vigente de 1962 a 1966 e o segundo de 1966 a 1968.<sup>33</sup>

O GERCA constituiu uma das medidas implantadas através do governo federal para a cafeicultura no país, diferente daquelas que vinham caracterizando as políticas cafeeiras desde a instalação da lavoura de exportação no Brasil. Possuía um visível diferencial: o controle não seria feito após a colheita, com o sacrifício das sacas de café, mas a racionalização da lavoura por meio da restrição dos cafeeiros plantados que equilibraria a oferta do grão no comércio. Contudo, essa medida está na ponta de um longo histórico de políticas para a agricultura, em especial para a cafeicultura, delineadas pelo governo federal.

### 1.1 ENCAMINHAMENTOS DA POLÍTICA CAFEEIRA E A FUNÇÃO ESPERADA DA AGRICULTURA PARA A EXPANSÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

Ocupando posição elevada na economia brasileira há mais de um século, o café cultivado para exportação ganhou espaço no Brasil em meados do século XIX, vindo a superar a relevância do açúcar e do algodão, os principais produtos do país até aquele momento. Cultivado inicialmente no Vale do Rio Paraíba do Sul, abrangendo territórios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, além da Zona da Mata mineira, teve sua produção expandida rapidamente: dos 5,5 milhões de sacas produzidas em 1890-91 saltou para 16,3 milhões de sacas em 1901-02.<sup>34</sup>

Os preços do grão, no entanto, não acompanharam proporcionalmente a expansão da lavoura, o que revelou um fator decisivo para que produtores e governo delineassem estratégias para a valorização do produto no mercado internacional via controle da oferta. Passou-se a formar estoques de café na medida em que esses eram retraídos do mercado, e recolocados novamente na ocasião de aumento do consumo e melhoria nos preços. Apesar de arriscado, esse método de valorização artificial dos preços do café, visto que proporcionava a formação de grandes estoques, continuou sendo praticado por muitas décadas.

---

<sup>33</sup> CARVALHO, M. S. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/10191/8990>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>34</sup> FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

A expansão das lavouras, que no começo do século XIX haviam atingido o oeste de São Paulo, ultrapassou, nas décadas seguintes, a fronteira do estado, sendo instaladas no norte do Paraná, onde se consolidaram nos anos 1930. Esse movimento, todavia, não tardou em culminar num quadro de superprodução.

O caminho trilhado para compensar o problema da superprodução foi a intervenção do Estado. Depois de levantadas propostas como a monopolização do comércio pelo governo, a incineração do excesso, a propaganda de incentivo ao consumo de café no exterior e sua valorização artificial, em fevereiro de 1906 as medidas de proteção ao produto tomaram forma no Convênio de Taubaté.<sup>35</sup>

O Convênio de Taubaté propunha o controle da superprodução através da compra do excedente pelo governo federal, com recursos advindos de empréstimos ao capital estrangeiro, que seriam pagos por meio da taxa cobrada em ouro por saca de café a ser exportada.<sup>36</sup> Esteve em vigor até 1914, e foi a primeira das muitas operações valorizadoras que se seguiriam na primeira metade do século XX a fim de equilibrar a oferta de café, ou seja, sempre que a produção sobrepujava a demanda devido à expansão das lavouras em períodos de alta de preços.

No final da década de 1920, a safra de café ultrapassou o volume esperado mais uma vez. Nesse momento, contudo, não havia a possibilidade de o país aderir ao empréstimo estrangeiro para remediar a superprodução. Somada à crise deflagrada em 1929, a queda de preços foi vertiginosa, atingindo baixa de 50% em 1932. Nesse período, o café correspondia a 70% das receitas cambiais do Brasil, e tamanha dependência deixava o país altamente suscetível às flutuações dos preços no mercado mundial.<sup>37</sup>

As operações valorizadoras continuaram a ser desenvolvidas pelo Estado no contexto de recessão de preços delineado após essa crise. A intervenção estatal na economia se deu através de uma política cafeeira que previa a diminuição da oferta de café no mercado a fim de estabelecer o equilíbrio estatístico. Para isso, foram empregadas medidas como a incineração das sacas de café, taxas de exportação e proibição de novos plantios. Esse cenário proporcionou a diminuição da euforia da expansão dos cafezais, enquanto a estratégia de Getúlio Vargas, durante o período

---

<sup>35</sup> CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense**: 1900/1970. Curitiba: Grafipar, 1981.

<sup>36</sup> Ibid.

<sup>37</sup> STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

do Governo Provisório, foi a criação do Conselho Nacional do Café (CNC), em 1931, e do Departamento Nacional do Café (DNC), em 1933.

Junto ao CNC, foi estabelecido um imposto sobre a saca de café exportado correspondente a dez centavos, posteriormente elevado a quinze centavos.<sup>38</sup> Essa nova taxa tinha como objetivo a arrecadação de recursos para financiar a retenção do excedente da produção de café e a eliminação de parte do estoque acumulado, se desvinculando da prática anterior de empréstimo de agências estrangeiras para o financiamento das operações valorizadoras.

Sobre a proibição do plantio, como os estados continuavam a dispor de autonomia por intermédio dos convênios bienais, decidiram que somente aqueles que desfrutassem de um parque cafeeiro correspondente ou superior a 50 milhões de pés de café atenderiam à medida. Ficou decidido, ainda, que o imposto por safra seria substituído por um de meia libra a saca, cobrado nos portos de exportação. O Paraná foi um dos estados que insistiram em revogar a proibição, visto que se empenhava na defesa da cafeicultura dentro de suas fronteiras, sendo que tal atitude contrariava os interesses da colonização privada promovida no estado.

Com uma elevada safra em 1933, o governo instituiu três destinos para a produção: a quota de sacrifício correspondente a 40% do total produzido deveria ser vendida ao DNC a preço equivalente ao custo médio, a fim de ser incinerada; 30% era comprado pelo DNC a preços previamente fixados para a formação de estoques; e os demais 30% seriam liberados para os portos.<sup>39</sup>

A intervenção centralizadora do Estado, sobretudo com a criação do CNC, trazendo para o governo federal a responsabilidade sobre as medidas relativas de valorização dos preços através da compra de excedentes para estocagem ou queima, retirou o poder do Instituto Paulista do Café. Com o DNC e o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934, a autonomia dos estados em influenciar a política econômica nacional foi tolhida ainda mais.

As preocupações em relação à produção e ao comércio do café exigiam do governo federal a criação de soluções não apenas pela necessidade de obtenção de maiores receitas para o cofre nacional, mas porque a dependência do café atingia outros setores. Furtado explica que os preços mínimos estipulados para a compra

---

<sup>38</sup> STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>39</sup> Ibid.

colaboraram para manter os níveis de emprego na economia exportadora e nos setores ligados ao mercado interno, na medida em que, havendo uma grande contração na renda monetária do setor exportador, os efeitos no multiplicador<sup>40</sup> de desempregos eram reduzidos nos demais setores, o que aponta para um grau de interdependência entre os distintos setores da economia.

Essa atitude centralizadora desagradou a muitos produtores que desacreditavam a eficiência das medidas implementadas pelo governo federal, como foi o caso da Sociedade Rural Brasileira, que em vários momentos pressionou o governo a retirar a tributação imposta sobre as sacas de café. Assim, fatores como a pressão do setor cafeeiro somada às realidades do comércio forçaram o governo a contornar a política de sustentação de preços que até então tinha colaborado com o incentivo a outros países produtores em elevar suas produções. A estratégia adotada foi o *dumping* internacional para dinamizar a venda do produto:

A fim de abaixar os preços internacionais para aumentar as exportações brasileiras e obrigar os concorrentes estrangeiros a negociar um acordo internacional do café, os impostos de exportação foram grandemente reduzidos, a taxa de câmbio foi liberada e a intervenção do governo no mercado foi interrompida.<sup>41</sup>

As quotas de sacrifício continuaram a ser motivo de animosidade entre governo e cafeicultores. Na década de 1930, o contexto de depressão internacional salientou a necessidade de mudanças na economia brasileira. A partir desse período, o setor cafeeiro não perderia sua importância, porém seria deslocado do centro da economia e assumiria o papel de financiador do processo de industrialização nacional. Por isso, os esforços do governo em promover a manutenção do cultivo e consequente exportação continuavam.

Nos anos finais dessa década, houve um aumento na compra de café pelos importadores, que tinham como objetivo a formação de estoques. Com isso, apesar

---

<sup>40</sup> “O multiplicador é o fator pelo qual teríamos de multiplicar o aumento ou diminuição das inversões (ou das exportações) para conhecer o efeito, sobre a renda territorial, dessa modificação no nível das inversões (ou exportações)”. Ver: FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. p. 198. Supondo que o multiplicador de desemprego do setor exportador seja 3, a redução de 1 na renda gerada por ele equivale a uma redução global de 3 no conjunto de renda da coletividade. A dependência entre os setores se reflete na economia, pois quando os exportadores recebem um valor menor pelas suas vendas no exterior, acabam consumindo menos produtos do mercado interno, afetando seus produtores. Ver: Ibid.

<sup>41</sup> STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 200-201.

da queda de preços experimentada pelo café brasileiro em 1939, a exportação do país foi retraída enquanto os produtos importados pelo país tiveram seus preços elevados. Essa era a oportunidade de os produtores nacionais atenderem às demandas do mercado interno com preços mais favoráveis.

Nesse período, a indústria brasileira resumia-se à produção de bens de consumo correntes, mas, para que a economia industrial obtivesse os meios para se autodeterminar, estipulava-se o objetivo de fortalecer a indústria de bens de produção, ou seja, de bens intermediários que servem como matéria-prima para a indústria de transformação. Todavia, o contexto recessivo da época dificultava a importação de equipamentos necessários à sua execução.

Para implantar uma indústria de bens de produção no país, precisava-se primeiro enfrentar as dificuldades impostas pela economia cafeeira, retraída naquele período devido à crise instaurada após a quebra da bolsa de Nova York em 1929. Essa crise fez com que os países de economia central desviassem seus recursos tecnológicos e econômicos para sua própria recuperação, não ofertando grande apoio aos países que necessitavam se industrializar, de modo que não havia financiamento suficiente proveniente do capital estrangeiro.<sup>42</sup>

Essas condicionantes impulsionaram o governo Vargas a estabelecer um plano a partir das condições econômicas do país, resultando em uma ação corrente em três direções: foram estabelecidos os preços sociais, regulamentando quase todos os fatores produtivos; o Estado promoveria a instalação da infraestrutura necessária; e a agricultura teria sua função para economia do país redefinida.

Esse arranjo, segundo Mendonça, estimulou alguns estudiosos a denominarem os esforços de fomento à industrialização brasileira durante os anos de 1930 a 1955 como uma “industrialização restringida”, pois dependia da agroexportação para gerar as divisas com as quais seriam importados equipamentos para o parque industrial. Dessa forma, cabia ao Estado definir uma nova maneira de atuação junto a esse setor, ampará-lo a fim de obter a receita necessária para a compra de equipamentos, mas desestimulá-lo em relação aos incentivos dados à indústria.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>43</sup> Ibid.

A estratégia adotada pelo Estado para a transferência das divisas do setor agroexportador para o incipiente setor industrial foi o confisco cambial. Os lucros para o café continuaram na pauta estatal, no entanto buscou-se deslocá-lo do centro da economia nacional, lugar que ocupou durante toda a República Velha. Ao controlar as taxas de câmbio, pelas quais se dá a conversão da moeda externa em interna (e vice-versa), o Estado as hierarquizou em diferentes níveis, distribuindo-as distintamente para cada setor, com a intenção de que a indústria obtivesse maior poder de importação de bens necessários ao seu desenvolvimento.

As taxas de juros aos empréstimos concedidos para a indústria e para a agricultura também eram diferenciadas, pois a primeira desfrutava de financiamentos a longo prazo, com taxas reduzidas ou mesmo negativadas que não eram cedidas igualitariamente ao setor agrícola. Esses incentivos visavam a aceleração da acumulação privada por intermédio da redução de custos, além dos benefícios aos setores industriais mais novos, como a isenção de direitos alfandegários e tributários para alguns empresários.<sup>44</sup>

Nos anos recessivos pós-crise, o fator dinâmico da economia brasileira foi o mercado interno, visto que a indústria voltada ao setor apresentou queda de menos 10%, enquanto em 1933 obtinha o mesmo nível alcançado em 1929. Durante a década de 1930, houve o crescimento pungente da indústria, enquanto a agricultura cresceu em níveis mais moderados, tendência que continuou no período subsequente, como podemos observar na Tabela 1.

TABELA 1 – INDICADORES DE MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA

| a) Estrutura do Produto Físico (a preços correntes): |             |           |       |
|------------------------------------------------------|-------------|-----------|-------|
|                                                      | 1907        | 1919      | 1939  |
| Agricultura                                          | 79%         | 79%       | 57%   |
| Indústria                                            | 21%         | 21%       | 43%   |
|                                                      | 100%        | 100%      | 100%  |
| b) Taxas Anuais de Crescimento:                      |             |           |       |
|                                                      | Agricultura | Indústria | Total |
| 1920-1929                                            | 4,1%        | 2,8%      | 3,9%  |
| 1933-1939                                            | 1,7%        | 11,2%     | 4,9%  |
| 1939-1945                                            | 1,7%        | 5,4%      | 3,2%  |

Fonte: VILLELA; SUZIGAN, [s.d.] apud MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 37.

<sup>44</sup> MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Apesar da facilitação à expansão da indústria promovida pelo governo intervencionista, o rendimento da exportação de produtos primários continuava relevante para a economia brasileira, a qual atuava no fornecimento de rendas e na regulação de mecanismos internos em uma economia dependente.

Os anos finais da década de 1930 foram difíceis para o setor cafeeiro, visto que em 1937 e em 1938 houve uma elevação na compra por parte dos importadores, porém o destino desses produtos não era o consumidor final, mas a formação de estoques e, como resultado, em 1939, mesmo com a baixa dos preços, a exportação foi substancialmente menor.<sup>45</sup> A situação da exportação melhoraria apenas após o final da Segunda Guerra Mundial, quando houve a reabertura dos mercados europeu e do norte da África.

Em 1940, diante do agravamento da situação com a diminuição da demanda no mercado, 15 países cafeicultores da América Latina firmaram o Convênio de Washington, pelo qual o Estados Unidos estipulou um preço teto para compra e venda do café, em um sistema que vigorou até 1946. Concomitante a isso, a instabilidade do café no mercado, somado às geadas dos primeiros anos de 1940, fez alguns produtores paulistas encerrarem o cultivo e o governo federal derrubar a medida de limitação dos cafezais em 1943 e suspender o controle por meio da incineração do café em 1944.<sup>46</sup>

Juntando-se os resultados das proibições de plantio e incineração de parte da produção pelo governo e a ação das geadas sobre os cafezais às dificuldades de exportação nos anos de guerra, criou-se uma situação que contribuiu para a diminuição dos estoques dos operadores de mercado. Isso proporcionou uma iminente cena de aumento dos preços do grão, retardada apenas pela produção armazenada pelo governo. A compra do café foi aquecida pelo temor de um conflito bélico generalizado desencadeado pelo início da Guerra da Coréia, em meados de 1950, que suscitou o aumento da demanda e dos preços.<sup>47</sup>

Em dezembro de 1952, criou-se, através da Lei 1.779, o Instituto Brasileiro do Café (IBC), autarquia ligada ao Ministério da Indústria e Comércio, então

---

<sup>45</sup> DELFIM NETTO, [s.d.] apud PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

<sup>46</sup> CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

<sup>47</sup> Ibid.

responsável pela gestão da produção cafeeira e sua comercialização.<sup>48</sup> Ficou a cargo do IBC a defesa dos preços e as novas operações valorizadoras, que resultaram no mesmo efeito das anteriores: a expansão dos cafezais pelo território nacional.

Outra grande preocupação em relação ao setor agrícola nesse momento era a agricultura para abastecimento do mercado interno, pois sua insuficiência poderia estagnar o planejamento para o desenvolvimento econômico do país, pautado na expansão industrial. A expansão das fronteiras agrícolas para Mato Grosso, Goiás e a região norte do Paraná foi facilitada, a fim de que houvesse o crescimento da produção de gêneros básicos a custos menores. Tal encaminhamento beneficiava indiretamente a indústria, pois permitia a ocupação dessas terras por trabalhadores não enquadrados em regimes assalariados, ao mesmo tempo que gerava excedentes de alimentos como arroz, feijão e milho, que contribuíam para o abastecimento dos trabalhadores dos centros urbanos a baixos custos, contendo a folha de salários para os empresários industriais.<sup>49</sup>

Em tempos que se observava a escassez de alimentos em alguns países da América Latina, e as taxas inflacionárias crescentes, ao passo que as demandas pelos produtos de exportação aumentavam no mercado mundial, a CEPAL, que atuava no país desde a década de 1940, priorizou o setor de produção para o mercado interno.

Essa postura esteve na pauta de debates entre industriais e representantes dos produtores agrícolas, assim como nos resultados da pesquisa da Missão Técnica Brasil-Estados Unidos, que demarcavam a tímida produção agrícola como elemento desfavorável ao dinamismo, em um cenário de expansão da demanda de mão de obra, energia e alimentos resultantes de uma rápida industrialização.

O problema se evidenciava quando os investimentos na cafeicultura, no início da década de 1950, superaram em sete vezes o que foi aplicado em 1947, enquanto a oferta de alimentos representava uma situação cada vez mais complicada. Ainda que o custo do alimento estivesse maior na década de 1940 devido ao aumento da renda da população e das péssimas condições de

---

<sup>48</sup> BRASIL. **Decreto-lei nº1.779, de 22 de dezembro de 1952.** Cria o Instituto Brasileiro do Café. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L1779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1779.htm). Acesso em: 25 nov. 2018.

<sup>49</sup> MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

armazenamento, a oferta não acompanhava a demanda, pois os incentivos dos preços não atingiam o produtor. Stolcke aponta que as condições de comercialização privilegiavam os intermediários, que absorviam boa parte do lucro.<sup>50</sup>

O fato de muitas dessas culturas serem intercalares ao cultivo do café, perdendo espaço para ele quando seus preços subiam, sendo plantadas, muitas vezes, apenas para a subsistência familiar, explicava em parte o porquê de o setor não crescer com a elevação dos preços.

O êxodo rural também figurou desde a década de 1940 como um elemento preocupante em relação à produção para o mercado interno. Com a partida de famílias que antes habitavam no meio rural e produziam para sua própria alimentação e necessidades, se ocasionavam novas demandas de alimentação no ambiente urbano, ao mesmo tempo que menos famílias produziam alimentos e outros artigos para si e para os habitantes das cidades.

Em sua segunda gestão presidencial, Vargas ressaltava a necessidade de se implementar novas técnicas para aumentar a produção agrícola e de controlar o êxodo rural. Em 1954, escreveu que

O Brasil vive da agricultura e, no entanto, paradoxalmente, não tem agricultura no sentido elevado e amplo que se lhe dá noutros países de vasto território. Ainda não temos uma indústria de adubos, como ainda não temos uma indústria de máquinas agrícolas.<sup>51</sup>

Vargas propunha então uma modernização da agricultura aliada a melhorias nas condições de trabalho rural, com a extensão de uma legislação trabalhista ao campo, numa tentativa de fixar os lavradores no cultivo da terra, atenuando o êxodo rural. No entanto, a modernização pautada na mecanização do trabalho rural, apesar de proporcionar um aumento na produção, culminaria na expulsão da mão de obra rural (fenômeno que ocorreu maciçamente na década de 1970 no Brasil), assim como a aprovação de uma legislação trabalhista aos lavradores. Ainda, como enfatiza Verena Stolcke, uma elevação na produtividade agrícola, que atendesse as demandas dos industriais com melhor oferta de alimentos e redução na pressão

---

<sup>50</sup> STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>51</sup> VARGAS, G. O Governo Trabalhista do Brasil. Vol. 2. Rio de Janeiro, 1954. apud STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986., p. 139-140.

inflacionária sobre os salários, também concorreria para o aprofundamento do êxodo rural<sup>52</sup>, efeito inverso do que se pretendia.

Sem o apoio de boa parte do Congresso, a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, proposta por Vargas em 1953, bem como a recomendação de que o governo federal detivesse amplos poderes sobre o uso da terra, podendo assim promover o assentamento de trabalhadores sem-terra em áreas negligenciadas, foram consideradas pelos políticos conservadores um ataque à propriedade privada. O Estatuto do Trabalhador Rural, pelo qual se estipulavam leis trabalhistas aos lavradores do campo, foi aprovado apenas dez anos depois do primeiro passo dado por Vargas nessa direção.

A indústria de maquinários no Brasil, na década de 1950, consistia em um parque diminuto, contendo 58 fábricas pequenas, com 1.138 funcionários. Os esforços para uma efetiva mecanização da agricultura nesse período demandariam grande investimento na importação de máquinas de outros países. Em 1951, foram importados e revendidos 2.000 tratores e 800 colheitadeiras. No ano seguinte, o número de tratores no país era de 8.000, enquanto as colheitadeiras mantiveram-se em 800.<sup>53</sup>

A mecanização da agricultura, a geração de alimentos para o abastecimento dos centros urbanos e a função do café como financiador do projeto de industrialização do governo federal permaneceram na pauta de debates da nova gestão presidencial, porém com contornos diferenciados.

Vencedor do pleito eleitoral para a presidência do Brasil em 1955, Juscelino Kubitschek (PSD) assumiu o cargo em 1956, ao lado do vice-presidente João Goulart (PTB), trazendo consigo o arrojado projeto cuja frase de efeito anunciava um desenvolvimento correspondente a “cinquenta anos em cinco”: entrava em cena o Plano de Metas.

O Plano de Metas constituía um documento preponderantemente econômico, com trinta metas, no qual o governo de Juscelino Kubitschek se baseou durante o mandato de 1956 a 1960. As primeiras cinco metas correspondiam a medidas previstas para o setor de energia, e as metas enumeradas de seis a doze abordavam o setor de transporte, esses dois setores tinham sua ampliação

---

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

ressaltada por Kubitschek durante sua campanha eleitoral como meio necessário para alavancar a produção industrial e figurar entre os “países desenvolvidos”. As metas treze a dezoito atendiam à alimentação, as dezenove a vinte e nove correspondiam aos planos para a indústria, e a meta trinta atendia à educação.<sup>54</sup>

Apesar de não estar entre as trinta medidas estabelecidas no Plano de Metas, a construção de Brasília, no Centro-Oeste brasileiro, constituiu um dos principais objetivos de seu governo. Essa operação foi incorporada durante a campanha presidencial de Kubitschek, que a enfatizava como “a grande meta de integração nacional” e a “meta-síntese” da sua gestão.<sup>55</sup>

Contando com mais de um terço da agenda presidencial, a indústria foi a principal concentradora de esforços da gestão de JK. A agricultura, sobretudo a produção cafeeira, continuava a cumprir a função de sustentar financeiramente as obras de infraestrutura para o incremento do parque industrial nacional. Segundo Stolcke, os recursos previstos no planejamento a serem destinados para o setor primário eram de 3,2%, a serem investidos na ampliação da capacidade de armazenamento, frigoríficos, matadouros industriais e na disponibilização de fertilizantes e demais insumos.<sup>56</sup>

A elite rural brasileira, nesse período, buscou readequar-se e ocupar um espaço na reestruturação econômica do país, ao passo que tinha interesse em um pacto político que contemplasse suas reivindicações e os objetivos industriais. Porém, tinha suas ressalvas, como a reforma agrária distributiva, a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, o voto dos analfabetos e a tributação progressiva das grandes propriedades.

Podemos perceber a ideia de uma reforma agrária plausível dentro dos padrões dos defensores do projeto ruralista nas palavras de Afonso Alberto Ribeiro Neto, integrante do Conselho Superior das Classes Produtoras, lido pela bancada ruralista na Câmara dos Deputados:

Num país de possibilidades imensas como o Brasil, a reforma agrária tem que ter por objetivo a formação de grandes unidades altamente produtivas,

---

<sup>54</sup> MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática** (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155-194.

<sup>55</sup> Ibid., p. 159.

<sup>56</sup> STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

dotadas de assessoria técnica moderna, grandemente capitalizadas. No Brasil onde tudo é grande, a agricultura não pode ser pequena, não pode ser limitada nem em hectares, nem em extensão: tem que ser agricultura moderna, baseada em unidades de produção em tudo e por tudo comparáveis às grandes indústrias. No Brasil, pois, reforma agrária não pode ser divisão de terras, retalhamento de propriedades: tem que ser muito mais que isso, tem que ser industrialização da agricultura.<sup>57</sup>

A modernização da agricultura pautada na sua articulação com a indústria mostrava-se na mira da elite rural. Todavia, durante a gestão de JK, as ações para atingir esse intento foram pouco expressivas, muito mais concentradas na promoção de infraestrutura do que na efetivação da mecanização do setor primário e na consolidação da agroindústria. De acordo com Stolcke, os estabelecimentos agropecuários que utilizavam apenas trabalho humano, sem o incremento de maquinários, cresceram de 73% em 1950 para 76% em 1960.<sup>58</sup>

No entanto, os avanços para a indústria durante o governo JK foram notáveis, com grande destaque para o aumento da infraestrutura necessária ao estabelecimento das atividades industriais, como a expansão da malha rodoviária e o incremento na capacidade de promoção de energia via hidrelétricas, assim como a produção petrolífera, que cresceu de 2 milhões de barris por ano em 1955 para 30 milhões de barris em 1960.<sup>59</sup> Soma-se aos resultados do Plano de Metas o crescimento da indústria de bens de consumo duráveis, destacando-se a produção de automóveis e de eletrodomésticos.

No entanto, podemos perceber que os esforços dos governos para a modernização da economia brasileira via incentivo à industrialização ao longo dos anos 1930 a 1960 levavam em consideração o diagnóstico da situação de diferentes grupos, sejam técnicos especializados, como os que compunham a CEPAL e a Missão Técnica Brasil-Estados Unidos e o planejamento, sejam seus aliados, além da presença de setores políticos que disputavam o debate acerca de temas de seu interesse.

---

<sup>57</sup> RIBEIRO NETO, 1998 apud MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155-194. p. 179.

<sup>58</sup> STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>59</sup> MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

O papel da agricultura foi muito debatido durante esse período. A produção para abastecimento interno era um ponto crucial e preocupante ao desenvolvimento dos centros urbanos-industriais, enquanto que sobre a agricultura de exportação havia o consenso por parte dos dirigentes do governo de que serviria para o fornecimento de divisas a serem invertidas em incentivos à indústria.

Contudo, o debate foi muito amplo, sendo sustentado por políticos, intelectuais e grupos institucionais de pensamentos econômicos, fossem esses pouco ou muito diferenciados. A própria CEPAL, parte da Igreja Católica ligada a questões sociais e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), na figura de intelectuais como Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel e Caio Prado Jr., defendiam a efetivação da reforma agrária, pois viam a necessidade de repensar a concentração fundiária a fim de que o campo pudesse oferecer os recursos que a indústria demandava. Outra corrente presente nesse debate foi fortemente representada por Antônio Delfim Netto e os economicistas da Universidade de São Paulo (USP), que se apoiavam na tese de que a agricultura vinha cumprindo sua função para a economia nacional, dispensando-se, assim, alterações como uma reforma agrária distributiva, e enfatizando-se que a melhoria nas condições de vida do trabalhador rural e o crescimento da produtividade agrícola deveriam ser pautados na modernização das bases técnicas do campo.<sup>60</sup>

O ponto de convergência entre essas correntes era de que havia a necessidade de uma ação externa sobre as atividades rurais e o campo brasileiro, através de políticas governamentais. De acordo com Melo, a concordância estava na conveniência em “[...] incorporar o agro ao novo modelo de sociedade que se estava gestando, mais dinâmica, moderna, complexa e, sobretudo, urbano-industrial”.<sup>61</sup>

O ônus dos grandes avanços na industrialização, promovidos no governo de Juscelino Kubitschek, ocasionou na herança, para o próximo governo, de uma alta inflacionária e de problemas sociais e econômicos que culminaram em uma grande

---

<sup>60</sup> MOREIRA, J. R. S.; LAVERDI, R. Modernização agrícola e o declínio da cafeicultura pós-geada de 1975 (Norte do Paraná). **Ateliê de História UEPG**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 93-109, 2016. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/8759/5672>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>61</sup> MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa Vilas Rurais no Norte do Paraná. **GeoAtos – Revista Geografia em Atos**, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente/SP, n. 11, v. 1, p. 58-76, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/431/nildomelo>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 64.

crise. Segundo Prado, o consumo dos produtos da indústria brasileira apresentou decréscimo, pois a maior parte da população não dispunha de poder aquisitivo para consumir, e, na esfera externa, enfrentava o desequilíbrio da balança de pagamentos.<sup>62</sup>

A crise enfrentada brevemente pelo governo de Jânio Quadros e mais pesadamente na conturbada gestão de João Goulart, sob o parlamentarismo e o presidencialismo, foi um dos elementos no cenário que se delineava para o golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

## 1.2 A UNIÃO DAS LINHAS DIRETIVAS DO PLANEJAMENTO ESTADUAL E FEDERAL NO NOVO REGIME

O final de março de 1964 marcou a conclusão da articulação de representantes do poder militar e de civis no golpe de estado que destituiu o presidente João Goulart, dando início ao período ditatorial militar no Brasil, que se estendeu até 1985. Dentre os governadores que contribuíram para o golpe de estado estiveram Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Carlos Lacerda, da Guanabara, Adhemar de Barros, de São Paulo, Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul, e Ney Braga, do Paraná, que, como ressalta Batistella, não se encontra listado entre os governadores conspiradores, mas contribuiu significativamente tanto na conspiração quanto na deflagração do golpe.<sup>63</sup>

Pouco antes, as relações entre o governo do Paraná e o governo federal após a renúncia de Jânio Quadros consistiam numa linha tênue, revestida de desconfiança por parte do chefe do Executivo paranaense. Braga adicionava ao grupo político conservador que apoiava a necessidade de reformas, mas com grandes ressalvas àquelas pretendidas por Goulart, enfatizando em todas as oportunidades que as preconizava dentro da “Democracia e sob a inspiração de

---

<sup>62</sup> PRADO, L. C. D. O desenvolvimento autoritário de 1968 a 1980. In: BIELSCHOWSKY, R. et al. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/Caixa Econômica Federal, 2011. p. 23-34. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261240050.LivroCAIXA\\_C\\_0.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261240050.LivroCAIXA_C_0.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>63</sup> BATISTELLA, A. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – 1964-2014: 50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL, 16., 2014, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: UEPR, 2014. p. 1105-1125. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/11.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Deus.”<sup>64</sup>, em uma tentativa de opor-se ao comunismo, cujos principais emblemas levantados pela ala conservadora eram de ser um movimento ateu e repressivo.

Devido às necessidades do estado em conseguir auxílio para a promoção do seu projeto de desenvolvimento, Ney Braga buscou aproximar-se de João Goulart quando ele já havia empossado o cargo de presidente, a fim de garantir seu apoio. Na mensagem de 1963 aos deputados, Braga elogia a predisposição de Goulart, ao afirmar que tem

[...] encontrado de parte do ilustre Presidente João Goulart e de membros do Conselho, a melhor boa vontade para com a solução dos problemas paranaenses [...]. O Chefe da Nação vem merecendo do Executivo do Paraná, a confiança e o apoio que a sua conduta serena e equilibrada se faz credora.<sup>65</sup>

Esse apoio relativo dado por Braga ao governo federal permitiu que Goulart, em sua reformulação ministerial em 1963, cedesse o Ministério do Trabalho e Previdência Social para o político paranaense Amaury de Oliveira e Silva (PTB) e, após indicação do governador, que o deputado federal Paulo de Tarso (PDC) fosse convidado a assumir o Ministério da Educação e Cultura. Ney Braga solicitou a colocação de Paulo Pimentel (PTB), Secretário da Agricultura de seu governo, para a presidência do Instituto Brasileiro do Café. No entanto, João Goulart nomeou o presidente do PTB paranaense, Nelson Maculan, para o cargo.<sup>66</sup>

Batistella aponta que, para Braga, as recusas na nomeação de Pimentel para o IBC e a de Queiroz Filho (PDC) para a embaixada da Iugoslávia foram a “gota d’água” para o governador, e significaram o afastamento do seu apoio e do PDC ao governo de Goulart.<sup>67</sup>

Goulart nomeou membros do seu partido, o PTB, não somente para a presidência do IBC, mas também para outras autarquias de relevância, como os

---

<sup>64</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga.** Curitiba, 1963. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1963\\_MFN\\_1664.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1963_MFN_1664.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. X.

<sup>65</sup> Ibid., p. XVII.

<sup>66</sup> KUNHAVALIK, J. P. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980.** Curitiba: SETI, 2004. p. 231-411.

<sup>67</sup> BATISTELLA, A. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – 1964-2014: 50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL, 16., 2014, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: UEPR, 2014. p. 1105-1125. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/11.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Essas nomeações fortaleciam o partido em questão ao destacarem os nomeados para cargos de importância, oferecendo a possibilidade de estes anteciparem uma futura campanha de modo informal a um cargo efetivamente político.

O descontentamento de Braga com o governo federal, mais antigo que a própria gestão de Goulart, se aprofundou quando ele não obteve o apoio que almejava para seu projeto de desenvolvimento. Em 1964, já após a efetivação do golpe, Braga afirmava que,

No que tange ao nosso Estado, danosas repercussões foram sentidas, pois alguns planos de vulto, elaborados para execução conjugada com a União, foram abandonados, outros também por esta, relegados à condição secundária e os que mereceram atenção eram apenas mitigadamente sustentados pelas autoridades federais responsáveis, principalmente nos setores de energia elétrica e rodoviário.<sup>68</sup>

A fala do governador transmite a frustração de não conseguir atrelar o projeto de desenvolvimento do estado a uma iniciativa nacional, a fim de que juntos pudessem ser encaminhados os planos estadual e nacional, potencializando os feitos de sua gestão. Ainda, era expressado por Braga o ressentimento de que o governo federal não dava ao Paraná o apoio financeiro merecido, principalmente se comparado aos préstimos do estado à economia nacional com o café.

Esses sentimentos demonstrados por Braga no documento dirigido aos deputados, no cumprimento de sua prestação de contas, nos levam a pensar que a sua falta de projeção no cenário político nacional, ou a falta de reconhecimento de sua personagem política pelo executivo federal, o afligia. Porém, o reconhecimento que Braga almejava foi conquistado durante o regime que dera contribuição para instaurar após abril de 1964.

Em 1964, Braga anunciava que, no “[...] quadro de auxiliares do novo Governo, o Paraná era contemplado no alto escalão da administração federal.”, com a nomeação do reitor da Universidade do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, para o

---

<sup>68</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga.** Curitiba, 1964. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1964\\_Governo\\_MFN\\_948.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1964_Governo_MFN_948.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. IX.

Ministério da Educação e Cultura, “[...] além da entrega de outros cargos de relevo a personalidades da vida pública paranaense”.<sup>69</sup>

O político se fortaleceu durante o regime militar, sendo nomeado para o Ministério da Agricultura no governo de Castello Branco e para o Ministério da Educação e Cultura na gestão de Ernesto Geisel, ocupando, entre os cargos de ministro, uma cadeira no Senado, pela ARENA. Nesses cargos, Braga assistiu a união entre o planejamento nacional e estadual em prol do desenvolvimento econômico que pretendia enquanto governador do Paraná, retornando à chefia do executivo paranaense em 1979.

As linhas de planejamento do governo militar para a economia seguiam as diretrizes encaminhadas pelos governos anteriores de incentivo ao parque industrial, intervenção direta na economia e reformulação das bases do setor primário para que, dessa forma, se proporcionasse o avanço nos demais setores. O governo militar pautou-se grandemente no aparato tecnocrático para administração e formulação de planejamentos. Como apontou Marcos Napolitano, o regime militar foi o momento do grande capital no Brasil, potencializando um processo que começou antes do próprio regime, por meio da ausência da democracia.<sup>70</sup>

Os planos para a agricultura, em especial para o setor cafeeiro, encontraram novos direcionamentos sob a gestão de Antônio Delfim Netto como Ministro da Fazenda, dentre os anos de 1968 a 1973. O economista e estudioso da política e comércio cafeeiro implementou medidas não necessariamente populares propondo a reforma do IBC. No entanto, o novo plano de ação em relação à política cafeeira nesse período propiciou a elevação das exportações do produto, bem como a redução dos estoques nacionais.

Buscava-se equilibrar a quantidade ofertada com a demanda do mercado internacional e evitar a temida superprodução que assombrou a economia do país em vários momentos da trajetória do café. O cultivo cafeeiro não poderia ser descartado nesse momento, pois as divisas advindas de sua comercialização continuavam a ser a base financeira para o impulso de alguns ramos industriais e da

---

<sup>69</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga.** Curitiba, 1964. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1964\\_Governo\\_MFN\\_948.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1964_Governo_MFN_948.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. XIII.

<sup>70</sup> NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

própria diversificação da agricultura que requeria incentivos econômicos do governo para a implantação e a expansão de diferentes cultivos agrícolas.

Assim, a partir de 1970, a veia tecnocrática do governo se manifestou em dois planejamentos para a ação econômica, que, mais uma vez, explicitou a necessidade de se manter a cafeicultura de exportação como atividade rentável e dinâmica a fim de financiar os ambiciosos objetivos pretendidos pelos **I e II Plano Nacionais de Desenvolvimento**.

## **CAPÍTULO 2**

### **MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA: A RACIONALIZAÇÃO DA LAVOURA CAFEEIRA ATRAVÉS DA ERRADICAÇÃO E REPLANTIO EM MOLDES NÃO TRADICIONAIS**

No início da década de 1960, foram tomadas medidas para conter a superprodução de café no país, que atingiu, em 1959, uma safra superior a quatro milhões de toneladas, mantendo esse nível de produção até 1962, quando passou a vigorar uma ação efetiva do governo a fim de equilibrar a oferta brasileira do grão com a capacidade consumidora do mercado.

Em junho de 1962, entrou em vigor o programa de erradicação coordenado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), uma agência integrada ao IBC. O objetivo do programa era promover, mediante indenização, a eliminação de dois bilhões de cafeeiros considerados antieconômicos, ou seja, as plantações que apresentassem um rendimento médio de até 6 sacas de café descascado por mil pés de café seriam atingidas pela erradicação.<sup>71</sup>

O programa de erradicação atuou em duas fases: a primeira foi iniciada em meados de 1962, ficando em vigência até 1966, e requeria que os plantadores interessados em receber o subsídio para a erradicação firmassem um contrato com o GERCA, o qual assegurava o pagamento de NCr\$ 15,00 (quinze cruzeiros novos) por pé de café eliminado e a liberação para escolher o cultivo que substituiria o café, com uma cláusula especial em relação às culturas permanentes, dentre as quais se enquadrava o cultivo cafeeiro, permitidas apenas sob licença da agência.

As questões contratuais e financeiras estavam sob a responsabilidade do Banco do Brasil, que oferecia a maior parte dos financiamentos para o estabelecimento do cultivo de outros gêneros agrícolas, cujos valores eram elevados mediante o uso de sementes selecionadas, a implantação de medidas antierosivas e a utilização de inseticidas e fertilizantes, podendo somar 50% de acréscimo do valor concedido inicialmente.<sup>72</sup>

Com essa medida, entre a data de início do programa até dezembro de 1963, foram erradicados 587,5 milhões de cafeeiros, número expressivo que correspondia a 30% da meta inicial de erradicação. No entanto, nos anos seguintes,

---

<sup>71</sup> KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014. p. 126.

<sup>72</sup> Ibid.

houve a desaceleração dos processos de liberação das áreas cultivadas com café através do programa, visto que os incentivos monetários foram bruscamente retraídos de 80% para 8% do valor de rendimento por árvore até o ano de 1965.

Soma-se aos fatores que motivaram o decréscimo da erradicação, a elevação do preço do café no mercado internacional decorrente dos danos causados pela geada ao parque cafeeiro em 1963, que no Paraná precedeu um incêndio que se alastrou por muitas propriedades rurais. Assim, entre 1964 e junho de 1966, foram eliminados apenas 136 milhões de cafeeiros.<sup>73</sup> Todavia, no ano de 1965, a produção de café no Brasil apresentou o maior índice dos anos subsequentes ao início do programa de erradicação, contemplando 3.663.587 toneladas.

Impulsionada pela alta produção aliada ao fato de os objetivos do GERCA ainda não terem sido atingidos, em agosto de 1966, foi dado início à segunda fase do programa de erradicação, ofertando benefícios mais atrativos para o plantador disposto a eliminar pés de café e fortemente pautado no incentivo à diversificação da lavoura. Isso esteve refletido no regulamento pelo qual o agricultor assumia o compromisso de arrancar o cafeeiro pela raiz, arar a terra e formar uma cultura previamente escolhida pelos agrônomos do IBC, para, decorrido um ano, receber o subsídio.<sup>74</sup>

Novos plantios de cafeeiros foram proibidos, assim como a transição para a pecuária extensiva, visando menores efeitos sociais decorridos da pouca utilização de mão de obra nessa atividade. Porém, no final de 1966, a regra que proibia a substituição por pastagens foi extinta, sendo autorizada a criação de gado leiteiro, e posteriormente aprovou-se a criação de corte. Os subsídios cedidos em troca da erradicação dos cafeeiros poderiam também ser invertidos em estabelecimentos industriais e de processamento de matérias-primas agrícolas mediante a aprovação

---

<sup>73</sup> PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1686/5880>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>74</sup> Durante essa fase do programa, o controle dos contratos de erradicação passou a ser dividido entre o Banco do Brasil, bancos estaduais e particulares. Outra modificação foi a exigência da figura do avaliador, responsável pela emissão de laudos para o financiamento dos bancos, exceto do Banco do Brasil. No Paraná, o avaliador era integrante do próprio Instituto Brasileiro do Café. Ver: CARVALHO, M. S. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/10191/8990>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

da autarquia, medida pensada para conter a retenção dos trabalhadores rurais nesses estabelecimentos.<sup>75</sup>

Nessa fase, até abril de 1967, foram erradicados mais de 665 milhões de cafeeiros. De acordo com Panagides, os dados divulgados pelo IBC apontavam para a eliminação espontânea de 350 milhões de cafeeiros em paralelo à execução do programa governamental. A soma dos cafeeiros erradicados desde 1962 até o final da segunda fase do programa de erradicação do GERCA, incluindo a eliminação espontânea, se aproximou da meta estipulada no planejamento da agência.<sup>76</sup> Na Tabela 2, podemos observar o efeito da erradicação de cafeeiros nos quatro principais estados produtores:

TABELA 2 – ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS NO BRASIL (EM MIL PÉS)

| Estados        | 1º Programa<br>Junho de 1962 a<br>Agosto de 1966 | 2º Programa<br>Agosto de 1966 a<br>Maio de 1967 | Total Erradicado |
|----------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------|
| Paraná         | 125.772                                          | 124.185                                         | 249.957          |
| São Paulo      | 244.420                                          | 54.944                                          | 299.364          |
| Minas Gerais   | 230.564                                          | 133.139                                         | 363.703          |
| Espírito Santo | 67.903                                           | 235.272                                         | 303.175          |
| Outros         | 54.887                                           | 108.257                                         | 163.144          |
| Totais         | 723.546                                          | 655.797                                         | 1.379.343        |

Fonte: IBC/GERCA, [s.d.] apud SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano de Incentivo à Cafeicultura Paranaense**. Curitiba: ACARPA, 1969.

A fim de equilibrar o mercado e equalizar os esforços de controle da produção entre os países cafeicultores, firmou-se o Acordo Internacional do café em 1962, com exercício a partir do ano seguinte. Ficou estipulado que tanto os países exportadores quanto os importadores regulariam a quantidade de café escoada para o mercado através de um complexo sistema de cotas para estabilizar os preços do produto.

Segundo Lafer, no Acordo estavam representados 42 países exportadores e 25 importadores, correspondendo a 99,8% das exportações e 96,2% das importações de café. Em 1967, esse acordo foi renegociado e estendido até o ano

<sup>75</sup> KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014.

<sup>76</sup> PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1686/5880>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

de 1973, no entanto, a partir de 1968, a participação de exportadores e importadores decresceu para 41 e 22 membros, respectivamente.<sup>77</sup>

Essa medida de manutenção artificial dos preços do café no mercado requeria a constituição de grandes estoques do produto. Panagides expõe que, em 1965-66, os estoques de café ao redor do mundo, mantidos tanto pelos países produtores quanto pelos importadores, somavam o equivalente a mais de um ano de produção e superavam em mais de uma vez o consumo mundial.<sup>78</sup>

No entanto, a vigência do Acordo Internacional do Café não extinguiu todas as questões, pois a formação de imensos estoques, juntamente com a tendência à superprodução de café, consistia num ponto preocupante. Essa acumulação de excedentes forçava as quedas de preço quando o consumo de café estava muito aquém do que já havia sido retido e continuava-se a produzir, representando riscos aos países exportadores.

Os estoques nacionais, como se vê na Tabela 3, se mantiveram, durante toda a década de 1960, acima das 50 milhões de sacas, atingindo em 1965-66 o equivalente a mais de 70 milhões, número que impressiona quando observamos a quantidade de sacas exportadas, muito inferior à das retidas nesses mesmos anos.

---

<sup>77</sup> LAFER, C. O Convênio Internacional do Café. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 285-340, 1973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66676/69286>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>78</sup> PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1686/5880>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

TABELA 3 – SITUAÇÃO ESTATÍSTICA DO CAFÉ NO BRASIL (EM MILHÕES DE SACAS DE 60,5 KG)

| Itens                    | 1960/<br>61 | 1961/<br>62 | 1962/<br>63 | 1963/<br>64 | 1964/<br>65 | 1965/<br>66 | 1966/<br>67 | 1967/<br>68 |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1. Estoque inicial       | 44,0        | 51,7        | 57,0        | 62,3        | 59,8        | 57,5        | 70,5        | 63,2        |
| 2. Produção registrada   | 29,8        | 35,9        | 28,7        | 23,1        | 18,0        | 37,8        | 17,6        | (1) 24,7    |
| 3. Subtotal (1+2)        | 73,8        | 87,6        | 85,7        | 85,4        | 77,8        | 95,3        | 88,1        | 87,9        |
| 4. Exportação            | 16,1        | 17,4        | 16,9        | 18,9        | 12,4        | 16,5        | 16,4        | 17,3        |
| 5. Consumo interno       | 5,5         | 5,7         | 6,5         | 6,7         | 7,9         | 8,0         | 8,0         | 8,0         |
| 6. Industrialização      | -           | -           | -           | -           | -           | (2) 0,3     | (2) 0,5     | (2) 0,7     |
| 7. Eliminação de emprego | -           | 7,0         | -           | -           | -           | -           | -           | -           |
| 8. Subtotal (4+5+6+7)    | 21,6        | 30,1        | 23,4        | 25,6        | 20,3        | 24,8        | 24,9        | 26,0        |
| 9. Estoque final (3-8)   | 52,2        | 57,5        | 62,3        | 59,8        | 57,5        | 70,5        | 63,2        | 61,9        |

Fonte: IBC, [s.d.] apud PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1686/5880>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 43.

Notas: (1) Estimativa; (2) Refere-se a café solúvel.

O Acordo previa, ainda, a formação de um Fundo Internacional de Diversificação do Café, a partir da contribuição, dos países produtores, de U\$ 0,60 (sessenta centavos de dólar) por saca de café exportada. Os esforços de diversificação no Brasil foram encaminhados em paralelo ao programa de erradicação de cafezais não produtivos.

Havia determinações para implantar nas terras liberadas pelo café outros cultivos agrícolas, visando uma maior diversificação da lavoura nacional para atender as demandas de abastecimento enquanto se ampliava a oferta de produtos para exportação, sejam *in natura* ou industrializados.

Considerando a elevação da renda *per capita* do setor rural, Panagides argumenta que seria viável a diminuição agrícola promovida pela transformação da agricultura tradicional, visto que a produção agrícola é inelástica. No entanto, reflete que essa operação não seria adequada àquele momento, devendo o governo investir em soluções imediatas, como o subsídio aos insumos, à educação rural e à infraestrutura que se refletiriam a longo prazo.<sup>79</sup>

A diversificação do cultivo agrícola seria a medida mais efetiva para tal transformação, contudo, sendo a tradicional atividade cafeeira ainda rentável e

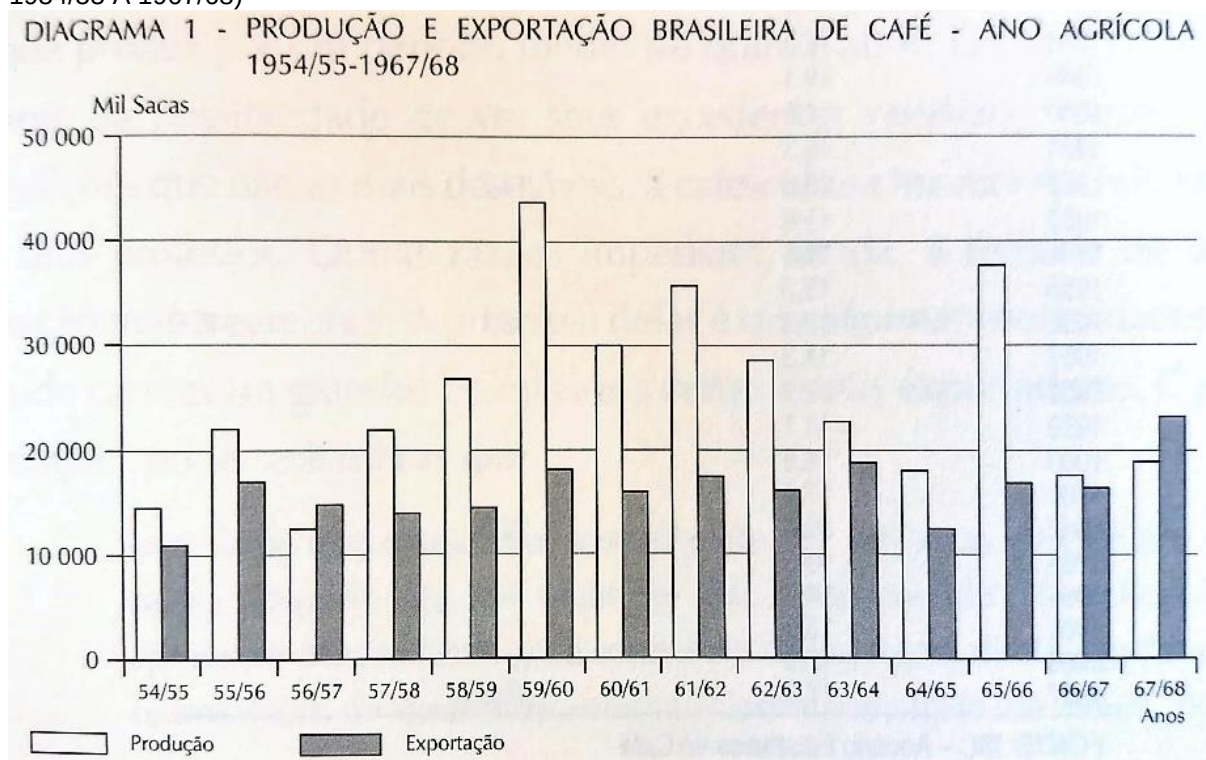
<sup>79</sup> PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1686/5880>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

sobrevivente a diversas oscilações de preços no mercado internacional, cabia ao governo promover maiores atrativos às demais lavouras.

Durante a atuação do GERCA, o principal substituto para as áreas liberadas pelos cafeeiros foi a pastagem, pois, além de a sua formação ser menos onerosa aos donos da terra, os produtos que apresentavam preços mais competitivos com o café eram a carne e seus derivados. Os cereais e o algodão também foram alternativas recorrentes no período, porém com pequena expressividade quando comparados à formação de pastos.<sup>80</sup>

Ao findar da segunda fase do programa de erradicação, em 1968, os dados apresentados demonstram o sucesso do programa, que quase atingiu a meta estabelecida no começo de sua vigência, bem como a aproximação entre os níveis de produção e exportação, como podemos observar no Gráfico 1:

GRÁFICO 1 – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ (ANOS AGRÍCOLAS DE 1954/55 A 1967/68)



Fonte: PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006. p. 197.

<sup>80</sup> PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1686/5880>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Assim, após as enormes safras do final dos anos 1950 e do início da década seguinte, com a execução do programa de erradicação, demanda e produção foram se aproximando, com a exceção do ano agrícola de 1965-66 que, como vimos, incentivou a segunda fase do programa. Em 1968, já se observava, então, a superação da exportação de café em relação à sua produção anual.

Esse movimento de retração da produção e seu nível inferior à exportação junto aos efeitos severos da geada de 1969 no parque cafeeiro nacional, quando o volume produzido no ano seguinte atingiu pouco mais da metade da anterior, deu bases sólidas para o programa de renovação de cafezais. Sobretudo no Paraná, que, sendo um dos quatro estados que mais produziam café, foi o que apresentou menos pré-disposição pela erradicação e teve amplo prejuízo após esta geada, quando as toneladas de café produzidos caíram de 1.492.000 para 196.000 em 1970.

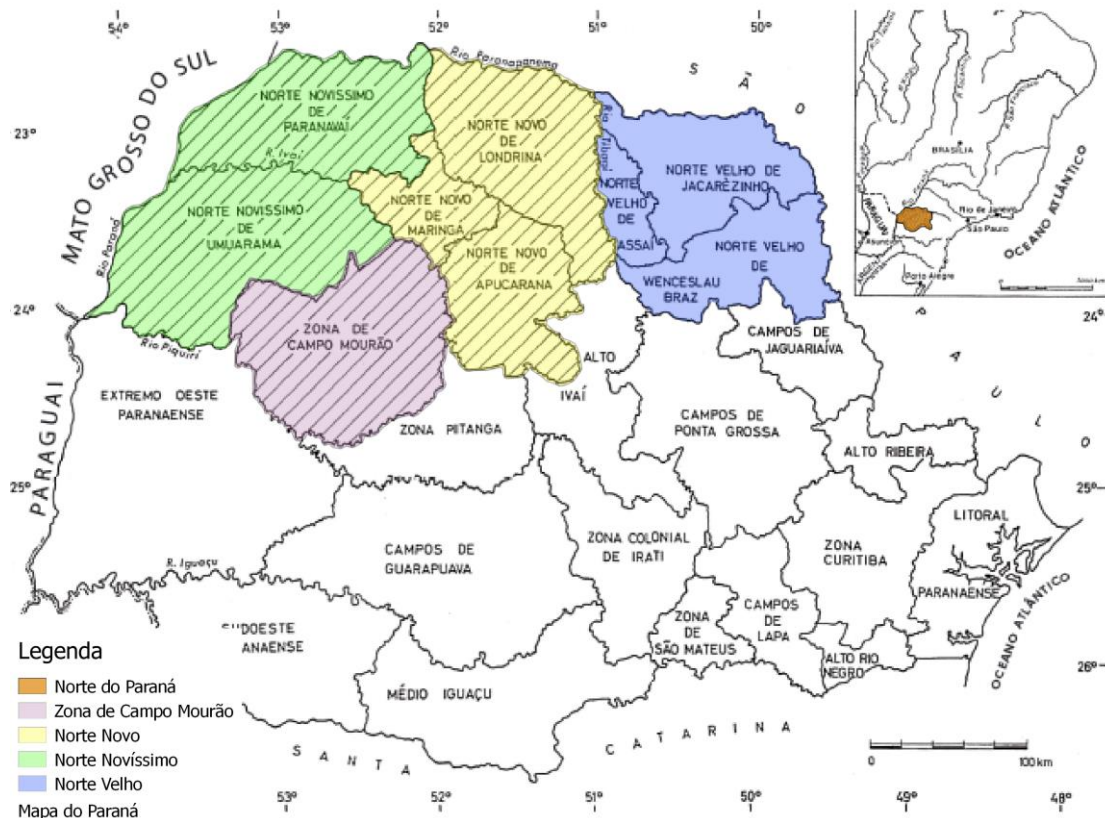
## 2.1 O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO NO PARANÁ E O USO DO SOLO DURANTE OS ANOS 1960

A economia do Paraná na década de 1960 já constituía um forte quadro de dependência da atividade cafeeira. Nos anos de 1959 até 1962, o volume produzido na região norte atingiu a média de 2 milhões de toneladas anuais, as maiores produções registradas pelo estado até 2010.<sup>81</sup> A produção oscilava entre altas e baixas nos anos seguintes, com quedas expressivas após os anos em que houve a incidência de geadas severas.

---

<sup>81</sup> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MAPA 2 – REGIÃO CAFEIEIRA DO PARANÁ (1960/1970)



Fonte: Adaptado de KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014. p. 137.

Como observamos no primeiro capítulo, as intenções políticas para a economia estadual se concentravam em promover um parque industrial que permitisse ao Paraná sair do considerado estágio de economia periférica, se comparado a São Paulo. Ao passo que desenvolvia infraestrutura para segurar as rendas obtidas do comércio cafeeiro no estado para inversão no setor secundário, buscava alternativas para evadir da condição de dependência da atividade cafeeicultura.

O governo do estado, logo em 1962, empenhava-se na promoção da diversificação das lavouras, prevendo investimentos de 320 milhões de cruzeiros à CAFÉ DO PARANÁ, órgão pelo qual revendia sementes, principalmente de cereais e oleaginosas, aos agricultores e promovia a distribuição de gado para criação. Ainda, a companhia ofertava serviços de maquinário agrícola para as propriedades rurais, a fim de dinamizar a produção a custos menores.

Medidas como essas podem ser observadas nos dois governos que se seguiram na década de 1960 no Paraná, na forte ênfase à modernização da

economia do estado em Ney Braga e na diretriz do Desenvolvimento Integrado de Paulo Pimentel. Durante sua gestão, Braga atuou na promoção da diversificação agrícola, na intenção de transformar o Paraná no “celeiro do Brasil”, compreendendo que em breve chegaria o momento de estagnação da economia cafeeira, pois no estado não havia espaço físico para expansão nos moldes de cultivo operados na época.

Concomitante à sua gestão, a primeira fase do programa de erradicação do GERCA foi implantada após um processo de erradicação espontânea de pés de café nas três zonas cafeeiras no norte do estado, entre 1960-61. A iniciativa foi tomada pelos próprios cafeicultores, descontentes com o baixo preço do café derivado da superprodução e o parco rendimento das árvores cortadas que constituíam em sua maioria idade inferior a vinte anos pela falta de adubação.<sup>82</sup>

Assim, o primeiro ano do programa acumulou poucos contratos entre cafeicultores e a agência para a eliminação dos cafeeiros, e, em sua decorrência, teve um ritmo decrescente. O Paraná foi, dentre os quatro maiores produtores do grão no país, o que menos erradicou cafeeiros por meio da ação do GERCA, e nas duas fases do programa eliminou-se a mesma média de cafeeiros. O volume erradicado diferenciava-se entre as três zonas cafeeiras do norte do Paraná, como podemos ver na Tabela 4:

---

<sup>82</sup> KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014.

TABELA 4 – ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS NO PARANÁ NA PRIMEIRA FASE DO PROGRAMA DO GERCA (JUNHO DE 1962 – FINAL DE 1965) (NÚMEROS DE CAFEEIROS ERRADICADOS EM MIL)

| Regiões              | 1962<br>segundo<br>semestre | 1963   | 1964   | 1965   | 1962-<br>65<br>Total | Participação<br>das regiões<br>(em %) | Participação<br>da erradicação<br>1962-65 no<br>número de<br>cafeeiros em<br>1961 |
|----------------------|-----------------------------|--------|--------|--------|----------------------|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Norte Novo           | 5.590                       | 26.564 | 15.217 | 3.082  | 50.453               | 39                                    | 10,7                                                                              |
| Norte<br>Novíssimo   | 4.415                       | 35.382 | 16.802 | 6.208  | 62.807               | 47                                    | 11,1                                                                              |
| Norte Velho          | 4.043                       | 10.449 | 3.334  | 1.257  | 19.083               | 14                                    | 7,8                                                                               |
| Paraná<br>Total      | 14.048                      | 72.395 | 35.353 | 10.547 | 132.343              | 100                                   | 10,3                                                                              |
| Participação<br>em % | 8,8                         | 54,7   | 28,3   | 8,2    | 100,0                | -                                     | -                                                                                 |

Fonte: Adaptado de GERCA, 1967; GERCA, 1967, p. 29; IBC-OEA, 1964, p. 42 apud KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014. p. 132.

Na extensão do norte do Paraná, a erradicação atingiu, no primeiro semestre do programa, a média de 4.682 cafeeiros, tendo esse índice sido elevado devido à ação da severa geada que acometeu a região no ano de 1963. Após essa data, a erradicação apresentou números decrescentes até o final de 1965, quando, de acordo com Kohlhepp, houve a estagnação quase completa do processo.<sup>83</sup>

Cancian observa que os procedimentos de erradicação ou replantio de café no Paraná acompanhavam a situação mais imediata da cafeicultura no que tangia aos preços do produto. Segundo a autora, era uma prática já efetiva retraindo a área de cafeeiros na conjuntura de baixos preços, encaminhando-se para a formação de pastagens e de lavouras temporárias, e estendendo os cafezais mediante a disponibilidade de terras em período de alta de preços.<sup>84</sup> Ou seja, as características de uso do solo nas zonas cafeeiras do Paraná não seguiram uma configuração fixa ao longo do século XX, sendo expandidas ou retraídas as lavouras permanentes, temporárias e pastagens de acordo com as necessidades em curto prazo.

Sobre o Norte Velho, Cancian demonstra que o predomínio do café até 1920 no núcleo de Wenceslau Braz oscilou nas décadas seguintes: de 8.811 hectares em 1920, sendo elevado a 10.627 em 1935 e 11.060 em 1942, até retraindo para 8.850 em

<sup>83</sup> KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014.

<sup>84</sup> CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense**: 1900/1970. Curitiba: Grafipar, 1981.

1945. Até 1950, o café constituía uma ocupação secundária, pois a combinação do uso do solo direcionava-se para as pastagens e lavouras temporárias devido ao empobrecimento da terra e a consequente improdutividade dos cafeeiros. A cafeicultura estava vigorando em primeiro plano nos municípios mais novos, como Japira, Pinhalão e Ibaiti, enquanto os municípios mais antigos da região voltavam-se ao cultivo de lavouras anuais para revenda no mercado interno.<sup>85</sup>

Em 1950, a predominância da atividade cafeeira era de ao menos 50% em quase todos os seis municípios novos criados ao longo da década anterior no núcleo de Jacarezinho, com exceção de Jundiá do Sul. As demais frações de terra eram ocupadas pelas lavouras temporárias, muitas vezes intercalares ao plantio de café, e com pastos. Entre essa década e a seguinte foram criados mais 5 municípios, que junto aos pré-existentes totalizavam 17, nos quais o cultivo do café no Norte Velho de Jacarezinho, em 1960, predominava em 76%.<sup>86</sup>

O aumento dos cafezais verificados entre 1950 e 1960 no Norte Velho corresponde à elevação dos preços causados pelo equilíbrio estatístico vivenciado no período, que no final dos anos 1950 voltariam a um quadro de superprodução. Mediante essa nova configuração, muitos cafeeiros foram retirados para a colocação de pastos e lavouras de cereais. Isso explica a reconfiguração da paisagem e uso do solo antecedentes à atuação do GERCA na mesorregião e a menor incidência de erradicação através desse programa em comparação às demais no norte do Paraná.

No Norte Novo, a ocupação do solo anterior ao pós-guerra compunha pequenas lavouras de café com cultivos intercalares (algodão, fumo, batata, cana-de-açúcar, dentre outras culturas) e a criação de suínos e gado. A intensificação do plantio de pés de café correspondeu ao período subsequente, quando dos 9 municípios do Norte Novo de Londrina, no começo da década de 1950, apenas em 2 o café não obtinha predominância. Os cafezais eram estabelecidos nos espigões, áreas mais altas e menos suscetíveis aos efeitos das geadas, e nas baixas regiões de vales estendiam-se as pastagens. Cancian observa que a especialização em

---

<sup>85</sup> CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981. p. 96-100 passim.

<sup>86</sup> Ibid., p. 100-105 passim.

torno do café era tamanha, que inexistindo as baixadas possivelmente inexistiriam as pastagens, visto que a tendência no período era a monocultura.<sup>87</sup>

Contudo, o crescimento da produção fez cair o preço do café, motivando a formação de um quadro de diversificação de culturas. Os municípios que anteriormente se enquadravam na monocultura acompanharam essa tendência. As oleaginosas e a cana-de-açúcar, sobretudo em 1970, foram ocupando maiores proporções de terra. Compreende-se que, após o surto dos altos preços, o café foi mantido nas áreas ecologicamente viáveis ao seu cultivo, com solos mais ricos e menores riscos de congelamento da planta.

No Norte Novo de Apucarana, o café estava em primeiro plano, porém a ocupação do solo na área total da microrregião apresentava combinações diferenciadas. As partes menos propícias ecologicamente mantiveram-se à margem do processo, dando início à participação na agricultura comercial nas décadas de 1960 e 1970, com produtos diversificados, quando nessa última década apenas dois municípios mais ao norte do Paralelo 24º assumiram a produção de café, enquanto os demais dividiam-se entre as pastagens e lavouras temporárias.

A tendência à monocultura esteve presente durante a década de 1960 nas cidades que compunham o Norte Novo de Maringá, Norte Novíssimo de Paranavaí e Umuarama, no entanto, as áreas mais vastas do Noroeste abrangiam os cafezais entremeados por pastagens.

Durante a primeira fase da erradicação, a resistência de algumas frações da grande zona cafeeira do Paraná baseava-se sobretudo no Norte Central, ou seja, Londrina e Maringá, onde o solo era melhor para o cultivo cafeeiro. A diversificação efetivou-se nas áreas de cafezais mais velhos em decorrência dos preços. Nas regiões onde os cafezais eram mais novos, a resistência se manteve até 1970, principalmente pelos preços alcançados após os efeitos das geadas de 1963 e de 1969.

---

<sup>87</sup> CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981. p. 106-111 passim.

TABELA 5 – ERRADICAÇÃO NO NORTE NOVO E NOVÍSSIMO DO PARANÁ (1966/1967)

|                         | Erradicação<br>(em 1000<br>árvores) | Porcentagem<br>de<br>erradicação<br>por número<br>de cafeeiros<br>1966 (em %) | Porcentagem de<br>fazendas com<br>erradicação pelo<br>número total das<br>fazendas com<br>plantio de café<br>(em %) | Área que<br>ficou<br>livre (em<br>ha) | Porcentagem<br>da área de<br>plantio de<br>café 1966<br>(em %) |
|-------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| Região de Londrina      | 16.823                              | 7,7                                                                           | 10,3                                                                                                                | 21.686                                | 8,9                                                            |
| Região de Maringá       | 9.353                               | 9,4                                                                           | 15,5                                                                                                                | 13.571                                | 10,7                                                           |
| Região de Apucarana     | 8.238                               | 9,8                                                                           | 12,9                                                                                                                | 11.928                                | 13,5                                                           |
| Norte Novo              | 34.414                              | 8,5                                                                           | 12,5                                                                                                                | 47.185                                | 10,3                                                           |
| Região de Paranavaí     | 30.348                              | 20,0                                                                          | 30,1                                                                                                                | 39.432                                | 20,0                                                           |
| Região de Umuarama      | 15.397                              | 8,9                                                                           | 11,1                                                                                                                | 19.628                                | 11,3                                                           |
| Região de Campo Mourão  | 8.584                               | 15,7                                                                          | 21,3                                                                                                                | 12.368                                | 10,3                                                           |
| Norte Novíssimo         | 54.329                              | 14,3                                                                          | 17,7                                                                                                                | 71.428                                | 14,5                                                           |
| Total da área analisada | 88.743                              | 11,3                                                                          | 15,1                                                                                                                | 118.613                               | 12,5                                                           |

Fonte: KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014. p. 133.

Na Tabela 5, está demonstrada a maior incidência da erradicação na porção do Norte Novíssimo do Paraná em comparação à região central do Norte Novo. Esse número está relacionado às condições ecológicas da região, cujo solo, composto majoritariamente por arenito Caiuá, não suportava a exploração contínua de uma cultura permanente como o café, sofrendo com sucessivos processos erosivos. As discrepâncias entre a porcentagem de cafeeiros erradicados e áreas liberadas demonstradas na tabela são explicadas por Kohlhepp como resultado da densidade diferenciada em que era realizado o plantio dos pés de café.<sup>88</sup>

No final de 1966, caiu o regulamento que exigia que a terra liberada do plantio de café fosse arada e cultivada por uma lavoura previamente escolhida pelo IBC, bem como foram autorizados o estabelecimento de pastagens e a criação de gado leiteiro, e posteriormente aprovou-se a criação de corte. O subsídio para a erradicação poderia também ser invertido em estabelecimentos industriais e de

<sup>88</sup> KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014.

processamento de bens agrícolas mediante a aprovação da autarquia. No ano seguinte, a produção paranaense de café havia sido abalada pela geada ocorrida em 1966, e o programa de erradicação encontrou seu final nesse mesmo momento.

Após as ações empreendidas pelo GERCA em acordo com os plantadores, que acreditavam obter uma troca satisfatória ao receber indenizações por pés de café arrancados, os estoques nacionais do grão diminuíram sensivelmente. Além da diminuição dos cafezais, houve, no período de execução do programa, a ocorrência de três geadas que colaboraram para a retração no volume da produção de café, nos anos de 1962, 1963 e 1966.

Em 1966, teve início o governo de Paulo Pimentel, no qual forte atenção foi dada à questão da agropecuária estadual, sobretudo à diversificação da agricultura e ao estabelecimento de um competitivo plantel de gado. Esses objetivos ganharam espaço privilegiado nas Mensagens encaminhadas pelo governador à Assembleia Legislativa junto aos esforços para a ampliação e diversificação de segmentos industriais.

O Programa de Investimentos para o seu governo (1966-1971) contemplava um Plano Preliminar de Diversificação da Produção na Região Cafeeira, elaborado pela CODEPAR. O Plano em questão fora idealizado como um pedido de recursos financeiros aos “órgãos competentes”, demonstrando a perspectiva da diversificação, os benefícios desse processo e a atenuação dos efeitos sociais por ele gerados no mercado de trabalho rural. De acordo com o Plano Preliminar, havia a necessidade de mobilizar a iniciativa privada, ou seja, os produtores rurais para a diversificação das lavouras, pois afirmava-se:

Estamos cientes, outrossim, de que a economia paranaense, nos seus estreitos limites de interesse econômico-financeiro, considerando o valor intrínseco da produção e a conseqüente renda gerada, não é espontaneamente sensibilizada para uma política de substituição da lavoura cafeeira. Entretanto, tendo em vista a alta responsabilidade dos compromissos assumidos pelo Governo do País no tocante ao Acordo Internacional do Café, visando sobretudo a eliminação da oferta no mercado mundial, estaremos dispostos a sensibilizar a iniciativa privada atuante nesse setor para que colabore num “PLANO DE DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS”, desde que recebamos substancial cobertura para os investimentos necessários.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná. **Plano preliminar de diversificação da produção na região cafeeira**: programa de investimentos 1966-1971. Curitiba: 1966. p. 6.

O Plano demonstrava que, por meio da efetivação da erradicação encaminhada pelo Governo Federal e seus órgãos credenciados, a renda dos produtores seria alienada em 135 bilhões de cruzeiros, considerando a remuneração de 30 mil cruzeiros para cada saca de 60 kg beneficiada, perfazendo um montante de 4.500.000 sacas. Ponderando sobre esse efeito e sua repercussão entre os agricultores, estabelecia-se uma necessidade de apontar aos mesmos a oportunidade de menores prejuízos mediante alternativas de cultivo, para que a erradicação pudesse continuar a ser viabilizada.

A hipótese de diversificação apontada pelo Plano visava a correção da reocupação de alguns cultivos substitutivos, pautados basicamente na redução da área ocupada com pastagens, que nos primeiros esforços da diversificação acabaram ocupando 40,4% das antigas áreas do café e da cultura do algodão com 16% da reocupação. A ampliação de cultivos como mamona, arroz, milho e oleaginosas também compunham as metas apontadas, com o apoio de pesquisas direcionadas e planejamento.

Apesar do incentivo à consolidação da pecuária paranaense durante esse governo, o controle da substituição por pastagens, como vimos, intencionava precaver qualquer “hipótese de tensão social” consequente da retração da demanda de mão de obra rural.<sup>90</sup> O café requeria grande quantidade de trabalhadores, que permaneciam em sua maioria ocupados permanentemente nos 12 meses do ano com o cultivo, cuidando de todas as etapas do plantio e manutenção das árvores à colheita e preparação do grão.

As culturas alternativas que vinham sendo praticadas nas zonas cafeeiras mantinham o uso efetivo da mão de obra em aproximadamente oito meses por ano. Assim, o governo admitia ciência sobre o desemprego de 11.064 famílias, o que corresponde a menos 22.459 empregos no processo de diversificação. As medidas paliativas apontadas pelo Plano previam o aumento da demanda de mão de obra durante os períodos de colheita das lavouras cafeeiras remanescentes e nas atividades industriais e de serviços nas áreas urbanas. Ainda defendia a pouca ênfase dada ao uso intenso de maquinário agrícola no curto prazo, restringindo sua utilização à preparação do solo.

---

<sup>90</sup> CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná. **Plano preliminar de diversificação da produção na região cafeeira**: programa de investimentos 1966-1971. Curitiba: 1966.

Outro fator, apontado por Panagides em sua reflexão sobre a substituição das lavouras cafeeiras em nível nacional, aparece como uma dificuldade a esse processo no Paraná.<sup>91</sup> A renda gerada pelas lavouras substitutivas era inevitavelmente menor que a proporcionada pelo café. O Plano, em discordância da apuração dos órgãos do governo federal, que previa renda equivalente a 70%, apontava que, considerando as condições ecológicas favoráveis aliadas à tecnologia, a formação de renda pelas novas culturas seria de 80% em relação às lavouras cafeeiras. Ao pesar o valor da produção e custos de formação das lavouras substitutivas, a diferença a favor do café concentrava-se na ordem de 26.415.294.000 cruzeiros anuais.<sup>92</sup>

Ao contrário do que foi defendido na década seguinte sobre a resistência da lavoura cafeeira às intempéries do clima, enfatizando seu retorno financeiro e reivindicando a aplicação de recursos externos ao estado, o Plano alegava que

É necessário computar ainda que a lavoura cafeeira é menos sensível às adversidades climáticas, tem comercialização assegurada – inclusive com preços mínimos pré-estabelecidos, encontra facilidades tradicionais de crédito a prazos de safra e já está formada e instalada, dispensando novos esforços em investimentos e em modificações de hábitos e técnicas para a população produtora. Isto posto, é bem fácil compreender que o café só dará lugar a outras culturas se forem ofertados superestímulos a esta substituição. Para enfrentar um esquema dessa natureza, com tão difíceis perspectivas, há necessidade de mobilização de vultosos recursos para compensar a prazo médio a diferença de renda.<sup>93</sup>

A proposta que se apresentava era a melhoria de rentabilidade das novas culturas por meio da pesquisa e assistência técnica, uso de adubos, defensivos e corretivos do solo, mecanização, armazenagem correta e beneficiamento de seus produtos. Ainda, a obtenção do efeito multiplicador de suas receitas pelo aumento do seu grau de elaboração, ou seja, pela industrialização dos produtos agrícolas. Esperava-se das indústrias o apoio ao setor primário e a criação de novos empregos que amenizassem a questão da mão de obra.

Os custos previstos para a implantação dessas medidas eram de 66 bilhões de cruzeiros para a eliminação de 330 mil cafeeiros, 93,344 bilhões para a formação

<sup>91</sup> PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1686/5880>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>92</sup> CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná. **Plano preliminar de diversificação da produção na região cafeeira**: programa de investimentos 1966-1971. Curitiba: 1966.

<sup>93</sup> Ibid., p. 23.

das lavouras substitutivas e mais de 38,732 bilhões para o implemento da mecanização, assistência técnica e pesquisas. Para o segundo e terceiro item, o Plano requeria financiamento pelo prazo de 20 anos, a fim de que fossem compensadas nesse período a redução da renda antes obtida com as lavouras de café.

O fomento à agroindústria era elemento essencial para que o Estado pudesse manter o nível de renda com a agricultura diversificada equivalente àquele proporcionado pelo café nos períodos anteriores. Para seu estabelecimento, foi dada continuidade às obras de infraestrutura iniciadas no governo Braga em rodovias, eletrificação, comunicações, reaparelhamento do Porto de Paranaguá e armazenagem. O Plano previa a instalação nos próximos cinco anos de indústrias de embalagens, fiações, frigoríficos, indústrias químicas e de maquinário agrícola, com expectativas de geração de 23.570 empregos.<sup>94</sup>

No Plano, os recursos requeridos para a implementação de seus objetivos eram justificados pela projeção de gastos que o IBC teria com a compra dos excedentes da superprodução cafeeira em 5 anos, alegando que a “[...] utilização alternativa desses recursos na diversificação da lavoura e no financiamento desta temporária perda de renda, seria mais racional e menos oneroso”.<sup>95</sup>

O Plano refletia o desejo do governo estadual por uma nova configuração da agricultura na região Norte do Paraná, contudo, ele mesmo previa a possibilidade de atingir ao menos 70% das metas definidas devido às dificuldades que poderiam surgir nos anos de vigência a que se pressupunha, afinal, não era, ao menos diretamente, compulsório aos agricultores acatar os mesmos planos para si.

A seguir ao fim do programa de erradicação em 1968, com resultados considerados adequados ao que se objetivava com a diminuição da produção e dos estoques, e sob a ação destruidora da geada de 1969, cuja produção caiu de 1.492.000 toneladas nesse ano para 196.000 toneladas no ano de 1970 no Paraná, tiveram lugar os incentivos para uma renovação dos cafezais, no entanto, esse processo não se daria por meio da expansão em área de cultivo. A partir de então, a cafeicultura brasileira não seria mais a mesma, passando por uma profunda alteração em sua estrutura e em suas bases técnicas.

---

<sup>94</sup> CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná. **Plano preliminar de diversificação da produção na região cafeeira**: programa de investimentos 1966-1971. Curitiba: 1966.

<sup>95</sup> Ibid., p. 41.

Concomitante à ação de diversificação, ainda durante a gestão de Pimentel, e considerando a situação da cafeicultura, o governo paranaense formulou um plano de incentivo à atividade, em 3 de novembro de 1969, confirmando que a história do café no Brasil compôs-se, como mencionou Stolcke, de nítidas oscilações cíclicas.<sup>96</sup>

O Plano de Incentivo à Cafeicultura Paranaense<sup>97</sup> tinha como meta inicial a implantação de 160 a 200 milhões de pés de café para fazer a cobertura de 50% do déficit previsto para os anos iniciais da década de 1970 da produção brasileira em relação às necessidades de consumo interno e exportação. No entanto, partindo de um ponto mais realista apurado por um grupo de trabalho especializado, o objetivo foi reformulado para 120 milhões de cafeeiros a serem cultivados em moldes técnicos no curto prazo.<sup>98</sup>

TABELA 6 – REDUÇÃO DOS ESTOQUES ACUMULADOS FACE ÀS ESTIMATIVAS DAS PRODUÇÕES FUTURAS (EM MILHÕES DE SACAS)

| Safra                           | Produção estimada | Demanda | Saldo anual | Saldo acumulado |
|---------------------------------|-------------------|---------|-------------|-----------------|
| 68/69                           | -                 | -       | -           | 43,25           |
| 69/70                           | 20,40             | 28,00   | - 7,60      | 35,65           |
| 70/71                           | 10,30             | 28,00   | - 17,70     | 17,95           |
| 71/72                           | 17,20             | 28,00   | - 10,80     | 7,15            |
| 72/73                           | 20,80             | 28,00   | - 7,20      | - 0,05          |
| Saldo negativo no período       |                   |         | - 43,30     |                 |
| Média anual do déficit previsto |                   |         | - 10,82     |                 |

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano de Incentivo à Cafeicultura Paranaense**. Curitiba: ACARPA, 1969. p. 3.

Como apontado na Tabela 6, previa-se uma drástica redução na produção nacional no ano agrícola de 1970-71, insuficiente ao atendimento de metade da demanda pelo café no mesmo período, o que seria uma realidade nos próximos anos, apesar do projetado crescimento da produção. O Plano demonstrava preocupação com a formação de estoques que atendessem ao menos uma vez e

<sup>96</sup> STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>97</sup> Esse plano foi elaborado por uma junta técnica especializada, congregando profissionais da Secretaria da Agricultura pelo Departamento Estadual do Café, Departamento de Economia Rural e Departamento de Extensão e Fomento, em conjunto com a Federação da Agricultura do Paraná, pelo Departamento de Estudos Econômicos e Sociais, e também pelo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, Banco do Estado do Paraná S.A. e pelo Dr. Olavo Garcia Ferreira da Silva, representante indicado pela Sociedade Rural do Norte do Paraná, da Associação de Cafeicultores do Norte do Paraná para acompanhar os trabalhos.

<sup>98</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano de Incentivo à Cafeicultura Paranaense**. Curitiba: ACARPA, 1969.

meia a demanda total, visando as flutuações da produção derivadas das intempéries do clima.

O Plano de Incentivo previa a instalação escalonada de cafeeiros, com um primeiro plantio de 20 milhões em 1970, 40 milhões em 1971 e 60 milhões em 1972, para que a iniciativa privada e o Estado pudessem se adequar aos esforços mobilizados pelo mesmo. As áreas nas quais o acréscimo de cafeeiros seria realizado foram distinguidas em: zona 1, que compreendia em sua maioria municípios do Norte Novo; zona 2, compreendendo os municípios ao norte da zona de Campo Mourão, no Noroeste – ambas essas zonas eram consideradas as que reuniam melhores condições para o café; zona 3, abrangendo municípios do Norte Velho; e, finalmente, zona 4, contendo municípios do Norte Novíssimo. A previsão de implantação de cafeeiros nessas zonas em milhões era de 70, 10, 15 e 25, respectivamente.

Esse processo de renovação de cafezais estabelecia alguns critérios para as áreas nas quais seriam implantados os novos cafeeiros, pautados numa racionalização da cafeicultura, que considerava as premissas ecológicas encontradas nos municípios das zonas selecionadas para sua efetivação, como “[...] os substratos geológicos, os solos deles originados, os elementos climáticos e sua distribuição basicamente acima do paralelo 24º”.<sup>99</sup> O governo paranaense se responsabilizava pelo financiamento do replantio de café, desde que realizado por um agrônomo credenciado, ou seja, de forma racional e com a apresentação pelo dono da propriedade de um plano técnico agronômico.

Apesar de sua publicação refletir as necessidades do mesmo período, o que nos parece a um primeiro relance uma grande ironia, o Plano Preliminar de Diversificação da Produção na Região Cafeeira e o Plano de Incentivo à Cafeicultura Paranaense tinham em concordância a manutenção da renda gerada pela atividade aos cofres estatais, sempre por meio do controle da produção.

No entanto, o Plano de Incentivo à Cafeicultura Paranaense não foi efetivado, perdendo espaço para uma série de programas gestados pelo IBC para a modernização agrícola que contemplava a atividade cafeeira no sentido de proporcionar recursos técnicos a fim do incremento da produtividade.

---

<sup>99</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano de Incentivo à Cafeicultura Paranaense**. Curitiba: ACARPA, 1969. p. 12.

O movimento de modernização era, no início da década de 1970, algo generalizado, sendo imposto como meta no **I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)** elaborado pelo governo federal com o intuito de modernizar as bases da agricultura, mas também das demais atividades econômicas e de todo o aparato governamental. Assim, como veremos a seguir, os moldes técnicos da exigência do IBC e dos demais órgãos correlacionados à agricultura passariam a integrar o amplo projeto modernizador do Estado.

## 2.2 I E II PND: ESBOÇANDO O PERFIL DA AMPLA MODERNIZAÇÃO NACIONAL

Durante os dois primeiros governos militares no Brasil (1964-1969), a preocupação que norteava as decisões econômicas era o controle da inflação, fator necessário para o estabelecimento do processo de crescimento econômico.

As condições favoráveis do cenário externo aliadas às medidas internas de arrocho salarial, controle do crédito e aumento de impostos, entre outras, possibilitaram um rearranjo na economia da época, a qual teve nos anos subsequentes uma elevada taxa de crescimento, inflação controlada, saldo positivo na balança de pagamentos e a caracterização do Brasil como local seguro para investimentos.<sup>100</sup> Esse período, de 1968 a 1973, ficou conhecido como o “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”, quando o país teve um salto em sua economia, o PIB atingiu a marca de 11,9% em 1972 e houve incremento do poder aquisitivo da classe média.

Nesse ínterim, em setembro de 1971 foi encaminhado ao Congresso o **I Plano Nacional de Desenvolvimento**, aprovado o documento estabelecia as estratégias econômicas e suas metas para o triênio 1972-1974. Esse plano, juntamente com o Orçamento Plurianual de Investimentos (1971-1973), veio a complementar o Plano Metas e Bases Para a Ação do Governo (MBAG), divulgado em 1970.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 162.

<sup>101</sup> MATOS, P. O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002, 184f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/publico/patricia.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 45.

Apesar do nome, Froelich aponta que esse plano consistia mais em bases para o crescimento econômico do que para o desenvolvimento, pois não atribuía grande atenção à distribuição de renda para a população.<sup>102</sup> Ainda assim, no campo dos pressupostos para um desenvolvimento integrado e autossustentável descrito no documento, constava a disseminação dos resultados do “progresso econômico” para todas as camadas da população nas diferentes regiões do país, ainda que as estratégias não fossem aptas à concretizá-la.<sup>103</sup>

Elaborado durante o terceiro governo da ditadura militar, o documento abre suas propostas com afirmações elogiosas sobre o período, cujo objetivo alegado, era “[...] elevar o Brasil à categoria dos países de alto nível de desempenho em todos os setores [...]”, com crescimento do PIB, expansão industrial e aumento das exportações com ênfase nos produtos manufaturados, “[...] perseguindo elevados níveis de reservas e extraordinária vitalidade no mercado de capitais”.<sup>104</sup>

Os objetivos nacionais aos quais o **I PND** se propunha eram os de alçar o Brasil ao rol das nações desenvolvidas, duplicar a renda *per capita* em relação a 1969, expandir a taxa de emprego e retrain a inflação. Ainda, preconizava uma política internacional que não apresentasse entraves às suas metas.<sup>105</sup>

Assim, o plano estipulava um “modelo brasileiro de desenvolvimento”, fundamentado na ação conjunta do governo federal e dos estados em um sistema de “federalismo cooperativo”, no qual a União definiria as prioridades e estratégias enquanto aos estados cabia executar as obras.

Para o **I PND**, esse modelo proporcionaria a criação de uma economia moderna e competitiva. Esse caráter moderno exigiria uma “mudança de concepção” ao governo, empresariado e demais agentes econômicos, ou seja, a adaptação e o convencimento sobre algumas mudanças seriam necessários a todos os envolvidos na dinâmica econômica do país.

No que tange ao modelo de mercado pensado no documento, previa-se a modernização de pequenas e médias empresas condicionada pelo governo.

<sup>102</sup> FROELICH, G. M. As matrizes ideológicas do II PND (1975-1979). **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18, n. 1 (31), p. 1-26, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/11817/8542.%20Acessado%20em%2010>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 2.

<sup>103</sup> BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1972/74. Brasília, dez. 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 13.

<sup>104</sup> BRASIL, loc. cit.

<sup>105</sup> Ibid., p. 15-19 passim.

Enquanto o país ainda não sediava empresas privadas nacionais de grande porte nos setores que estas atuavam, elas continuariam a ter papel relevante e seriam apoiadas pelo Estado com incentivos fiscais e política monetária favorável. Segundo o **I PND**, seria realizada no período previsto a concessão prioritária de investimentos para empresas que atuavam nos ramos de educação, habitação, energia, transportes e comunicações.<sup>106</sup>

A tecnologia empregada e a gestão dos diferentes setores tanto governamentais quanto privados foram alguns dos pontos principais na estratégia delineada pelo **I PND**. A expansão da fronteira econômica, aproveitamento do capital humano qualificado e a consolidação do desenvolvimento do núcleo básico no Centro-Sul e da indústria do Nordeste foram elencados como fatores essenciais que o país dispunha para a ampliação de sua economia.

Na base propulsora do requerido desenvolvimento nacional, continuaria a agricultura aliada à indústria, os chamados “setores diretamente produtivos”, aos quais cabiam o aumento de investimentos e da produção, a oferta de empregos e impulso à infraestrutura econômica e social.<sup>107</sup> O Plano buscava traçar meios para que o retrocesso da agricultura fosse evitado, a fim de que a estratégia de impulso aos demais setores e o crescimento do PIB, do qual dependeria a ampliação do mercado interno, não fossem comprometidos.

Assim, como para a indústria, a economia externa, o desenvolvimento regional e a integração social, o setor agrícola teve impressa nas páginas do **I PND** uma estratégia própria. Para a agricultura e a indústria, visava-se a manutenção do crescimento acima de 7% e 10%, respectivamente. Do produto industrial, esperava-se a capacidade de competir no exterior, mediante a redução dos seus custos de produção e aumento da qualidade.

O Plano determinava o impedimento de investimentos maciços sem produtos novos, pouco viáveis, e a substituição de importações a custos elevados, assim como estipulava maior atenção ao setor de bens de capital para difundir tecnologias aos demais setores. O foco industrial deveria ser, portanto, nas

---

<sup>106</sup> BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1972/74. Brasília, dez. 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>107</sup> Ibid.

indústrias tradicionais e naquelas de tecnologia mais refinada, para fortalecer a atuação de seus produtos no mercado internacional.

Já para a estratégia agrícola, o **I PND** dividia-se em três pontos: modernização das estruturas de comercialização; distribuição dos produtos agrícolas; e transformação da agricultura praticada no Nordeste do país e nas bases técnico-produtivas no Centro-Sul.

A modernização do comércio e a distribuição do produto agrícola nacional englobavam a multiplicação da infraestrutura. Para isso, o **I PND** previa a construção de estruturas especializadas de transporte que se completavam com a reforma dos portos principais. Seria, de acordo com a estratégia descrita no Plano, liberado crédito aos produtores rurais para que ampliassem em suas propriedades a capacidade de armazenagem e ao setor privado para realizar a fase intermediária desse processo. No entanto, corredores de transportes e centrais de abastecimento seriam construídos em relação à renda obtida com o setor e a disponibilidade do mercado.<sup>108</sup>

A partir do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), planejava-se a modificação da agricultura tradicional de subsistência dessas regiões para plantios mais característicos à economia de mercado, com a introdução de novas tecnologias aos cultivos básicos e modificação na estrutura agrária. Fazia parte desse planejamento a expansão da fronteira agrícola para os vales úmidos do Nordeste e da Amazônia, bem como do Planalto Central.<sup>109</sup>

Para o Centro-Sul, foi delineado o estabelecimento de uma agricultura de base empresarial, intencionando o acréscimo de competitividade de seus produtos no exterior, dos mais tradicionais àqueles que recentemente o país havia substituído de importações e passava a exportar, como o trigo.

O Plano estipulava os setores de alta elasticidade-renda como prioridades, como a pecuária de leite e de corte, a pesca e outros produtos de origem animal. A industrialização dos itens agrícolas para amenizar os efeitos da entressafra e

---

<sup>108</sup> BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1972/74. Brasília, dez. 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 24.

<sup>109</sup> A expansão da fronteira agrícola para esses espaços cumpria não somente o objetivo do Plano de integrar todas as regiões à economia nacional, mas também, como apontado pelo mesmo, em reduzir o fluxo migratório de pessoas para o Centro-Sul, em especial aos grandes centros urbanos. Ver: *Ibid.*, p. 66.

diversificar os gêneros ofertados para a exportação, assim como o cultivo de produtos não tradicionais, constavam na lista prioritária do planejamento.

A diversificação da pauta de exportações concernia em criar categorias capazes de competir com a posição do café. As apostas eram os produtos manufaturados, minérios e produtos agrícolas não tradicionais, com projeção de US\$ 800 milhões e de US\$ 600 a 700 milhões em 1974 e 1975, respectivamente.<sup>110</sup>

Assim, a política de desenvolvimento de agricultura e pecuária apoiava-se em três pilares que caracterizaram a modernização do setor na década de 1970: transformação tecnológica na produção e no comércio, sustentada por financiamentos governamentais; uso de insumos modernos; e pesquisa agropecuária.<sup>111</sup> As projeções estipuladas para o setor da agricultura e o abastecimento ao findar a vigência do **I PND**, em 1974, podem ser observados na Tabela 7, a seguir:

TABELA 7 – METAS SETORIAIS DO **I PND** PARA 1974: AGRICULTURA E ABATECIMENTO

| Setores                                                  | Situação em 1970 | Meta para 1974 | Aumento (%) |
|----------------------------------------------------------|------------------|----------------|-------------|
| <b>Agricultura- Abastecimento</b>                        |                  |                |             |
| <b>Desenvolvimento Tecnológico</b>                       |                  |                |             |
| Consumo de Fertilizantes (em 1.000 t de nutrientes)..... | 900              | 1.400          | 56          |
| Corretivos (uso de calcário, em 1.000 t).....            | 1.390            | 2.400          | 73          |
| Defensivos Agrícolas (em t).....                         | 37.000           | 70.000         | 89          |
| Mecanização, Tratores Agrícolas (unidades).....          | 97.000           | 130.000        | 34          |
| <b>Assistência Técnica (Extensão Rural)</b>              |                  |                |             |
| Municípios assistidos.....                               | 1.548            | 2.200          | 42          |
| <b>Desenvolvimento da Infraestrutura Agrícola</b>        |                  |                |             |
| Programa de Irrigação do Nordeste (ha irrigados).....    | 30.000           | 70.000         | 133         |
| <b>Eletrificação Rural</b>                               |                  |                |             |
| Linhas construídas (em km).....                          | 6.600            | 26.000         | 294         |
| Potência instalada (em milhões de kW).....               | 50               | 240            | 380         |
| Propriedades beneficiadas (unidades).....                | 117.000          | 420.000        | 259         |
| Consumo de energia (em milhões de kWh).....              | 11               | 82             | 645         |
| <b>Reforma Agrária e Colonização (Transamazônica)</b>    |                  |                |             |
| Famílias assentadas.....                                 | -                | 70.000         | -           |
| <b>Abastecimento</b>                                     |                  |                |             |
| Centrais de Abastecimento em Operação.....               | 1                | 15             | 1.400       |

Fonte: Adaptado de BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1972/74. Brasília, dez. 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>110</sup> BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1972/74. Brasília, dez. 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 34.

<sup>111</sup> Ibid., p. 25.

De acordo com esses dados, podemos observar as audaciosas intenções do governo para a modernização do setor. Os investimentos previstos no **I PND** para a agricultura e o abastecimento eram de 15.600 milhões de cruzeiros, desprezados os valores destinados ao CREAL (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A.) e demais órgãos institucionais.<sup>112</sup>

Castro expõe que, mais do que mudanças relevantes à concepção da política de modernização agrícola de planos anteriores, houve continuidades em sua formulação, sendo que pesquisa, assistência técnica e crédito rural estiveram presentes nos projetos para a agricultura desde a Missão Técnica Brasil-Estados Unidos (Missão Abbink), de 1949.

O diferencial exposto no **I PND** veio a ser a grande atenção dada à tecnologia, não apenas ao seu consumo nos setores econômicos, mas na colocação do país como um produtor de tecnologias refinadas. Nas páginas do **I PND**, enfatizava-se o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT), demonstrando que ciência e tecnologia passariam a ser um “[...] objetivo explícito da política econômica, um fim em si mesmo [...]”, além de dar base à efetivação dos objetivos nacionais expostos.<sup>113</sup>

O Plano enfatizou o uso de tecnologias mais elaboradas para o crescimento econômico em todos os setores da economia e mesmo à gestão governamental.<sup>114</sup> Para a agricultura e a pecuária, sobretudo à primeira, a expansão da rede elétrica para o campo, o uso de insumos como corretivos do solo, defensivos, fertilizantes e maquinário agrícola determinaram a tecnologização do setor.

Como demonstrado na Tabela 7, a meta a ser obtida até 1974 era a de proporcionar ao campo um aumento significativo em eletrificação, quase triplicando os quilômetros de linhas elétricas construídas e as propriedades beneficiadas. O interesse em aumentar o consumo de fertilizantes atingia uma dupla necessidade, tanto de acrescer a produtividade dos cultivos quanto de absorver a produção da indústria química especializada nesses insumos. A meta para o incremento da

---

<sup>112</sup> BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1972/74. Brasília, dez. 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 46.

<sup>113</sup> CASTRO, A. C. Ciência e Tecnologia para a Agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 309-344, set./dez. 1984. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9265/5292>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 334.

<sup>114</sup> BRASIL, op. cit., p. 55.

indústria de fertilizantes de 1970 a 1974 era de 248 para 820 mil toneladas, ou seja, 230%, enquanto o objetivo de absorção no mercado interno era estimado de 900 para 1.400.000 de toneladas.<sup>115</sup> Ainda no campo do desenvolvimento tecnológico, o governo estimava o aumento de 34% no uso de equipamentos motomecanizados na agricultura, durante a vigência do Plano.

Os elementos apontados no Plano como necessários à dinamização do setor agropecuário e à formação de capital visavam a integração com a indústria e o uso de insumos modernos e tecnológicos, inspirados no processo da Segunda Revolução Agrícola, que, desde o começo do século XX, orientava o aumento da produção nos países europeus e norte-americanos, economias consideradas centrais.

Essa revolução nos modos de produção agropecuários está ligada às inovações no campo de inúmeras ciências, dentre elas a Química, a Mecânica e a Genética, que propiciaram o desenvolvimento de maquinários para revolvimento dos solos e colheitas, fertilizantes sintéticos, biocidas<sup>116</sup> e a manipulação dos genomas de plantas e animais, visando seu “melhoramento” genético, elementos do que veio a ser reconhecido como o pacote da Revolução Verde.<sup>117</sup>

Tal modelo agrícola não tardou a ser utilizado por agricultores europeus e estadunidenses, que passaram da interdependência de atividades desenvolvidas no próprio estabelecimento agrícola, no qual produzia-se boa parte dos fertilizantes naturais, para as plantações de demais insumos, até então para a dependência dos produtos sintéticos industriais.<sup>118</sup> Para Petersen et al., a combinação dos elementos da Revolução Verde criou “[...] um sistema técnico pouco flexível que induz à forte

---

<sup>115</sup> BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1972/74. Brasília, dez. 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>116</sup> O termo “biocida” é utilizado para designar os defensivos agrícolas, também chamados de pesticidas, praguicidas e agrotóxicos. O uso desse termo, que significa “mata a vida”, refere-se à sua capacidade de causar danos não somente a organismos prejudiciais ao cultivo, seus alvos iniciais, mas a outros organismos vivos presentes em determinado agroecossistema. A esse respeito, ver: MORAGAS, W. M.; SCHNEIDER, M. O. Biocidas: suas propriedades e seu histórico no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 10, p. 26-40, set. 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15315/8614>>. Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>117</sup> PETERSEN, P. F.; VON DER WEID, J. M.; FERNANDES, G. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 30, n. 252, set./out. 2009. Disponível em: <<http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/13-23-59-agroecologia-reconciliando-agricultura-e-natureza.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>118</sup> MORAGAS; SCHNEIDER, op. cit.

dependência econômica da agricultura em relação à indústria e ao sistema financeiro”.<sup>119</sup>

Assim, a total transformação do setor agropecuário, com ênfase na agricultura, pautada pela mecanização das lavouras e utilização de químicos para aumentar a produtividade das plantas e eliminar organismos que tolhessem esse processo, foi amplamente disseminada no Brasil no decorrer da segunda metade do século XX. A pesquisa constituía outro ponto da tríade da modernização da agricultura.

Em 1972, um relatório de estudos sobre a situação da pesquisa agropecuária nacional demonstrou que os órgãos de pesquisa ligados ao Ministério da Agricultura sofriam com alguns pontos de estrangulamento referente à sua estrutura organizacional, de modo que precisavam de alterações para atender às novas demandas da modernização.<sup>120</sup>

Contemporâneo ao **I PND**, o relatório **Sugestões para Formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária**, conhecido como **Livro Preto**<sup>121</sup>, requeria o ajustamento “[...] da pesquisa aos objetivos e metas do Governo previstos no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social e em particular às prioridades da política agrícola”.<sup>122</sup> O documento sugeria uma reforma em relação às instituições de pesquisa do governo e o estabelecimento de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária a partir de duas propostas: a manutenção do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA) como órgão de administração direta, com melhorias no fornecimento do capital, materiais e apoio necessários para seu funcionamento garantidos por um decreto presidencial ou a criação de uma empresa de administração indireta vinculada ao Ministério da Agricultura.

---

<sup>119</sup> PETERSEN, P. F.; VON DER WEID, J. M.; FERNANDES, G. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 30, n. 252, set./out. 2009. Disponível em: <<http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/13-23-59-agroecologia-reconciliando-agricultura-e-natureza.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 2.

<sup>120</sup> BRASIL. **Sugestões para Formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária**: edição especial do documento original de junho de 1972. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <<http://www.sct.embrapa.br/memoria/colecao/livropreto.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 8.

<sup>121</sup> As **Sugestões para Formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária** foram elaboradas por um Grupo de Trabalho do Ministério da Agricultura, sob gestão do ministro Luiz Fernando Cirne de Lima, nos termos da Portaria nº 143, de 18 de abril de 1972. O documento foi divulgado em junho do mesmo ano.

<sup>122</sup> BRASIL, op. cit., p. 40.

A opção acatada foi a criação de uma empresa pública, seguindo a orientação recente do governo em transformar algumas autarquias como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e as instituições de pesquisa nuclear e mineral em órgãos de administração indireta. Esse foi um dos argumentos apresentados pelo **Livro Preto**, bem como a flexibilidade e eficiência que uma empresa pública teria na captação e manejo de recursos financeiros e humanos.<sup>123</sup> Assim, em 26 de abril de 1973, criava-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que atuaria na promoção de avanço e adaptação tecnológica para o setor, atendendo ao governo e a interesses privados.

Outro importante elemento da tríade da modernização foi o suporte financeiro do Estado à absorção das tecnologias agrícolas para a remodelação da produção, institucionalizado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, mantido e redirecionado ao longo dos governos ditatoriais. O crédito rural atuou como mecanismo financeiro de suporte para o custeio de fertilizantes e defensivos e de investimentos de longo prazo como a compra de maquinários, sobretudo, aos médios e grandes produtores.<sup>124</sup>

Matos aponta que o Programa de Acompanhamento, instituído pelo governo em 1972 para avaliar a exequibilidade das 34 metas setoriais do **I PND** em seu primeiro ano, estabelecia que 19 dessas eram 90% a 99% passíveis de realização, sendo apenas 6 as que se encontravam abaixo do índice de 80% de execução.<sup>125</sup> Os altos números apresentados sustentavam a aura de crescimento econômico, do “Brasil, grande potência”.

---

<sup>123</sup> BRASIL. **Sugestões para Formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária**: edição especial do documento original de junho de 1972. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <<http://www.sct.embrapa.br/memoria/colecao/livropreto.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 43.

<sup>124</sup> FÜRSTENAU, V. A Política de Crédito Rural na Economia Brasileira Pós 1960. **Ensaios FEE**, v. 8, n. 1, p. 139-154, 1987. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1075/1416>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 140-143 passim.

<sup>125</sup> MATOS, P. O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002, 184f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/publico/patricia.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

O balanço final da ação desenvolvida de acordo com o I Plano, segundo relata Sandroni, foi de baixa execução no plano social<sup>126</sup>, no entanto, foi positivo em relação à economia<sup>127</sup>, se desprezada a inflação que atingiu em 1974 a marca de 34,5%.<sup>128</sup>

Contudo, em setembro de 1974, foi submetido à apreciação do Congresso o **II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)**. Aprovado em dezembro do mesmo ano, esse plano herdou o macro objetivo de seu antecessor, o crescimento acelerado, e outros que já vinham sendo itens de atenção desde o primeiro governo ditatorial: o controle da inflação e a balança de pagamentos equilibrada.

O **II PND** apresentou características que o delinearam como o planejamento econômico mais ousado da ditadura militar.<sup>129</sup> O planejamento gerou polêmicas entre estudiosos no período de sua divulgação e, posteriormente, pois demonstrava intenções ambiciosas de expansão da economia com forte apoio do Estado, em um período de crise nos quais outros países buscavam retrain investimentos e a necessidade de importações.<sup>130</sup> Quanto ao aspecto social, Froelich aponta que, diferentemente do **I PND**, seu sucessor apresentou uma maior preocupação em relação à distribuição de renda, qualificando-o como um planejamento efetivo de desenvolvimento econômico.<sup>131</sup>

O período de vigência das propostas do **II PND** compreendeu todo o governo presidencial de Ernesto Geisel, de 1975 a 1979. Nesse documento, ficam

---

<sup>126</sup> De acordo com Matos, a irrigação de áreas do Nordeste prevista para 40 mil hectares foi concluída em 5.674 hectares, enquanto da meta de 5 milhões de pessoas atendidas pelo serviço de saneamento básico, apenas 500 mil foram atendidas. Quanto à indústria, o setor que apresentou maior crescimento foi o de bens de consumo duráveis, provocando aumento na importação de meios de produção. Ver: MATOS, P. O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002, 184f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/publico/patricia.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 48.

<sup>127</sup> SANDRONI, 2000 apud MATOS, loc. cit.

<sup>128</sup> NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 172.

<sup>129</sup> Ibid., p. 170.

<sup>130</sup> CAVARZAN, G. M.; RACY, J. C. II PND: as peculiaridades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 1970. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 8, n. 3, p. 52-66, 2010. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/2670/3022>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 54.

<sup>131</sup> FROELICH, G. M. As matrizes ideológicas do II PND (1975-1979). **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18, n. 1 (31), p. 1-26, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/11817/8542.%20Acessado%20em%2010>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 2.

claras as marcas do contexto internacional vivenciado no final de 1973, quando a euforia do “milagre brasileiro” foi interrompida pela crise do petróleo.

O crescimento econômico brasileiro e a dinâmica de produção de outros países estavam calcados no consumo energético de petróleo. Segundo o Plano, a crise não foi exatamente uma surpresa, mas, ainda assim, atingiu fortemente os países despreparados em relação à pesquisa para substituição de fontes de energia:

A crise de energia já se vinha prenunciando havia pelo menos uma década, sob as vistas descansadas das nações industrializadas. A disponibilidade de petróleo barato e as políticas internas de preços irrealistas para as diversas fontes de energia, mesmo em países como os Estados Unidos, além das pressões de sentido conservacionista, levaram ao subinvestimento no setor e a despreocupação com a pesquisa de novas fontes de energia.<sup>132</sup>

Napolitano expõe o fato de a balança comercial brasileira ter apresentado, a partir de 1974, déficits na ordem de US\$ 4 bilhões ao ano, derivados da cara importação de petróleo.<sup>133</sup> Desse modo, a palavra que norteava as propostas do Plano era readequação. Esta, por sua vez, significava reduzir a dependência brasileira de fontes externas de energia. Propunha-se a intensificação máxima do programa de xisto da Petrobrás e a exploração nacional do petróleo, a ausência de subsídios para a gasolina e a adição de álcool a mesma, a eletrificação de ferrovias, criação de sistemas de transporte de massa, enfim, medidas que visavam sobretudo evitar o demasiado consumo do combustível fóssil.<sup>134</sup>

Assim, o Plano comprometia-se a incentivar pesquisas no campo de novas energias, atentas ao avanço internacional sobre a economia do hidrogênio e a energia solar.<sup>135</sup> Nessas diligências e no estabelecimento do II Plano Básico de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (II PBDCT), o Plano reafirmava a sua disposição em acrescer o padrão tecnológico do país nas mais variadas áreas de atuação econômica, como já havia sido apontado no **I PND**.

Outras continuidades em relação ao I Plano de Desenvolvimento Econômico foram a diversificação na pauta de exportações com enfoque nos produtos manufaturados, gêneros agrícolas não tradicionais e minérios, as políticas de

<sup>132</sup> BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75\\_79/@download/file/II%20PND%2075\\_79.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79/@download/file/II%20PND%2075_79.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 26.

<sup>133</sup> NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 170.

<sup>134</sup> BRASIL, op. cit., p. 17.

<sup>135</sup> Ibid.

integração nacional acrescidas da economia de combustíveis e “forte conteúdo social”, além do ímpeto reformista “[...] nos campos econômico e social, principalmente a agropecuária.”<sup>136</sup>:

[...] chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB, mostrando ser o Brasil capaz de realizar sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial.<sup>137</sup>

Assim, a preocupação para o encaminhamento da estratégia esboçada no II Plano era a necessidade de criar e adaptar tecnologia, se adequar e integrar-se ao contexto econômico internacional e investir na integração nacional.

A diversificação das fontes de financiamento, de mercados e dos investidores estrangeiros é um ponto que nos chama a atenção nesse plano. Na redação do **II PND** é apontado um interesse econômico dos Estados Unidos que levaria a um “recesso da ideologia”, quando demonstrada a aproximação desse país com União Soviética e China, responsável por “[...] perspectivas concretas de cooperação Leste e Oeste”.<sup>138</sup>

De acordo com Lessa, durante o governo Geisel, a orientação brasileira em relação às parcerias internacionais foi de expansão e abrandamento da ligação estrita aos Estados Unidos.<sup>139</sup> Esse processo tinha como objetivo a manutenção do projeto de desenvolvimento nacional, que buscava internamente estabelecer a produção de bens variados a serem comercializados, como externamente ganhar novos espaços para comercializar esses produtos, superando a retração dos clientes tradicionais.

Assim, o governo brasileiro favoreceu o estreitamento das relações bilaterais com os demais países de América Latina, África, Oriente Médio e Europa Ocidental, em especial com a República Federal da Alemanha (RFA).

---

<sup>136</sup> BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75\\_79/@download/file/II%20PND%2075\\_79.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79/@download/file/II%20PND%2075_79.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 34.

<sup>137</sup> Ibid., p. 16.

<sup>138</sup> Ibid., p. 25.

<sup>139</sup> LESSA, A. C. M. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 38, n. 1, p. 24-39, 1995. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4357580/LESSA\\_Antonio\\_C.\\_.\\_A\\_estrat%C3%A9gia\\_de\\_diversifica%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_parcerias\\_no\\_contexto\\_do\\_Nacional-desenvolvimentismo\\_1974-1979\\_.Revista\\_Brasileira\\_de\\_Pol%C3%ADtica\\_Internacional\\_Impresso\\_Bras%C3%ADlia\\_v.\\_38\\_n.1\\_p.\\_24-39\\_1995](https://www.academia.edu/4357580/LESSA_Antonio_C._._A_estrat%C3%A9gia_de_diversifica%C3%A7%C3%A3o_de_parcerias_no_contexto_do_Nacional-desenvolvimentismo_1974-1979_.Revista_Brasileira_de_Pol%C3%ADtica_Internacional_Impresso_Bras%C3%ADlia_v._38_n.1_p._24-39_1995)> Acesso em: 05 out. 2018. p. 24.

O mercado estadunidense não deixou de pesar na balança comercial brasileira, mas decaiu em relação ao fluxo comercial estabelecido com outros países, ressaltando que a pauta de exportações para um e outro era distinta. Segundo Lessa, o Brasil surge “[...] no período como um ‘novo personagem’ no mercado internacional, apresentando um perfil de exportações muito diversificado [...] e, por isso, já entra em condições de atrito com fornecedores tradicionalmente estabelecidos.”, ou seja, os “velhos personagens”.<sup>140</sup>

Esse atrito caracterizou um entrave na transferência de tecnologias dos Estados Unidos para o Brasil, que acentuou a necessidade do país em buscar sua autonomia em relação ao primeiro e, sobretudo, no período de 1974 a 1977, parcerias que lhe proporcionassem aquisição tecnológica. Assim, em relação às ações de países europeus,

[...] implementou-se uma política de empréstimos para os países em desenvolvimento, sem condicionalidades e com baixas taxas de juros, o que foi reforçado pelo financiamento de projetos específicos ou com investimentos de empresas europeias nestes países, que se direcionavam principalmente para as áreas em que havia possibilidade de transferência de tecnologias, vindo a compor a gama de insumos dos projetos de desenvolvimento de alguns países.<sup>141</sup>

Para Lessa, a aproximação do Brasil com os países da Europa Ocidental realizada nessa época constituiu uma “vertente redentora” que ofereceu no plano do discurso político um modelo de parceria mais igualitária, cimentada na cooperação econômica, técnica e científica. Para o autor, a RFA associando-se ao Brasil, nesse período, “[...] estabeleceu o paradigma da cooperação entre sociedades desiguais”.<sup>142</sup>

Os insumos para a modernização da agropecuária nesse momento eram em grande parte dependentes da produção de empresas multinacionais.<sup>143</sup> No II Plano,

---

<sup>140</sup> LESSA, A. C. M. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 38, n. 1, p. 24-39, 1995. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4357580/LESSA\\_Antonio\\_C.\\_.\\_A\\_estrat%C3%A9gia\\_de\\_diversifica%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_parcerias\\_no\\_contexto\\_do\\_Nacional-desenvolvimentismo\\_1974-1979\\_.Revista\\_Brasileira\\_de\\_Pol%C3%ADtica\\_Internacional\\_Impresso\\_Bras%C3%ADlia\\_v.\\_38\\_n.1\\_p.\\_24-39\\_1995](https://www.academia.edu/4357580/LESSA_Antonio_C._._A_estrat%C3%A9gia_de_diversifica%C3%A7%C3%A3o_de_parcerias_no_contexto_do_Nacional-desenvolvimentismo_1974-1979_.Revista_Brasileira_de_Pol%C3%ADtica_Internacional_Impresso_Bras%C3%ADlia_v._38_n.1_p._24-39_1995)> Acesso em: 05 out. 2018. p. 28.

<sup>141</sup> Ibid., p. 34.

<sup>142</sup> Ibid., p. 37.

<sup>143</sup> CASTRO, A. C. Ciência e Tecnologia para a Agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 309-344, set./dez. 1984. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9265/5292>>. Acesso em: 05 out. 2018.

o governo buscava reverter essa realidade, identificando a produção de fertilizantes e defensivos como focos da dinamização da indústria de insumos básicos no Brasil e de equipamentos agrícolas, os quais intencionava incluir entre os novos manufaturados para exportação.<sup>144</sup>

No **II PND**, a estratégia agrícola continua a ser desenvolvida na integração com a indústria, uma marca dos planejamentos desse período. Assim, a modernização progressiva da agropecuária deveria ser proporcionada pelos recursos advindos dos setores não agrícolas no Centro-Sul, que sustentaria “[...] o alto dinamismo do resto da economia (através da demanda de insumos e por bens de consumo) [...]”, e auxiliaria o equilíbrio da balança comercial brasileira.<sup>145</sup>

O estímulo à especialização agropecuária constituiu um dos itens dessa estratégia. Como no Plano de Incentivo à Cafeicultura Paranaense, de 1969, o **II PND** previa a especialização das atividades agrícolas a nível nacional de acordo com as características de cada região, “[...] tendo em vista [...] a diversidade na dotação de fatores de produção”.<sup>146</sup>

A orientação da estratégia concorria para a transformação da produção agrícola e pecuária em empresas que fornecessem os materiais necessários para a dinâmica econômica do país, atraindo poupanças externas e internas e mobilizando o setor privado para atuar de forma mais incisiva nas atividades de apoio, como a circulação e o beneficiamento industrial desses produtos, além de adaptar e difundir tecnologias de acordo com as peculiaridades regionais.<sup>147</sup>

A utilização “mais racional” do solo, bem como a sua conservação, era um dos itens elencados para toda a extensão agropecuária nacional, no entanto, para a porção Centro-Sul, os objetivos do **II Plano** eram bastante pontuais e previam a transformação da base da produção agrícola e pecuária em sentido empresarial.<sup>148</sup>

---

<sup>144</sup> BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75\\_79/@@download/file/II%20PND%2075\\_79.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79/@@download/file/II%20PND%2075_79.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 39-40.

<sup>145</sup> Ibid., p. 42.

<sup>146</sup> Ibid.

<sup>147</sup> Ibid.

<sup>148</sup> O **II Plano Nacional de Desenvolvimento**, em suas atribuições para a estratégia agrícola a ser desenvolvida entre 1975 e 1979, continuava a enfatizar os programas voltados à Integração Nacional já explicitados no **I Plano**, visando a expansão da fronteira agrícola para os vales úmidos de Nordeste, Centro-Oeste e Norte do país. A intenção descrita no documento era a de uma conservação utilitarista do solo, para manter seu nível de produtividade. Nos programas de extensão rural, assistência e crédito seriam aplicados a fim de impedir que as novas atividades

A promessa de financiamento governamental para o estabelecimento de empresas rurais de pequeno, médio e grande porte significava uma contrapartida à indução ao “[...] uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e produtos”.<sup>149</sup>

Para a agricultura e o abastecimento, as projeções do **II PND** são maiores e melhor especificadas do que no plano que o antecede, como podemos observar na Tabela 8:

TABELA 8 – INDICADORES ECONÔMICOS PARA 1979

| AGRICULTURA E ABASTECIMENTO | 1974                                 |                                                                |     | PREVISTO PARA 1979 | AUMENTO NO PERÍODO (%) |
|-----------------------------|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----|--------------------|------------------------|
|                             |                                      |                                                                |     |                    |                        |
|                             | Produção                             | Cereais (milho, arroz, trigo e feijão em milhões de t)         | 30  | 45                 | 50                     |
|                             |                                      | Oleaginosas (algodão, soja, amendoim e mamona em milhões de t) | 10  | 16                 | 60                     |
|                             | Utilização de Insumos Modernos       | Fertilizantes (milhões de t de nutrientes)                     | 1,6 | 3,1                | 94                     |
|                             |                                      | Defensivos (mil t)                                             | 90  | 200                | 122                    |
|                             |                                      | Sementes melhoradas (%)*                                       | 40  | 50                 | 25                     |
|                             |                                      | Tratores em operação (mil unidades)                            | 254 | 510                | 101                    |
|                             |                                      | Rações (milhões t)                                             | 5,7 | 11,0               | 93                     |
|                             | Eletrificação Rural                  | Linhas construídas (mil km)                                    | 11  | 114                | 936                    |
|                             | Irrigação Pública e Privada (mil ha) |                                                                | 737 | 1100               | 49                     |
|                             | Abastecimento                        | Armazenagem (milhões t)                                        | 23  | 28                 | 22                     |
|                             |                                      | Centrais de abastecimento (nº de centrais)                     | 12  | 22                 | 83                     |

Fonte: Adaptado de BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75\\_79/@@download/file/II%20PND%2075\\_79.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79/@@download/file/II%20PND%2075_79.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 102.

\* Porcentagem sobre o total de sementes de algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, feijão, mandioca, milho, soja e trigo.

---

desenvolvidas nesses espaços tomassem a forma de culturas de subsistência e se desenvolvessem com vistas ao mercado.

<sup>149</sup> BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75\\_79/@@download/file/II%20PND%2075\\_79.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79/@@download/file/II%20PND%2075_79.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 43.

O aumento de 50% e 60% em relação à produção de cereais e oleaginosas, respectivamente, atendiam a integração da agricultura com a indústria, sendo esses itens de grande potencial para a transformação industrial, com destaque para a cultura da soja, que apresentou uma grande disseminação pelo país nesse período. A absorção dos insumos modernos originados da pesquisa agrícola produzidos pela indústria continuou a ser um enfoque, como demonstrado ao lado do acréscimo da infraestrutura rural.

Esses pressupostos para o setor primário tornaram-se, ao longo da década de 1970, o perfil da modernização agrícola, cunhada posteriormente como a modernização conservadora<sup>150</sup>, pois, com o enfoque na preocupação em acrescer a produtividade das atividades agropecuárias, ao dotá-la de um nível tecnológico mais sofisticado, com o apoio da assistência técnica e crédito rural, deixou-se de lado a importante questão da retração da mão-de-obra rural, que, apesar de aparecer no **II Plano** como um item a ser readequado durante esse processo, acabou por resultar em um ônus social elevado.

Como um planejamento para continuar a dinamização da economia nacional, o **II PND** descreveu metas grandiosas. Ainda que reconhecesse o contexto de crise internacional, colocava-se a necessidade de readequar suas estratégias quanto à dificuldade em relação ao combustível e ao ponto de estagnação dos setores produtivos, sobretudo o industrial e agrícola, que vinham apresentando índices de crescimento em anos anteriores.

Posterior à vigência do mesmo, foram realizados por economistas apontamentos positivos e negativos acerca de suas ações e resultados, sobretudo nas alas voltadas ao desenvolvimento da indústria, do saldo da balança de pagamento e da inflação.

---

<sup>150</sup> “Modernização conservadora” foi um termo cunhado por Barrington Moore Junior, em 1975, para construir análises sobre as revoluções burguesas ocorridas na Alemanha e no Japão na passagem de uma economia pré-industrial para capitalista e industrial. No entanto, foi adaptado por estudiosos brasileiros para descrever o processo desenvolvido durante a década de 1970 no Brasil, de mudanças nas atividades agropecuárias e na estrutura fundiária. Dentre esses, incluem-se Alberto Passos Guimarães, José Graziano da Silva, entre outros, continuando a ser utilizado atualmente. Sobre esse assunto, ver: PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, jul./set. 2009. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1140](https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140)>. Acesso em: 05 out. 2018.

A capacidade e os meios de execução do **II Plano** relacionado à indústria foram questionados, como argumenta Carneiro sobre os investimentos realizados pelo governo, pelo fato de não terem apresentado um acompanhamento ou esforço de controle e efetivação do uso de tecnologias, sem garantias de que os setores novos de bens de capital conseguissem reproduzi-las, obtendo melhores resultados junto às indústrias de bens intermediários e energia.<sup>151</sup>

O endividamento do país junto aos órgãos internacionais e outros países sob juros flutuantes foram apontados por seus críticos como o alto preço do desenvolvimentismo.<sup>152</sup> Em contrapartida, o **II Plano** foi apontado também como um documento de grande relevância para a legislação ambiental brasileira, fazendo importantes ressalvas quanto à utilização do solo e exploração dos elementos naturais.<sup>153</sup> Castro e Souza também demonstram otimismo em relação ao **II PND**, acusando-o como responsável por medidas que proporcionaram resultados positivos nas transações correntes do Brasil a partir de 1984, ou seja, um efeito retardatário, porém assertivo.<sup>154</sup>

Assim, procuramos demonstrar que o **II PND** gerou controvérsias, reconhecimentos positivos e negativos, muito devido ao seu aspecto extremamente abrangente, que buscou delinear metas, estratégias e meios de ação para todas as áreas da vida econômica e social brasileira. Contudo, no que tange à agricultura e à pecuária, o documento, que acentuou propostas já evidenciadas em seu antecessor, cumpriu o papel de solidificar o processo de modernização no setor.

## 2.3 OS VENTOS DA MODERNIZAÇÃO SOBRE AS LAVOURAS DO PARANÁ

A participação das atividades agrícolas continuava a ter grande peso na economia paranaense no início da década de 1970, sobretudo a cafeicultura. Sendo

---

<sup>151</sup> CARNEIRO, 2003 apud CAVARZAN, G. M.; RACY, J. C. **II PND: as peculiaridades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 1970. Revista de Economia Mackenzie**, v. 8, n. 3, p. 52-66, 2010. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/2670/3022>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 62.

<sup>152</sup> De acordo com Carneiro, citado por Cavarzan e Racy, houve a estatização da dívida externa, cuja participação do setor público subiu de 50% em 1974 para 69% em 1980. Ver: CARNEIRO, 2003 apud CAVARZAN; RACY, loc. cit.

<sup>153</sup> BORGES, L. A. C.; REZENDE, J. L. P.; PEREIRA, J. A. A. Evolução da Legislação Ambiental no Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 2, n. 3, p. 447-466, set./dez. 2009. p. 456.

<sup>154</sup> CASTRO; SOUZA, 2004 apud CAVARZAN; RACY, op. cit., p. 63.

o maior produtor nacional de um produto tradicional de exportação, o estado viu-se em meio ao processo de modernização da agricultura arrefecido naquele momento, operando significativas mudanças em sua configuração agropecuária.

O **I PND** havia determinado a relação entre o governo federal e os estados, que cumpririam a função de executar a estratégia delimitada para o crescimento da economia nacional, que previa, além do estreitamento das atividades agropecuárias e industriais, a diversificação da pauta de produtos para exportação, manufaturados e *in natura*. O **II PND** reforçou a articulação do planejamento nacional aos estaduais para a “compatibilização de prioridades” dos mesmos.<sup>155</sup>

Na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa em 1970, o governador do Paraná, Paulo Pimentel, agradece o apoio recebido dos poderes Legislativo e Judiciário, que, segundo o político, propiciaram

[...] relações de independência e harmonia [permitindo que] o Paraná se apresente como uma unidade federativa tranquila e pujante, voltada para o trabalho e para o progresso, solidária e confiante nos rumos que a Revolução imprime aos destinos da Nação.<sup>156</sup>

Tal afirmativa vem a reforçar a congruência nos desejos da União e do estado. Na análise do Plano Preliminar de Diversificação da Produção na Região Cafeeira<sup>157</sup>, de 1966, podemos observar que, antes de o delineamento das metas dos **I e II PND** serem divulgadas, o governo do Paraná já demonstrava interesse e requeria financiamentos para colocar em prática mudanças no modo de produção agrícola do estado.

Elementos da modernização, como a assistência técnica e a pesquisa, uso de adubos, defensivos e corretivos do solo, mecanização, armazenagem correta e beneficiamento dos produtos já constavam no Plano Preliminar, durante a gestão de Paulo Pimentel. Representavam as ânsias dos governos estaduais, ou interesses particulares, antes mesmo de serem oficializados nos planos de desenvolvimento da União.

---

<sup>155</sup> BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75\\_79/@download/file/II%20PND%2075\\_79.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79/@download/file/II%20PND%2075_79.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 142.

<sup>156</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Paulo Cruz Pimentel**. Curitiba, 1970. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1970\\_mfn\\_1661.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1970_mfn_1661.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018. p. VII.

<sup>157</sup> CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná. **Plano preliminar de diversificação da produção na região cafeeira**: programa de investimentos 1966-1971. Curitiba: 1966.

O financiamento estadual ao desenvolvimento econômico nas suas diversas áreas de responsabilidade era realizado através de empresas de economia mista e sociedades anônimas, como o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), que substituiu a CODEPAR, em 1968, a CAFÉ DO PARANÁ, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), dentre outras.

A substituição da CODEPAR para o BADEP alterou a estratégia pela qual se dinamizaria a industrialização paranaense. Pela CODEPAR, o processo industrial pautava-se na substituição de importações, com foco no processamento de matérias-primas agropecuárias<sup>158</sup>, e com preferência pelas empresas de médio e pequeno porte. Através do BADEP, foi encaminhada uma nova política de incentivos. Quanto à indústria paranaense, o estado intencionava expandir os ramos de atuação, na tentativa de complementar o parque industrial nacional, a partir de empresas de grande porte, com o “[...] uso de novas tecnologias, ampliação dos ramos industriais e aumento da competitividade com outros estados brasileiros”.<sup>159</sup>

Para a pecuária, o estado vinha promovendo, desde os primeiros anos da década anterior, incentivos para a consolidação do plantel de gado para leite e corte, dinamizado pelo incremento das pastagens, sobretudo após a efetivação do GERCA, pela substituição de áreas antes ocupadas por cafezais. No campo da agricultura, o risco da dependência excessiva do café mobilizou o governo a estimular a diversificação agrícola nas duas gestões que se seguiram na década de 1960.

A produção cafeeira em 1970 foi pequena em relação aos anos antecedentes devido à incidência das geadas de 1969, apresentando um valor absoluto de 196 mil toneladas. Porém, podemos inferir que esse foi um intervalo, visto que até 1975 os índices de produção mantiveram-se acima de um milhão de toneladas.<sup>160</sup>

Durante o processo de diversificação agrícola, como aponta Kohlhepp, a cafeicultura manteve seu predomínio territorial nas áreas que apresentavam “[...]”

---

<sup>158</sup> IZEPÃO, R.; TRINTIN, J. G. Estado, Planejamento e Desenvolvimento industrial no Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 3.

<sup>159</sup> MOREIRA, J. R. S.; LAVERDI, R. Modernização agrícola e o declínio da cafeicultura pós-geada de 1975 (Norte do Paraná). **Ateliê de História UEPG**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 93-109, 2016. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/8759/5672>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 102.

<sup>160</sup> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

condições de solo mais favoráveis e altitudes propícias, especialmente no âmbito das divisas de águas principais”.<sup>161</sup> Assim, o cultivo cafeeiro permaneceu em vigor, nas áreas de maior relevo, evitando regiões de baixa altitude, como os vales, em que a incidência de geadas era mais acentuada. Os solos compostos por terra roxa e pela mistura desta com o arenito Caiuá foram preferenciais para esse cultivo, ressaltando sua continuação no Norte Central e na divisa com o Noroeste paranaense.<sup>162</sup>

As condições ecológicas da faixa Norte do Paraná foram consideradas não só para a permanência do cultivo cafeeiro, mas também para a instalação de outras culturas. Em 1970, como apontado na Mensagem à Assembleia, novos convênios haviam sido firmados entre a Secretaria de Agricultura com os Bancos Mercantil e Industrial e o Banestado para o financiamento de atividades rurais mediante laudo técnico produzido pelos funcionários especializados do estado para concessão de empréstimos. De acordo com esse relatório, foram realizadas 2.200 operações dessa ordem que liberaram 12 milhões de cruzeiros novos para as áreas rurais.<sup>163</sup>

O desenvolvimento de práticas modernas de agricultura, como o uso de mecanização, também considerou as condições ambientais para a expansão de determinados cultivos. O terreno ideal para culturas mecanizadas apresentava declividade do relevo inferior a 20%, característica que compreendia 13.900.000 hectares no Paraná. Segundo relatório do IPARDES, mais 400 mil hectares de áreas fluviais, se sistematizadas, poderiam atender a atividades agrícolas de alta rentabilidade e, em outros 4.300.000 hectares, com declividade entre 20% e 45%, poderia ser desenvolvido algum tipo de atividade agrícola. Esse levantamento atendeu à demonstração de possibilidades para a expansão de novos cultivos, visto que na década de 1970 a expansão para áreas ocupadas por campos e florestas havia se completado, sendo necessária agora a substituição de culturas nas propriedades.<sup>164</sup>

---

<sup>161</sup> KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014, p. 159.

<sup>162</sup> Ibid., p. 159-160.

<sup>163</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Paulo Cruz Pimentel**. Curitiba, 1970. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1970\\_mfn\\_1661.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1970_mfn_1661.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>164</sup> IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná**: economia e sociedade. 2. ed. Curitiba: 2006. p. 80.

O relatório do IPARDES demonstra que, até 1975, a área coberta com culturas permanentes e temporárias majoritariamente não-mecanizadas era de 5.600.000 hectares, perfazendo 28% do território do estado. As regiões que apresentavam um relevo mais propício a culturas mecanizadas, segundo os dados expostos anteriormente, encontravam-se em maior índice no Extremo-Oeste, seguido do Norte Novíssimo de Umuarama, região de Campo Mourão, Norte Novo de Londrina, Campos de Guarapuava e Norte Novíssimo de Paranavaí.<sup>165</sup>

Nessa relação, estão presentes microrregiões tradicionais no cultivo de café, que ao longo dos anos de 1960 foram substituindo a cafeicultura por outros gêneros, estimulados pelos financiamentos oferecidos pelo Estado, pela baixa de preços, pela superprodução e pela ação de agentes climáticos e biológicos. Na Tabela 9, selecionamos os dados sobre a produção de culturas permanentes e temporárias referentes às microrregiões consideradas cafeeiras:

TABELA 9 – USO DO TERRITÓRIO SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NO PARANÁ – 1975

| Agricultura                          |                    |                    |            |       |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|------------|-------|
| MRH                                  | Permanente<br>(ha) | Temporária<br>(ha) | Total (ha) | %     |
| Norte Nov. de Paranavaí              | 146.549            | 47.331             | 193.880    | 19,52 |
| Norte Nov. de Umuarama               | 244.586            | 177.094            | 421.680    | 30,80 |
| Norte Novo de Londrina               | 221.897            | 234.119            | 456.016    | 44,82 |
| Norte Novo de Maringá                | 79.393             | 148.522            | 279.915    | 75,20 |
| Norte Novo de Apucarana              | 108.164            | 221.781            | 329.945    | 45,28 |
| Norte Velho de Jacarezinho           | 76.810             | 238.037            | 314.847    | 42,51 |
| Norte Velho de Wenceslau<br>Braz     | 35.822             | 145.050            | 180.872    | 29,12 |
| Algodoeira de Assaí (Norte<br>Velho) | 13.190             | 80.147             | 93.333     | 42,93 |
| Zona de Campo Mourão                 | 73.198             | 454.685            | 527.883    | 43,20 |

Fonte: Adaptado de IBGE apud IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná**: economia e sociedade. 2. ed. Curitiba: 2006. p. 82.

<sup>165</sup> Essas regiões compreendiam, respectivamente, 1.820.200 ha, 1.272.775 ha, 996.350 ha, 985.975 ha, 980.975 ha e 933.300 ha. Ver: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná**: economia e sociedade. 2. ed. Curitiba: 2006. p. 81.

Desse modo, nota-se que nos anos iniciais da década de 1970 houve um acentuado crescimento de lavouras temporárias em detrimento das permanentes, entre as quais a principal era o café, que permaneceram em maioria dos hectares ocupados apenas no Norte Novíssimo de Paranavaí e de Umuarama.

O crescimento das lavouras temporárias no Paraná acompanhou o número elevado do crédito rural concedido aos agricultores do estado nesse mesmo período. Para Castro, esse mecanismo foi o “[...] instrumento por excelência da política de modernização [...]”, viabilizando a instituição do padrão tecnológico requerido pelo governo.<sup>166</sup>

Segundo o IPARDES, o programa de crédito rural, durante a década de 1970, “[...] assiste a uma grande explosão [...] que no período de 1970 a 1979, cresce no Paraná, em termos reais por volta de 500% [...]”, em um salto de 37% no começo da década para 80% em seu final, que, desprezando a produção pecuária, atinge 89,43% da agricultura.<sup>167</sup>

O crédito de custeio, responsável por custear investimentos de curto prazo, como a compra de sementes e mudas modificadas, fertilizantes, adubos e defensivos, cresceu menos que o destinado a investimentos de longo prazo, como a compra de maquinários e o de comercialização, porém sua participação relativa mostrou-se dominante.

Em 1979, o crédito de custeio concedido ao Paraná para a aquisição de insumos foi utilizado pela produção cafeeira da seguinte forma: 750.718 para aquisição de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 185.972 para defensivos; 951 para compra de mudas melhoradas; somando um total de 897.641 financiamentos. Para as culturas de soja e de trigo, que demonstraram vertiginoso crescimento na época, os índices para o consumo dos mesmos materiais foram, respectivamente, 4.110.070 e 2.075.034, 1.868.055 e 1.364.448, 1.845.024 e 1.453.418 de sementes e mudas modificadas, perfazendo os totais de 7.823.149 financiamentos para a soja e 4.892.900 para o trigo.<sup>168</sup> Assim, o percentual do crédito de custeio disponibilizado para o café no começo da década cai de 44,37% para 28,58% em 1974,

---

<sup>166</sup> CASTRO, A. C. Ciência e Tecnologia para a Agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 309-344, set./dez. 1984. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9265/5292>>. Acesso em: 05 out. 2018. p. 311-312.

<sup>167</sup> IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: economia e sociedade**. 2. ed. Curitiba: 2006. p. 68-69.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p. 71.

permanecendo abaixo de 13% até 1979. A soja e o trigo, que utilizavam em conjunto 10% em 1970, terminam a década com 40% dos recursos.<sup>169</sup>

O crédito rural de comercialização concedido ao café em 1974 foi de 18,29 e decaiu para 3,95 no ano de 1979. Para a soja, em 1974 foram destinados 38,75, com acentuado crescimento nos anos seguintes, até decrescer a partir de 1977, com o índice de 27,04 em 1979, enquanto para outros gêneros, excetuando-se o algodão, o arroz e o milho, houve uma evolução ascendente de 8,02 em meados da década para 12,49 em seu final.<sup>170</sup>

Quanto a origem dos requerimentos de crédito de custeio junto ao Banco do Brasil em 1980, o Paraná liderava o número de petições pelos médios produtores, com 34.438 contratações. Os grandes produtores do estado apareciam em terceiro lugar em um ranqueamento nacional, com 12.088 operações, e os mini e pequenos produtores atingiam o terceiro lugar com 104.144 contratos, perfazendo um total de 152.670 operações contratadas pelos produtores rurais paranaenses.<sup>171</sup>

O relatório do IPARDES é enfático quanto ao insucesso do crédito rural em promover a proteção do pequeno agricultor, pois “[...] sua execução não foi neutra e parece ter acentuado as dificuldades desses estabelecimentos”.<sup>172</sup> A dificuldade de contratação pelos pequenos e a vinculação de empréstimos à obtenção de tecnologias que não atendiam a sua produção contribuíram para a aceleração da concentração fundiária.

De acordo com Melo<sup>173</sup>, apesar da expansão dos cultivos, o número de propriedades rurais foi retraído ao longo da década de 1970, sendo observado na região Norte o desaparecimento de 104.838 estabelecimentos. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares continuam a representar unidades produtivas relevantes, porém em comparação com a produção agrícola dos estabelecimentos maiores percebemos que até meados dessa década houve uma grande concentração. As

---

<sup>169</sup> IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: economia e sociedade**. 2. ed. Curitiba: 2006. p. 73-74.

<sup>170</sup> Ibid., p. 71.

<sup>171</sup> Ibid., p. 75.

<sup>172</sup> Ibid., p. 77.

<sup>173</sup> MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa Vilas Rurais no Norte do Paraná. **GeoAtos – Revista Geografia em Atos**, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente/SP, n. 11, v. 1, p. 58-76, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/431/nildomelo>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 69.

áreas de lavouras das unidades produtivas agrícolas de até 50 hectares em 1970 eram de 72,8%, se opondo aos 27,2% dos estabelecimentos maiores, enquanto em 1975 representavam, respectivamente, 58,4% e 41,26%. Assim, as médias e grandes propriedades que perfaziam menos de 10% dos estabelecimentos passaram a desempenhar quase metade da produção agrícola paranaense.

As dificuldades de manutenção dos pequenos estabelecimentos foram marcadas também pela requisição de escalas de produção mínimas pelo processo de modernização, as quais não conseguiam atingir pela ausência de terras que compensassem investimentos no uso de equipamentos modernos. A valorização dos preços das terras, incentivadas pelo sistema de crédito rural, tornam as pequenas propriedades atraentes para serem absorvidas por aqueles com maiores recursos financeiros. Somam-se a esses fatores, a necessidade de que o produtor que requer o crédito comprovasse a propriedade da terra, o que tendeu a eliminar do processo os produtores sem-terra.<sup>174</sup>

Na primeira metade da década de 1970 observou-se um acréscimo do cultivo de alimentos básicos como o milho, o arroz e o feijão, além do algodão e do café, tradicionais em pequenas propriedades e em propriedades maiores, em torno de 100 hectares ou mais. Porém, a soberania das grandes propriedades eram a cana-de-açúcar e a soja, sendo a segunda muitas vezes cultivada em rotatividade com o trigo. De acordo com o IPARDES, a soja, sendo uma cultura de alto teor moderno, exigia grandes áreas para ser implantada, de modo que, em 1975, 9,7% dos estabelecimentos maiores cultivavam 52% do grão, enquanto os outros 48% eram produzidos por 90,3% de estabelecimentos menores.<sup>175</sup>

A concentração fundiária, para maior produção de *commodities* com alta recorrência aos insumos tecnológicos modernos financiadas pelo crédito rural, a absorção das pequenas propriedades produtoras nesse processo e a consequente redução do emprego rural foram elementos que permearam a modernização da agricultura e da pecuária no estado do Paraná, provocando grandes alterações na configuração tanto na produção de gêneros quanto na configuração agrária. O que nos chama a atenção é a rapidez com que esse processo ocorreu durante a década

---

<sup>174</sup> IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná:** economia e sociedade. 2. ed. Curitiba: 2006. p. 66.

<sup>175</sup> Ibid., p. 64.

de 1970, sobretudo os efeitos para a cafeicultura do estado, que foi, ao longo dos anos, perdendo sua importância relativa.

Assim, apesar de o interesse demonstrado pelo estado ser a manutenção da sua hegemonia na produção cafeeira nacional, os incentivos à diversificação agrícola, com maior ênfase nos cultivos considerados modernos, por absorver em grande quantidade o pacote tecnológico propagado na época, ganhou destaque durante a década de 1970, quando houve a explosão do crescimento da produção de soja. De acordo com o IPARDES, o norte do Paraná respondeu rapidamente aos estímulos de erradicação do café, introduzindo novas culturas, “[...] e o produto foi perdendo sua importância relativa”.<sup>176</sup>

Os esforços do estado concorreram para a sustentação da cafeicultura, no entanto a “menina dos olhos” durante essa década foi a produção diversificada e moderna, focada em outros gêneros para atender a expansão de pautas para exportação, de acordo com o que objetivavam os planejamentos federais, como suprir as novas indústrias de processamento e transformação de bens agrícolas, além de no processo produtivo consumir os insumos químicos e mecânicos industriais.

No entanto, a calma de apenas realizar a manutenção da cafeicultura, atendendo à sua realocação a áreas com menos riscos à sua produtividade e pesquisas para conter organismos prejudiciais à planta, sofreu um grande revés no ano de 1975. A prática cafeeira do Paraná na segunda metade da década foi remodelada, sem que o estado voltasse a atingir os níveis de produção alcançados anteriormente.

---

<sup>176</sup> IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná**: economia e sociedade. 2. ed. Curitiba: 2006. p. 25.

**CAPÍTULO 3**  
**O DESFECHO DE UMA EPOPEIA:**  
**A GEADA DE 18 DE JULHO DE 1975 ENQUANTO FENÔMENO**  
**METEOROLÓGICO E MARCO SIMBÓLICO PARA A MODIFICAÇÃO DA**  
**CAFEICULTURA PARANAENSE**

Até este momento, imergimos em números, índices, tabelas e porcentagens que demonstraram os processos de mudança na agropecuária nacional com ênfase na situação do Paraná. Essas alterações nos meios produtivos e mesmo nos gêneros agrícolas a serem cultivados em maior ou menor proporção não foram totalmente espontâneas por parte dos agricultores, mas atenderam à conveniência do Estado nos níveis federal e estadual, assim como aos interesses privados, no fomento ao desenvolvimento integrado entre indústria e agricultura.

Discutir os planejamentos econômicos do governo para a reestruturação do setor primário enquanto fonte de receita e complemento ao crescimento de outros setores, em um objetivo que atravessou gerações de políticos e regimes, importa ao expor que os processos de mudanças no setor que culminaram com a expansão do cultivo de oleaginosas e cereais e no uso de insumos industriais na década de 1970 foram consequências de medidas pensadas e desejadas há muito tempo no Brasil.

Assim, considerando os elementos do plano político que desde a Nova República vinha demonstrando interesse em dar continuidade à produção de café voltada à exportação de modo a atuar como fornecedor de divisas para a ampliação do parque industrial – e nas décadas seguintes foram não só aprimorando esse meio de ação como incentivando a diversificação da produção agrícola para o abastecimento interno e oferta de novos produtos brasileiros de relevância no mercado internacional –, podemos afirmar que a cafeicultura esteve à mercê dos arranjos da atmosfera política.

No Paraná, as mobilizações em prol da industrialização do estado seguiram a cartilha da estratégia nacional. A partir da gestão de Ney Braga como governador (1961-1964), aprofundaram-se ações buscando viabilizar o intento industrial com a criação de órgãos para planejamento e desenvolvimento econômico. As receitas do café constituíram uma via importante para o estabelecimento de infraestrutura no estado, e, assim, como apontado no primeiro capítulo, houve discussão sobre seu esvaimento para outros locais em detrimento do seu grande produtor nacional.

O temor ao fantasma da superprodução, cuja consequência aos cofres do estado era a diminuição das receitas pela queda do preço do café no mercado internacional, e a impossibilidade climática de expandir a fronteira dos cafezais para outras regiões do estado, ressaltaram a dependência econômica estabelecida com a atividade cafeeira. Para contornar esse quadro de dependência, durante a década de 1960, os governos Braga e Pimentel passaram a investir na atividade pecuária e na diversificação das lavouras, concorrendo para o objetivo de transformar o Paraná em “celeiro do Brasil” e ampliar sua pauta comercial.

Nesse período, o governo federal, através de sua autarquia cafeeira, o IBC, desenvolveu programas de erradicação de cafeeiros antieconômicos para renovar os cafezais e controlar a produção do grão. Na década seguinte, através dos **PND's**, a estratégia era a de renovar os cafezais em moldes mais “racionais”, ou seja, a partir da moderna tecnologia da época em pesquisa e insumos. Essas mobilizações atingiram e remodelaram a cafeicultura praticada no Paraná, culminando em uma retração nos hectares ocupados com o cultivo, na quantidade produzida e na perda do título de maior produtor nacional.

Como visto, o desencadeamento desse processo de retração teve múltiplos impulsionadores. No senso comum, no entanto, as motivações político-econômicas sequer são conhecidas, e o papel das geadas ocupam lugar de destaque, em especial a ocorrida em 18 de julho de 1975.

### 3.1 A CAFEICULTURA PARANAENSE ENTRE O POLÍTICO E O METEOROLÓGICO

O vínculo do agricultor com o café é tão ou mais forte que o vínculo com a terra, razão pela qual muitos cafeicultores consideram o café uma “cachaça” com grande poder de sedução. Café sem desafios de mercado, confisco, pragas e doenças, seca ou geada teria o mesmo sabor?<sup>177</sup>

Para os cafeicultores paranaenses, a resposta à questão lançada por Pozzobon poderia ser “Não tivemos a oportunidade de saber!”, pois a zona cafeeira do estado, além de vivenciar os arranjos da política cafeeira na qual estão inseridos o confisco e os desafios do mercado, tiveram ao longo de décadas de atividade várias ocorrências de geadas, secas e a incidência dos organismos da broca do café

---

<sup>177</sup> POZZOBON, I. **A Epopeia do Café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006. p. 13.

(*Hypothenemus hampei*), além de, na década de 1970, a manifestação do fungo conhecido como ferrugem do café (*Hemileia vastatrix*).<sup>178</sup>

Encantadas com as possibilidades de ganhos materiais a partir do cultivo do cafeeiro nos férteis solos de sedimento basáltico conhecido como “terra roxa” e as facilidades para a obtenção de terras, muitas famílias vindas de outras regiões do Paraná, bem como de outros estados e mesmo países, estabeleceram-se na faixa norte do estado na primeira metade do século XX. Ou seja, seu cultivo atraiu uma onda migratória e a colonização de terras nessa região.

Desse modo, a configuração do norte do estado distinguia-se da do sul, caracterizado por abrigar uma produção agrícola subtropical com cultivos alternados e produção de alimentos. A população de imigrantes mais ao sul no Paraná, como aponta Kohlhepp, foi protagonizada por descendentes de italianos e alemães, vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.<sup>179</sup>

As terras da porção norte foram gradualmente reocupadas por imigrantes em sentido Leste-Oeste, após tentativas de colonização oficial não obterem sucesso, como é o caso da Colônia Militar de Jataí, que, segundo Martins, foi inviabilizada pelos constantes ataques indígenas, pelas condições insalubres que ocasionavam doenças e pela falta de aptidão dos moradores para realizar os trabalhos que o espaço exigia para subsistência.<sup>180</sup>

Assim, é importante salientar que nesses espaços havia contingentes populacionais indígenas e caboclos que se fixaram ao longo de muitos anos, desenvolvendo atividades agrícolas e, no caso do primeiro grupo, práticas de caça e coleta nas matas. Indígenas, caboclos e agricultores pobres estabelecidos foram

---

<sup>178</sup> MORES, L. **História ambiental do agroecossistema do café (*Coffea arabica*) no norte do Paraná (1945-1975)**. 2017, 321f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/132122233.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>179</sup> KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014.

<sup>180</sup> MARTINS, G. C. P. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)**. 2012, 230f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2016/historia\\_dissertacoes/dissertacao\\_gelise\\_cristine\\_ponce\\_martins.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2016/historia_dissertacoes/dissertacao_gelise_cristine_ponce_martins.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2018.

sendo solapados mediante o processo de chegada de novos migrantes e das companhias de colonização.<sup>181</sup>

O Norte Velho de Venceslau Braz<sup>182</sup> e de Jacarezinho, conforme Cancian, foi sendo lentamente povoado no século XIX pela iniciativa particular, ao longo do curso do rio Itararé.<sup>183</sup> A autora ressalta que os pioneiros que combateram os indígenas pela ocupação desse espaço eram mineiros, que vieram a estabelecer a Colônia Mineira em 1862 (atual Siqueira Campos), da qual são contemporâneas as colônias de Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Braz (1867) e São José da Boa Vista (1867). Nesse caso, a fixação nessa porção foi motivada por diferentes fatores, como as consequências econômicas da queda da atividade mineradora e, posteriormente, da Guerra do Paraguai.<sup>184</sup>

Apesar de haver registros do cultivo de cafeeiros em tais localidades nesse período, não se pode afirmar que esse foi o objetivo da fixação dos colonos, pois não bastava a terra roxa propícia ao cultivo para que se alavancasse a produção do bem de exportação. Nesse momento, o Paraná não desfrutava de meios de escoamento pelos seus portos, pois não havia uma ligação satisfatória para deslocamento dos bens entre o norte e o sul do estado. O comércio das colônias se dava com as localidades do entorno e com cidades paulistas próximas à fronteira.<sup>185</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, os paulistas atingiram o predomínio de novos ocupantes, com os quais se aprofundou o cultivo de café. Como exemplo,

<sup>181</sup> Essa região é marcada pela sucessão de povos indígenas que a ocuparam e reocuparam ao longo dos séculos. Mores aponta para o predomínio populacional dos guaranis, que desenvolviam atividades de caça, coleta e agricultura, cultivando 39 tipos vegetais, variedades da mandioca. Esse predomínio permaneceu por muitos anos antes da chegada dos europeus, com quem travaram contato a partir do século XVI, desembocando em vários conflitos. Desses contatos derivaram as reduções jesuítas na região e as práticas da captura e da escravização dos indígenas para o trabalho de coleta, sobretudo da erva-mate. Os sertanistas paulistas entraram em cena no século XVII com o mesmo objetivo de captura e de escravização dos índios para que trabalhassem em São Paulo. Entre atos de resistência e de fuga, o predomínio dos guaranis na porção norte foi se reduzindo mediante esses fatores, e houve, paulatinamente, o crescimento das etnias Kaingang e Xetá. Ver: MORES, L. **História ambiental do agroecossistema do café (*Coffea arabica*) no norte do Paraná (1945-1975)**. 2017, 321f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/132122233.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 50-53 passim.

<sup>182</sup> Optamos pelo uso da grafia mencionada na bibliografia consultada. Atualmente, o nome da localidade é descrito como Wenceslau Braz.

<sup>183</sup> Nessa afirmativa, Cancian desconsidera a ocupação indígena, abordando os processos de povoação, como a ação de pioneiros que vieram a confrontar os grupos indígenas e fixar colônias na região.

<sup>184</sup> CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

<sup>185</sup> Ibid.

Pozzobon relata que a queda de preços em 1896 e os efeitos da geada em 1902 podem ter estimulado Antonio Barboza Ferraz a vender as suas propriedades em Ribeirão Preto, município de São Paulo, e a adquirir terras entre a localidade paulista de Ourinhos e Cambará, no Paraná<sup>186</sup>, onde foi cultivado um milhão de cafeeiros.<sup>187</sup>

Em 1904 atingiu Cambará e Andirá onde a família de Barbosa Ferraz instalou a “Companhia Agrícola Barbosa”, com várias fazendas; em 1921 já atingia Bandeirantes, Santa Mariana, em 1922, e Cornélio Procópio em 1924, cujo povoamento se fez com nacionais e estrangeiros.<sup>188</sup>

De acordo com Cancian, “nacionais e estrangeiros” geralmente advinham de lavouras cafeeiras de outros lugares, a trabalhar em uma cafeicultura que não só seguia o modelo de cultivo paulista, mas era uma sequência financeiramente mais lucrativa da expansão desta<sup>189</sup>, pois os rendimentos das fazendas de café paulistas se perdiam em meio aos custos de produção.<sup>190</sup>

A configuração fundiária nessas primeiras décadas delineava-se em grandes fazendas produtoras de café ao lado de pequenos sítios que seguiam seus moldes de produção, com a existência de cultivos intercalares de outros gêneros alimentícios. O absenteísmo era raro na região, mesmo os grandes fazendeiros fixavam-se em suas propriedades rurais, assumindo “[...] diretamente a empresa de exploração do solo”. Enquanto os grandes gerenciavam o trabalho em suas fazendas, os pequenos atuavam na lavoura de seus sítios, sendo o arrendamento pouco expressivo.<sup>191</sup>

A organização do trabalho nas grandes propriedades era o colonato, estabelecido por contratos, cujas condições poderiam variar dependendo da situação. É perceptível a preferência de trabalhadores de etnias diferentes para cada tipo de trabalho, pois havia preconceitos estabelecidos sobre o temperamento e o modo de trabalho de cada uma:

---

<sup>186</sup> POZZOBON, I. **A Epopeia do Café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

<sup>187</sup> CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

<sup>188</sup> Ibid., p. 56.

<sup>189</sup> Cancian aponta que, enquanto em Ribeirão Preto, em 1921/1922, poderiam ser obtidas 75 arrobas por mil pés de café, seriam necessários 1.500 alqueires de terra para atingir 30.000 arrobas, cujo rendimento bruto seria 162:000\$000 réis, e, com arranjo similar, no Norte Velho poderiam ser obtidos 1.215:000\$000 réis. Ver: Ibid., p. 57.

<sup>190</sup> Ibid.

<sup>191</sup> Ibid.

O caboclo não era recomendado para este tipo de contrato, feito “sob a base da ambição do colono”. O japonês era considerado o melhor, seguido pelo italiano da “alta Itália”. O japonês era, porém, encontrado com mais facilidade e mais dócil “desde que se cumpram fielmente os tratos feitos com ele”.<sup>192</sup>

Nas fazendas, era prioritário fazer o desmatamento e a posterior queima da área, principalmente com mão de obra cabocla, que, apesar de não ser considerada qualificada pelos fazendeiros para integrar o sistema de colonato, era compreendida como mais apta à derrubada das grandes árvores que compunham as florestas da região. Assim, ao caboclo não eram atribuídas atividades de cultivo, pois não somente sua figura era preterida, mas também o seu modo de tratar a terra e as florestas para constituir as lavouras, como apontado no trecho da obra de Martins:

O machado e o fogo e o tempo que a destruíram, foram o ferro e o fogo que fazem o progresso e que levantam civilizações e não as armas fáceis quase inúteis com as quaes o sertanejo imprecavido derriba-a para sobre suas cinzas plantar a gramminea das suas roças precárias e cada vez mais exigentes de novos sacrifícios, de novas destruições de vidas florestaes.<sup>193</sup>

Para o político e intelectual Romário Martins, o desmatamento promovido no norte do estado com o intuito de estabelecer a agricultura de subsistência dos moradores caboclos não era visto com bons olhos, pois incutia uma perda de “vidas florestaes” por motivo indigno, que demandaria novas derrubadas sem oferecer uma produção que as justificasse. Desse modo, inferimos que a devastação das matas do norte do Paraná não era o foco da preocupação em si, mas o posterior uso das terras que antes as abrigavam. Como ressalta Mores, a técnica de coivara nessa área não era o problema central para Martins, mas sim o “mal-uso” que o sertanejo e o caboclo estenderiam à ela.<sup>194</sup>

A área combinada em contrato era entregue aos cuidados do colono após a primeira formação do cafezal estar pronta, durante o período de 4 ou 6 anos. Nesses últimos, nem sempre os cafezais eram entregues formados ou com benfeitorias na

---

<sup>192</sup> MARTINS, 1924, p. 27 apud CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981. p. 59.

<sup>193</sup> MARTINS, 2003, p. 27-28 apud MORES, L. **História ambiental do agroecossistema do café (*Coffea arabica*) no norte do Paraná (1945-1975)**. 2017, 321f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/132122233.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 75.

<sup>194</sup> Ibid., p. 76.

área em que os colonos iriam atuar, ficando a cargo dos mesmos, o que o configurava como um arranjo mais arriscado.<sup>195</sup>

No regime de colonato, os cafezais ficavam sob a responsabilidade do colono e de sua família, que deveriam fazer a manutenção do cafezal, pela qual recebiam uma remuneração fixa por mil pés de café e outra proporcional à quantidade de grãos de café colhidos. Nas ruas intercalares entre os cafeeiros, podiam cultivar alimentos e ficar integralmente com essa produção, que destinavam ao consumo doméstico e a vendas locais.<sup>196</sup>

Esse regime de trabalho se tornou muito comum em toda a extensão na qual foi cultivado o café no Paraná até meados de 1960, quando, em 1963, foi sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Com isso, se estabeleceu uma legislação para trabalhadores rurais próxima à estipulada para os trabalhadores urbanos, gerando revolta nos proprietários de terra mediante o acréscimo de custos com mão de obra pelos novos direitos trabalhistas e a impossibilidade de manter o sistema de colonato.

Em 1920, de acordo com Martins, não estavam à frente da colonização das terras do norte do Paraná apenas fazendeiros, mas homens de negócios e suas companhias que adquiriam vários hectares para revendê-los posteriormente aos interessados. Assim, em 1930, a reocupação da faixa norte foi promovida via empresas particulares de colonização em parceria com o Estado.

A atuação dessa iniciativa concentrou-se no norte central, que ficou conhecido como Norte Novo, em oposição à colonização mais antiga, no nordeste paranaense, e à mais recente, no noroeste, alcunhado como Norte Novíssimo.

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi criada enquanto subsidiária da Brasil Plantations Syndicate, fundada em 1925, e passou a estar ligada, posteriormente, à nova empresa criada pelos mesmos articuladores, a Paraná Plantations. Tais empreendimentos resultaram de negociadas entre Simon Joseph Frazer, conhecido como Lord Lovat, e capitalistas ingleses. O interesse de Lord Lovat era o de analisar a possibilidade de instalar lavouras de algodão na região para auxiliar o suprimento das fábricas têxteis da Inglaterra.<sup>197</sup>

---

<sup>195</sup> CANCIAN, op. cit.

<sup>196</sup> POZZOBON, I. **A Epopeia do Café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

<sup>197</sup> MARTINS, G. C. P. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)**. 2012, 230f. Dissertação (Mestrado em História) –

Outro interesse de Lovat, que acumulava entre suas ocupações a de presidente da Royal Commission on Forestry, eram as florestas do norte do estado, visto que a usual importação de madeira da Rússia pela Inglaterra encareceu após a Revolução Soviética, em 1917, e tal Comissão previa a conservação das reservas florestais no território inglês. Contudo, são desconhecidos dados referentes à exploração florestal pelos ingleses, assim como se a renda da exportação foi capitalizada no Brasil.<sup>198</sup>

O intento inicial de investir na plantação algodoeira foi frustrado pela utilização de maciços investimentos realizados pela Companhia na compra de terras. De acordo com a análise feita por Arias Neto, o loteamento das terras e a revenda das mesmas foram os meios pelos quais a CTNP buscou recuperar os investimentos iniciais. No entanto, Martins demonstra que, para o historiador Nelson Tomazi, a intenção inicial era o empreendimento imobiliário, e não o cultivo de algodão.<sup>199</sup>

De 1925 a 1928, segundo Martins, foram desenvolvidos estudos sobre as novas terras adquiridas para sua exploração e colonização. Após arranjos e negócios fechados com demais empresários da região<sup>200</sup> – a CTNP conseguiu grandes porções de terras garantidas a baixos custos junto à obtenção do ramal ferroviário que ligava Paraná a São Paulo –, foi fundada a cidade de Londrina, onde antes fora o patrimônio Três Bocas, com ligação a Jataí, que desfrutava de uma estrada de rodagem ligando-a à ferrovia. Em Londrina, foi instituída a sede da Companhia.

Havia o interesse da Companhia em estabelecer uma ligação ferroviária transcontinental, que atingisse as localidades próximas aos oceanos Atlântico e Pacífico. A compra das terras foi orientada geograficamente de acordo com tal objetivo, como é possível observar no Mapa 3.

---

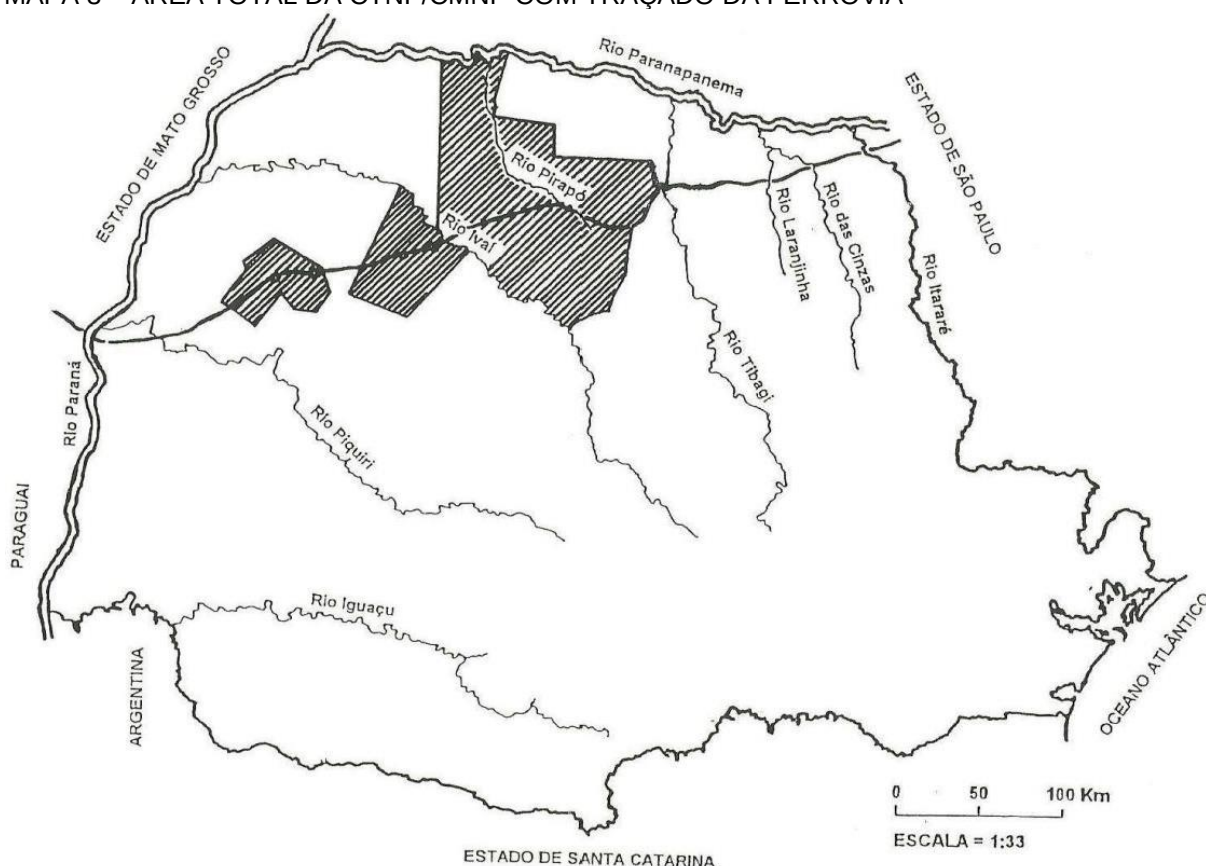
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2016/historia\\_dissertacoes/dissertacao\\_gelise\\_cristine\\_ponce\\_martins.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2016/historia_dissertacoes/dissertacao_gelise_cristine_ponce_martins.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2018. p. 94.

<sup>198</sup> MARTINS, G. C. P. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)**. 2012, 230f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2016/historia\\_dissertacoes/dissertacao\\_gelise\\_cristine\\_ponce\\_martins.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2016/historia_dissertacoes/dissertacao_gelise_cristine_ponce_martins.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2018. p. 94.

<sup>199</sup> Ibid.

<sup>200</sup> A ferrovia que ligava o norte do estado a São Paulo começou a ser construída por iniciativa privada, sob o comando de Antonio Barboza Ferraz, reconhecido fazendeiro e cafeicultor do Norte Velho.

MAPA 3 – ÁREA TOTAL DA CTNP/CMNP COM TRAÇADO DA FERROVIA



Fonte: TOMAZI, N. D. **“Norte do Paraná”**: história e fantasmagorias. 1997, 342f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31883/T%20-%20NELSON%20DACIO%20TOMAZI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 out. 2018. p. 188.

Os interesses das colonizadoras privadas na continuidade dos negócios lucrativos estabelecidos influenciaram para que, em época de recessão econômica, durante o período de 1930 a 1944, o Estado continuasse incentivando o cultivo de café. Na porção Noroeste, o processo de colonização foi encaminhado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), por volta de 1950, e consolidada nos anos de 1960.<sup>201</sup>

Apesar da qualidade do solo utilizada para atrair compradores para os lotes disponibilizados pelas companhias de colonização, as características ambientais da faixa norte do Paraná apresentavam uma condição contrastante para o cultivo cafeeiro, além do solo rico e propício ao desenvolvimento da planta, a transição

<sup>201</sup> FRANÇA, J. P. A ocupação do noroeste do Paraná e a cidade de Umuarama: uma retrospectiva do processo de ocupação. **Akrópolis**, Umuarama, v. 19, n. 3, p. 164-174, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/4030/2519>>. Acesso em: 06 out. 2018.

entre os climas tropical de altitude e subtropical ocasionavam alta suscetibilidade à ocorrência de geadas.

Ainda assim, o fator solo foi determinante para a continuidade da atividade, mesmo sofrendo os reveses meteorológicos. O conhecimento adquirido e preservado nas gerações de cafeicultores sobre as técnicas que deveriam ser empregadas no cultivo, assim como os investimentos já realizados nos cafezais, também contribuíram para tanto, mantendo uma constante esperança em boas safras e em bons preços.

De acordo com Carvalho, houve, entre o período de 1953 e 1972, a ocorrência de 9 geadas suficientemente intensas para atingir a produção cafeeira, oscilando os índices de prejuízo referente à retração da safra do ano seguinte em 22% em 1963 e 87% com a geada de 1969.<sup>202</sup> As geadas que incidiram nos anos de 1957, 1959, 1962, 1963, 1966, 1969 e 1972 foram brancas, enquanto as de 1953 e 1955 foram denominadas como geadas negras.

As geadas de radiação são conhecidas como geadas brancas pela cobertura de gelo depositada sobre a planta. Essas podem ser pouco prejudiciais a plantas mais tolerantes a baixas temperaturas, “[...] pois embora a água congele a 0°C, a temperatura letal pode estar bem abaixo desse valor [...]”, explicam Caramori et al. As geadas negras correspondem a geadas de vento, quando “[...] o ar está muito seco e a planta morre antes que ocorra formação e congelamento do orvalho [...]”, e a incidência de ventos frios desidratam o tecido exposto das plantas.<sup>203</sup>

O cafeeiro não se enquadra entre as plantas tolerantes ao frio, sendo um cultivo típico de zonas tropicais, o que explica os graves danos causados pelo efeito das geadas brancas sobre ele – em nível perceptível quando observamos a quebra de produção de 87% na safra de 1970 pela geada branca de 1969.

Quando ocorre a desidratação de partes da planta, seu aspecto corresponde a uma superfície queimada e, segundo Pozzobon, a queima de suas folhas provocava a perda da safra seguinte. Quando as folhas e os ramos eram afetados pela geada, havia a interrupção da produção por dois anos, e naquelas em que os

---

<sup>202</sup> CARVALHO, M. S. **A pequena produção de café no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 6.

<sup>203</sup> CARAMORI, P. H. et al. Métodos de proteção contra geadas em cafezais em formação. **IAPAR**, 2008. Disponível em: [http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes\\_tecnicas/protgeada.pdf](http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/protgeada.pdf). Acesso em: 15 ago. 2018.

troncos do cafeeiro são atingidos a paralisação da produção durava três anos.<sup>204</sup> Caramori et al. expõem o fato de que a meteorologia define a geada como o momento em que “[...] a temperatura atinge 0°C sobre superfícies expostas [...]”, enquanto para a agricultura o conceito de geada está relacionado a danos.

As geadas atuaram no contexto como reguladoras naturais das safras. Apesar dos danos causados às plantas e da interrupção temporária da produção de grãos pelos cafeeiros atingidos, após uma geada podia-se esperar a elevação dos preços do produto no mercado internacional, alta derivada da retração da oferta. Desse modo, as consequências financeiras acabavam atenuando os prejuízos.

As manifestações do clima da região norte fizeram com que os cafeicultores desenvolvessem saberes específicos para o seu cultivo, mantendo o café nas áreas de maior altitude, onde as geadas eram menos comuns, e outro tipo de plantação nas partes mais baixas do relevo, como os vales, mais propícios à incidência do fenômeno. Como aponta Kohlhepp, “[...] em suas bordas a zona tropical de transição é caracterizada por algumas áreas com evasão desimpedida de massas de ar frio e, portanto, livre de geadas; já as bacias, vales e baixios, estão, sim, sujeitos ao efeito das geadas”.<sup>205</sup>

No entanto, em julho de 1975, mesmo os cafezais cultivados nas partes mais altas foram atingidos pela geada que se estendeu por sudeste e sul do país. A geada de vento que incidiu na madrugada do dia 18 provocou o congelamento dos tecidos vegetais dos cafeeiros em produção, determinando a morte do parque cafeeiro do Paraná, com a exceção de uma quantidade mínima de árvores que renderam uma safra ínfima em 1976.

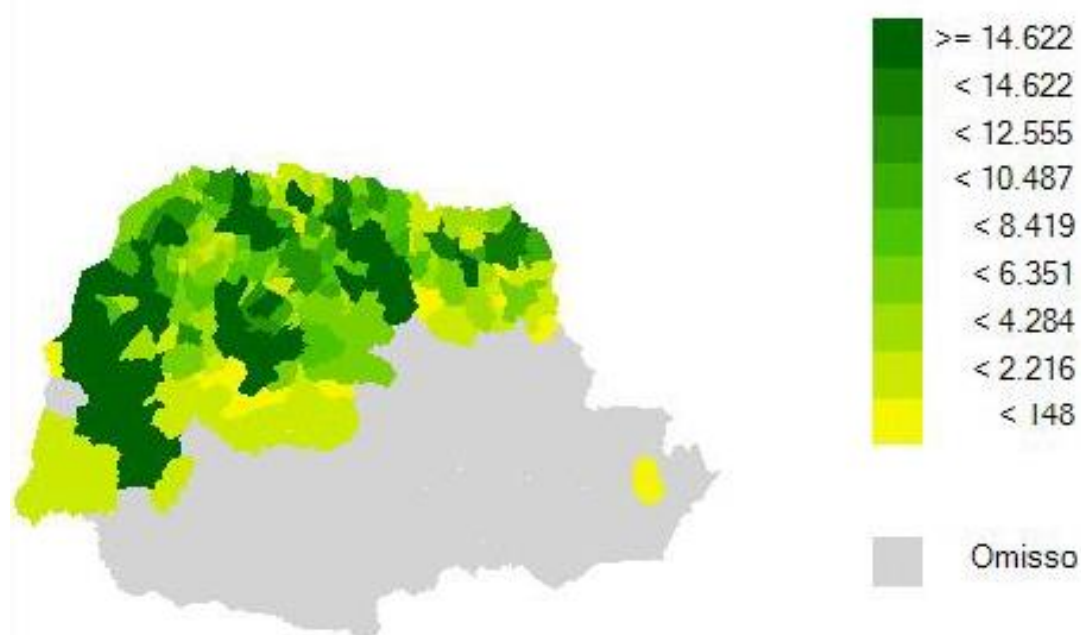
Nos Mapas 4 e 5, a seguir, podemos perceber a grande discrepância na área que mantinha cafeeiros em produção no Paraná nos anos de 1975 e 1976:

---

<sup>204</sup> POZZOBON, I. **A Epopeia do Café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006. p. 125.

<sup>205</sup> KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014. p. 35.

MAPA 4 – PRODUÇÃO DE CAFÉ NO PARANÁ EM 1975



Ipeadata - Produção - café

Estado de Paraná - 1975 - Malha: AMC 70-00

Fonte: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MAPA 5 – PRODUÇÃO DE CAFÉ NO PARANÁ EM 1976



Ipeadata - Produção - café

Estado de Paraná - 1976 - Malha: AMC 70-00

Fonte: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Esse alijamento dos cafezais gerou grande comoção na região, entre os mais diferentes atores sociais, que se relacionavam de alguma forma com a cafeicultura. A colheita, em 1975, havia rendido uma safra de 1.226.000 toneladas, enquanto em 1976 a produção total atingiu 461 toneladas.<sup>206</sup> A diminuição impactante da safra de um ano para o outro colaborou para a composição de um discurso que apontou o fim da cafeicultura no estado.

Em consequência, de todas as geadas que incidiram no norte do Paraná e produziram efeitos de perda de produção aos cafeeiros da região, a geada de 18 de julho de 1975 extrapolou as manchetes dos jornais da década de 1970, ganhando espaço de destaque em muitas matérias jornalísticas da mídia impressa, da televisão e mesmo em documentários, até os dias de hoje.

No âmbito acadêmico, o interesse sobre o fenômeno e seus desdobramentos ambientais, incluindo a dinâmica da terra e os movimentos humanos, tem ganhado espaço nos estudos históricos. Essa geada foi abordada, recentemente, em duas dissertações, ambas com um veredito muito similar que a condiciona como um desastre ambiental.

A perspectiva adotada por Mores, em pesquisa sobre o agroecossistema do café no Paraná, é de que a geada, um fenômeno comum na região, se converte em desastre porque o cafeeiro, sendo uma planta tropical, é exposto ao frio. De acordo com Matiello, o autor reforça que o plantio do cafeeiro é recomendado para áreas em que a temperatura oscile entre 19°C e 22°C, “[...] se caracterizando por ser uma planta pouco tolerante ao frio, mesmo que seja em episódios isolados, como em um único dia do ano.”<sup>207</sup>, a fim de enfatizar o risco assumido pelos cafeicultores ao insistirem na atividade em uma zona de transição entre o clima tropical de altitude e o subtropical, mais suscetíveis às frentes frias. Para o autor, o desastre não é o evento climático em si e não ocorre pelo trabalho exclusivo da natureza, pois concorda com Espíndola e Nodari que “[...] desastres são processos socialmente

---

<sup>206</sup> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>207</sup> MATIELLO, 1977, p. 27 apud MORES, L. **História ambiental do agroecossistema do café (*Coffea arábica*) no norte do Paraná (1945-1975)**. 2017, 321f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/132122233.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018. p. 240.

construídos, no processo de ocupação humana e nas suas relações com outros seres no espaço”.<sup>208</sup>

Oliveira, ao analisar a geada enquanto evento climático e posterior lugar de memória, aponta que, na memória coletiva e nos periódicos regionais, ela foi caracterizada como um desastre. A autora concorda com Mores sobre a designação de desastre socioambiental a um evento natural comum, “[...] na medida em que atinge grandes parcelas das sociedades e causam danos e prejuízos”.<sup>209</sup>

A antropóloga Maxine Margolis também caracteriza a geada de 1975 como um desastre, considerando-se as perdas econômicas aos agricultores e aos cofres do Estado e, principalmente, as alterações nas configurações social e econômica das populações humanas após a sua incidência. Apesar de não teorizar sobre aspectos que a definiriam como um desastre natural, como faz referência em seu texto, Margolis aponta que, mesmo o norte do Paraná sendo uma área climaticamente inadequada ao cultivo cafeeiro, a expansão dos cafezais para essa região atendeu ao direcionamento político, à estrutura de preços e à disponibilidade de terras, sobretudo as constituídas por terra roxa, reforçando que a condição do solo se sobrepôs aos riscos impostos pelo clima.<sup>210</sup>

Margolis concorda que haviam outros problemas que definiam as dificuldades encontradas pelas comunidades cafeicultoras na região, como a erosão dos solos e a pequena margem de lucro na atividade em algumas épocas. A autora enfatiza, ainda, que as geadas foram muito significativas, mas que atribuir integralmente a culpa a elas, como alguns habitantes da zona cafeeira faziam, é uma forma de simplificação excessiva. De acordo com a pesquisa *in loco* realizada pela antropóloga, um morador local expôs que “Não foram as pessoas, mas as geadas que arruinaram a agricultura.” (tradução nossa).<sup>211</sup>

Assim, a perspectiva de que houve outros significativos fatores que diminuiriam a produção de café – apesar de o cultivo não ter sido abandonado no estado nesse contexto –, com a qual concordamos, foi tópico de convergência entre

---

<sup>208</sup> ESPÍNDOLA; NODARI, 2013, p. 13 apud Ibid., p. 232.

<sup>209</sup> OLIVEIRA, C. S. A “**geada negra**” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. p. 61.

<sup>210</sup> MARGOLIS, M. Green gold and ice: the impact of frost on the coffee growing region of Northern Paraná, Brazil. **Mass Emergencies**, v. 4, n. 2, p. 135-144, 1979.

<sup>211</sup> “It isn’t people, but the frosts that have ruined agriculture”. Ver: Ibid., p. 137.

os autores acima citados, bem como a caracterização da geada de 1975 enquanto um desastre.

Serra considera que, desde os finais da década de 1960, os cafeicultores estavam sendo vencidos pelo desestímulo incentivado pelo Estado, dando grande ênfase, no entanto, à intempérie para a desestruturação da atividade cafeeira:

Mas chega o ano de 1975 e acontece a maior geada de todos os tempos, a geada que pela sua intensidade aplicou o que ficou conhecido como 'golpe de misericórdia' da cafeicultura do Norte do Paraná. Todas as lavouras foram dizimadas. Como num passe de mágica, uma noite de baixas temperaturas foi suficiente para sepultar uma fase e abrir caminho para uma nova fase da questão agrária regional. A geada não deixou um pé de café sem ser queimado [...]. Agora nada mais restava ao cafeicultor a não ser optar pelo novo modelo agrícola que estava sendo ofertado pelos mecanismos oficiais, ou sair da atividade. Sair significava vender a propriedade para quem fizesse a melhor oferta.<sup>212</sup>

O autor apresenta de uma forma didática as condições enfrentadas pela atividade cafeicultura desenvolvida no Paraná naquele momento, que resvala na linearidade de uma série de acontecimentos e se arrisca a reduzir a complexidade do processo de transformações que se seguiram à geada de 1975 e os interesses do Estado.

Essa acentuação do evento ganha espaço na abordagem de Rodrigues e Pellegrini, para os quais a diversificação dos cultivos e o êxodo rural foram consequentes dessa geada, demarcando que “[...] a sua relevância é tão grande que ela pode ser considerada um daqueles momentos em que um único fato é capaz de desencadear mudanças históricas”.<sup>213</sup> Ao longo da exposição dos autores, pode-se perceber que são atribuídas outras motivações para esses processos, como os incentivos à mecanização, questões trabalhistas e queda nos preços, porém a importância dada à geada como “único fato” despreza a ação gradativa das mesmas.

A elevação dessa geada enquanto determinante do fim da atividade cafeicultura em muitos municípios paranaenses também pode ser encontrada em

---

<sup>212</sup> SERRA, E. O novo modelo agrícola e a proletarização do trabalhador rural no norte do Paraná. In: ROSAS, C. A. R. F. (Org.). **Perspectivas da Geografia Agrária no Paraná**: abordagens e enfoques metodológicos. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 25-38. p. 30.

<sup>213</sup> RODRIGUES, J. P. P.; PELEGRINI, S. C. A. Memória e História: os dissabores da geada negra em Ivatuba-PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA: PATRIMÔNIOS E ACERVOS, 2., 2012, Maringá/PR. **Anais...** Maringá/PR: Museu da Bacia do Paraná, 2012. (v. 2). p. 1-9. p. 4.

Dezordi<sup>214</sup> e em Miranda e Ragusa.<sup>215</sup> A ótica desses dois trabalhos se aproxima no que diz respeito à ausência de uma análise do contexto vivenciado pelo Paraná no momento, na década de 1970, rendendo ao fenômeno meteorológico o grande papel de destruidor das esperanças dos cafeicultores. Contudo, Miranda e Ragusa atentam para as manifestações da fitopatologia da ferrugem do cafeeiro, bem como para as infestações do besouro conhecido como broca-do-café, como influências no desestímulo dos agricultores em São Pedro do Ivaí, localidade abordada pelas autoras.

Oliveira aponta para o fato de que a geada de 1975 foi alardeada pelo jornal **Folha de Londrina** na ocasião de seu acontecimento, além de em edições rememorativas nas décadas seguintes, enquanto as demais geadas que incidiram na região foram silenciadas pelo mesmo meio de comunicação. A autora ressalta que essa geada foi narrada pelo periódico como “[...] a responsável pelo fim da cafeicultura, além da transformação da agricultura no Estado”.<sup>216</sup> A mídia impressa de fato teve grande influência no destaque dessa ocorrência, como veremos a seguir.

### 3.2 AS MODULAÇÕES SOBRE A GEADA DE 1975 NOS JORNAIS **FOLHA DE LONDRINA E PANORAMA**

Nas primeiras semanas do inverno no hemisfério Sul, os periódicos **Folha de Londrina** e **Panorama** dedicavam uma parte de suas edições aos boletins meteorológicos, que cumpriam a tarefa de informar as previsões de temperatura para as principais cidades paranaenses. Para os habitantes da faixa norte, sobretudo os cafeicultores, os boletins tinham a função de, em complementaridade

---

<sup>214</sup> DEZORDI, M. A “geada negra” de 1975 no distrito de Agro Cafeeira, Matelândia: História e Memória. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 7., 2013, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...** Foz do Iguaçu/PR: UNILA, 2013. Disponível em: <[http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1376540760\\_ARQUIVO\\_TRABALHOCOMPLETOEVENTOHISTORIAORAL.pdf](http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1376540760_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETOEVENTOHISTORIAORAL.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>215</sup> MIRANDA, E. A.; RAGUSA, H. Os efeitos da geada negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí-Paraná. **Ateliê de História UEPG**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 67-75, 2014. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/7108/4556>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>216</sup> OLIVEIRA, C. S. **A “geada negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. p. 119.

com as observações que os próprios faziam do tempo meteorológico, alertar sobre a possível ocorrência de geadas em um dado período.

A **Folha de Londrina**, periódico criado em 1947, por João Milanez e Correia Neto, ganhou amplitude ao longo das décadas, consolidando-se como um dos principais jornais do Paraná. Segundo Arias Neto, a mudança na veiculação do periódico de semanal para diário, no início de 1950, colaborou para que ele ganhasse hegemonia em Londrina. O apoio recebido por parte das elites e dos poderes regionais também contribuiu para isso, de modo que a **Folha de Londrina** tornou-se o porta-voz dessa camada social.<sup>217</sup>

Gurgel aponta que os enfoques principais desse periódico foram a economia e o empresariado, do qual o mesmo fez parte, constituindo uma empresa lucrativa e, segundo Arias Neto, “[...] o único jornal que se transformou rapidamente em indústria da comunicação”.<sup>218</sup> A **Folha de Londrina** é, atualmente, um dos principais jornais do Paraná, e mantém sua publicação diária, expondo notícias regionais, nacionais e internacionais, como fez desde o seu princípio.<sup>219</sup>

A aproximação da direção do jornal com a elite regional e com as causas políticas modula a compreensão do modo como o periódico noticiou os acontecimentos pós-geada na metade final de julho de 1975, assim como a escolha daqueles que elencaram para representar as apreensões, reivindicações e sentimentos dos cafeicultores.

O **Panorama** era um empreendimento bem mais recente na região, mas integrava uma empresa já consolidada, o Grupo Paulo Pimentel (GPP), ligada à comunicação. Criado em março de 1975, em Londrina, o jornal contava com a direção do próprio ex-governador Paulo Pimentel. Esse periódico, lançado em um momento de grande efervescência em torno da modernização da agricultura e da diversificação agrícola no estado, questões que haviam, recentemente, ganhado novo fôlego com o **II PND**, abordou tais tópicos de modo crítico.

<sup>217</sup> ARIAS NETO, 1998 apud GURGEL, E. A. Gêneros jornalísticos na Folha de Londrina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INTERCOM, 2015. Disponível em: <[http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista\\_area\\_DT1-GJ.htm](http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT1-GJ.htm)>. Acesso em: 06 out. 2018.

<sup>218</sup> Ibid.

<sup>219</sup> BOLOGNESI, R. **Ronda pela Cidade**: uma leitura do cotidiano no jornal Folha de Londrina. Disponível em: <<http://snh2013.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-coordenada/Marcha%20da%20producao%20um%20mesmo%20objeto%20e%20varios%20olhares/RoselaineBolognesi.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

O tom questionador do **Panorama**, no entanto, não chegou a ser contestador da situação vigente. Como integrante de um grande grupo de comunicação dirigido por um polêmico político que reconhecia o poder da imprensa, o periódico articulou interesses de leitores, políticos e de seus patrocinadores, constituídos em grande monta por empresas e pelo comércio de maquinários e demais insumos agrícolas.

Em relação à modernização do campo, o **Panorama**, em suas primeiras edições, no mês de março, levantava questões sobre a inviabilidade de atingir a produção necessária para financiar o ousado **II PND** e acerca do caso da mão de obra rural, em especial a situação dos trabalhadores volantes, que voltaria a ser debatido com grande repercussão em ambos os jornais analisados após a ocorrência da geada. Mas o jornal também abordou a temática do crédito rural, a falta de fiscalização para o uso desse financiamento, a erosão acarretada pela implantação de culturas e criações de animais em áreas pouco propícias, em suma, deu enfoque às questões rurais da região, o que não poderia ser diferente no momento que o primeiro setor era o seu principal propiciador de rendas.

Assim, na manhã do dia 17 de julho de 1975, o **Panorama** ocupava-se em alertar a possível ocorrência de fortes geadas nas 48 horas que se seguiriam, devido ao deslocamento de uma massa de ar polar em direção ao sul do país que já havia provocado nevascas em cidades serranas do Rio Grande do Sul. O temor expressado era a aparente dissipação das nuvens no céu, o que, segundo a experiência ensinou aos locais, se apresentava como um sinal de geadas.<sup>220</sup>

Já havia ocorrido geadas nos dias 6, 7 e 8 de julho, o suficiente para causar agitação no mercado cafeeiro em Nova York, que registrou alta nos preços devido ao receio de uma grande retração na produção.<sup>221</sup> O jornal comparou essas ocorrências com os efeitos das geadas de 1969 e de 1972, as quais provocaram danos significativos às lavouras de café e de trigo. O periódico noticiava que, em 1973, as geadas incidentes na região prejudicaram os cafeeiros cultivados em áreas de baixo relevo e que já estavam em processo de erradicação, enquanto em 1974, o inverno ameno não gerou grandes preocupações com o que chamou de “problema geada”.<sup>222</sup>

---

<sup>220</sup> HÁ PERIGO de geadas. **Panorama**, Londrina, 17 jul. 1975.

<sup>221</sup> Ibid., p. 4.

<sup>222</sup> Ibid., p. 4.

No dia seguinte, a edição de 18 de julho confirmava a ocorrência de geadas na manchete principal, e questionava: “É o fim do café?”. Se, como apontou o **Panorama**, não houve grandes receios em relação a esse fenômeno meteorológico em 1974, em 1975 afirmava-se que para o trigo “[...] os prejuízos são grandes. Para o café, a geada pode ser o começo do fim”.<sup>223</sup>

Ambos, **Panorama** e **Folha de Londrina**, buscaram retratar que, apesar das previsões meteorológicas, a neve em Curitiba e as geadas nos municípios do Norte foram surpreendentes. As reações, no entanto, foram discrepantes entre os habitantes da capital e os agricultores da faixa norte do estado.

A **Folha de Londrina** dedicou grande parte de sua cobertura sobre o frio que abateu o Paraná aos desafios impostos para a efetuação de tarefas corriqueiras do dia a dia, como ligar o motor do carro, por exemplo, e ao fato histórico da neve na capital, incentivando os curitibanos a prepararem suas máquinas fotográficas para garantirem um belo registro do evento. Ainda, comentou sobre a ocorrência de uma nevasca em Cascavel, cidade do oeste do estado, um fenômeno inédito.

Na primeira página dessa edição, a **Folha de Londrina** lembrou a ocasião da geada “negra” ocorrida em 1957, que “[...] causou um prejuízo tão grande que muita gente pensou em abandonar o café”.<sup>224</sup> O periódico enfatizou, ainda, que, em 1957, o café constituía o principal cultivo regional, do qual eram amplamente dependentes. Todavia, segundo o jornal, em 1975, a configuração era outra, o cultivo cafeeiro havia diminuído em virtude das geadas e de outros fatores não elencados, o que não atenuou o impacto do fenômeno ao aspecto econômico.<sup>225</sup>

A **Folha de Londrina** informava que o medo de uma geada de vento, conhecida como geada negra, foi o tópico mais recorrente “[...] nas ruas de Londrina, em qualquer lugar onde houvessem duas pessoas reunidas [...]”, e que,

À meia-noite, e na madrugada de hoje, os termômetros registravam 2 graus no centro da cidade e 3 nas baixadas, e já estava geando. Às duas horas da manhã de hoje, quando encerrávamos o trabalho na redação a temperatura ainda continuava em 2 graus, aqui e no centro, tudo indicando que estaríamos no limiar de mais um dia tristemente histórico para o Norte do Paraná: um dos dramáticos dias de cafezais estorricados pelo frio.<sup>226</sup>

---

<sup>223</sup> GEADA e neve. É o fim do café? **Panorama**, Londrina, 18 jul. 1975.

<sup>224</sup> EM CURITIBA, a neve. No Norte, nesta madrugada já estava geando. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975. p. 1.

<sup>225</sup> Ibid.

<sup>226</sup> Ibid., p. 1.

Apesar da constatação dos jornalistas, a avaliação sobre os efeitos da geada de vento ainda estaria por ser feita, cabendo à edição de 19 de julho retratar um dos marcos da história da cafeicultura paranaense. As previsões nesse momento eram de sensíveis quebras na produção de trigo e de café. A **Folha de Londrina** ironizava o fato de a Secretaria de Agricultura do estado ter buscado tranquilizar os agricultores ao afirmar que o seguro agrícola do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), criado em 1973 e até então não aplicado, cobriria todos os danos nos cultivos, “[...] naturalmente, não o café”.<sup>227</sup>

O PROAGRO tinha como objetivo o amparo aos agricultores em caso de prejuízo, às lavouras e aos rebanhos, derivados de adversidades climáticas e de alguns organismos, através da exoneração do pagamento dos financiamentos contraídos junto ao governo para a aquisição de insumos.<sup>228</sup> Segundo a **Folha de Londrina**, os triticultores esperavam ao menos o abatimento de 80% do valor das dívidas contraídas.<sup>229</sup>

A exclusão dos cafeicultores no sistema de seguro federal foi explicada por Alessio Vaz Primo, gerente do Banco do Brasil em Londrina, como resultado das contratações de crédito rural para a atividade terem sido realizadas em setembro de 1974, enquanto o programa entrou em vigor para contratos feitos em 1975. Contudo, ressalta que, ainda que os cafeicultores pudessem ser beneficiados pela medida, “[...] a eventualidade de uma geada não iria acionar os mecanismos do seguro, porque geralmente esse fenômeno atinge a árvore e não os seus frutos”.<sup>230</sup> Para o gerente, o foco do PROAGRO era o de permitir que os agricultores não perdessem suas propriedades “[...] em caso de um insucesso involuntário de sua lavoura [...]”, ao ter que pagar um empréstimo contraído na esperança de que o investimento dos recursos deste proporcionassem a renda para pagá-lo, o que não acontecia em caso de ausência de produção, restando apenas a dívida.

Porém, do raciocínio exposto na fala de Primo, podemos depreender duas situações: a primeira concerne na desconsideração de que, ainda que quando do abatimento de uma geada sobre os cafezais a safra anual já estivesse garantida,

---

<sup>227</sup> EM CURITIBA, a neve. No Norte, nesta madrugada já estava geando. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975. p. 1.

<sup>228</sup> MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Proagro**. 06 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/riscos-seguro/risco-agropecuario/proagro>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

<sup>229</sup> ESPERANÇA no PROAGRO. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975.

<sup>230</sup> BANCO do Brasil confirma. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975. p. 9.

dependendo da intensidade do fenômeno as safras seguintes poderiam ser comprometidas, pois poderia haver a necessidade de poda dos cafeeiros para rebrota de novos galhos, ou mesmo a perda total desses. Em caso da necessidade de replantio de cafeeiros, as árvores novas começariam a produzir grãos em três anos. A segunda situação é o entendimento de que situar cafeeiros em regiões suscetíveis à ação das geadas não constituía perdas involuntárias. Contudo, as reais medidas promovidas pelo governo seriam discutidas nos dias após as geadas, envolvendo representantes do poder executivo federal, das secretarias estaduais, do IBC e o governador Jayme Canet Jr.

Os primeiros dias após as geadas mobilizaram técnicos dos órgãos responsáveis a promover o levantamento dos danos já observáveis e previstos para a próxima safra cafeeira. Os delegados do poder público também percorreram o Paraná para verificar a situação de diversas lavouras e para ouvir reivindicações dos representantes locais. Entre eles, estiveram o Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, o Secretário interino da Agricultura, Joaquim Severiano, o presidente do IBC, Camilo Calazans, e o Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes.

A **Folha de Londrina** noticiou que, em 17 de julho, Calazans havia emitido relatório a Geisel informando, junto às determinações da reunião da qual participara em Londres com compradores e representantes de outros países produtores, a fim de definir pontos em comum para um novo Acordo Internacional do Café, que a iminência de geadas no Paraná era preocupante. Para o presidente do IBC, a safra de 1976, prevista em 14 milhões de sacas, poderia ser retraída para apenas 4 milhões se houvesse fortes geadas na região norte do estado, colocando o estoque brasileiro em um ponto perigoso em relação ao mercado.<sup>231</sup>

A confirmação de uma geada com grande ação destrutiva sobre os cafeeiros, no entanto, fora noticiada com alarde nas edições de 19 de julho de 1975, em ambos os periódicos. A severa geada de vento ocorreu no dia 18, transformando a preocupação exposta nos jornais em uma situação de efetivo desespero para diferentes agentes sociais envolvidos em algum nível com a cultura cafeeira.

A repercussão do acontecimento ultrapassou as fronteiras regionais, sendo que a divulgação de seus efeitos sobre os cafeeiros junto às previsões para a cafeicultura paranaense foi realizada em periódicos de outros estados e, até mesmo,

---

<sup>231</sup> CALAZANS expõe temores a Geisel. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975.

de outros países. O **The New York Times** publicou, em 24 de julho, uma matéria em que abordou os prejuízos não só à lavoura cafeeira, mas também aos demais cultivos da região, assim como a morte de muitos animais, pontuando que foi danosa tanto para a agricultura quanto para a pecuária do estado. Entre os apontamentos feitos pelo jornal estadunidense, também constavam os efeitos da geada no comércio do grão.<sup>232</sup>

Em 1978, o **The Washington Post** dedicou uma matéria à geada que incidiu no Paraná naquele ano após seis meses de estiagem. Larry Rohter, que assina o texto, apontou que houve logo após o ocorrido uma grande procura pela compra de seguros e especulação no mercado internacional.<sup>233</sup> O jornalista pontuou que muitos dos cafeeiros em produção que foram congelados em 1978 haviam sido plantados em substituição àqueles arrancados após “[...] a desastrosa ‘geada negra’ brasileira de 1975.” (tradução nossa)<sup>234</sup>, que disparou os preços do café no mercado em níveis recordes por todo o mundo.

Nessa matéria, podemos perceber como a geada não significava apenas perdas, pois, ao atuar como uma força reguladora da oferta do grão, havendo alta demanda os preços sofriam uma grande elevação. Esta, por sua vez, era bem recebida por aqueles que possuíam café estocado, verde ou instantâneo, e por produtores em outros países, como Rohter assinalou:

A geada no Brasil, maior exportador de café do mundo, foi saudada como uma dádiva de Deus por outros produtores de café, que viram os preços do mercado caírem de \$3,20 por libra no ano passado para \$1,40 por libra no início deste mês. O México elevou seu preço mínimo de exportação três vezes na semana passada, e no início desta semana o Equador fez o mesmo. (tradução nossa).<sup>235</sup>

Todavia, a exposição do fenômeno e das lavouras pós-geada de 1975 nos jornais paranaenses foi diferenciada das expostas acima, na qual a denotação de

---

<sup>232</sup> FROST in Brazil Said to Ruin Half Of Coffee Crop and Peril Herds. **The New York Times**, New York, p. 10, 24. jul. 1975. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1975/07/24/archives/frost-in-brazil-said-to-ruin-half-of-coffee-crop-and-peril-herds.html>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

<sup>233</sup> ROHTER, L. Frost Damages Coffee in Brazil. **The Washington Post**, Washington, 25 ago. 1978. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1978/08/25/frost-damages-coffee-in-brazil/09701525-3525-486e-858e-405f42fd10db/?noredirect=on&utm\\_term=.ce25468f1a66](https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1978/08/25/frost-damages-coffee-in-brazil/09701525-3525-486e-858e-405f42fd10db/?noredirect=on&utm_term=.ce25468f1a66)>. Acesso em: 21 ago. 2018.

<sup>234</sup> “[...] the disastrous Brazilian ‘Black Frost’ of 1975”. Ver: Ibid.

<sup>235</sup> “The frost in Brazil, the world’s largest coffee exporter, has been greeted as a godsend by other coffee producers, who have seen market prices fall from a record high of \$3.20 a pound last year to \$1.40 a pound earlier this month. Mexico raised its minimum export price three times last week, and earlier this week Ecuador followed suit”. Ver: Ibid.

extrema preocupação dos lavradores e do poder público não deixou brechas para o uso de termos espirituosos, como fez Rohter em sua descrição em relação a 1978.

Atualmente, a primeira página da **Folha de Londrina**, edição de 19 de julho, é recorrentemente difundida em *sites* de busca quando o assunto é a geada negra de 1975. Esse fato não ocorre de forma aleatória, pois a manchete anunciava que “Não sobrou um único pé de café.”, um dado impactante quando se trata do maior produtor mundial daquele momento.<sup>236</sup> A reportagem desse primeiro dia após a geada de vento oscilava entre o velório da cafeicultura paranaense e a defesa da continuidade da atividade.

Ainda na primeira página, era noticiada a demonstração de muitos cafeicultores, na microrregião de Maringá, em abandonar o cultivo cafeeiro, substituindo-o por soja e trigo, feito esse que em momentos anteriores já havia amenizado as perdas econômicas que poderiam ser maiores quando da dependência massiva do café.<sup>237</sup>

De acordo com a **Folha de Londrina**, o relatório preliminar do governador Jayme Canet Jr. conferia um tom pessimista em relação aos efeitos da geada para a agricultura, confirmado por outros representantes do poder público:

Não sobrou um único pé de café no Paraná. A lavoura do trigo foi dizimada. As demais culturas não existem mais. É este o tom do relatório feito ontem à noite pelo governador Jaime Canet Junior ao presidente Ernesto Geisel. Ele coincide com a observação de todos os homens ligados à cafeicultura. Três autoridades verificaram pessoalmente os estragos nas lavouras. Jaime Canet Junior sobrevoou uma região, o vice-governador Octávio Cesário ocupou-se de outra, o secretário interino da agricultura, Joaquim Severiano, deslocou-se para uma terceira faixa. Os três se encontraram em Londrina, na tarde de ontem, e repetiram uma única frase: “está tudo perdido”.<sup>238</sup>

O cenário de destruição dos cafezais do norte do estado pela geada também fez parte do discurso narrado por Wilson Baggio, presidente do Sindicato de Cafeicultores de Cornélio Procopio. Baggio afirmava que

[...] a longa agonia que os cafeicultores vinham sofrendo, com a inclemência do tempo, levou o tiro de misericórdia. Não existem mais condições de sobrevivência e a insistência em se continuar na atividade, a que ninguém está disposto, põe em risco o próprio patrimônio que tem sido ameaçado inúmeras vezes.<sup>239</sup>

<sup>236</sup> NÃO SOBROU um único pé de café. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 1.

<sup>237</sup> Ibid.; e LEMBRANDO as velhas crises. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975.

<sup>238</sup> JAIME Canet a Geisel: não sobrou um pé de café e o trigo foi dizimado. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 4.

<sup>239</sup> BAGGIO: “a cafeicultura acabou”. **Panorama**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 4.

Essa constatação de Baggio sobre a situação da atividade cafeeira no Paraná atribui ao clima regional o longo histórico de perdas de produção causadas pelas geadas, não mencionando que para aqueles que podiam reter estoques, os grandes produtores, as consequências muitas vezes mostravam-se promissoras, pois com a geada vinha a alta de preços. Contudo, “o tiro de misericórdia” pontuado por Baggio foi utilizado muitas vezes posteriormente para fazer referência ao fenômeno climático de 1975, tanto por jornalistas quanto por estudiosos.

No entanto, o discurso pautado no “fim da cafeicultura” não era novidade nas páginas dos periódicos londrinenses após a ocorrência das geadas em julho. O tom já vinha sendo utilizado no **Panorama**, em março de 1975, para apoiar a reivindicação dos envolvidos com a lavoura de café na região norte ao amparo do poder público em relação à oscilação de preços para venda do café. O jornal informava:

Ninguém contesta, no entanto, que estamos assistindo à lenta agonia do outrora opulento rei café. Para quem há trinta, vinte ou dez anos atrás estava acostumado a ver por aqui a terra inteira coberta pela folhagem verde dos cafeeiros, nada mais triste – desolador mesmo – do que presenciar o lamentável espetáculo de lavouras abandonadas, ressecadas ou cobertas pelo mato. Dói, aos velhos cafeicultores, presenciar a liquidação pura e simples de lavouras inteiras que antes sustentavam famílias, davam riqueza à região e divisas aos cofres do governo. “Não vale mais a pena” – é uma frase que de tanto ser repetida chegou a se tornar monótona. Está velha a frase, mas nem assim ela parece ter sido ouvida por quem teria condições de revitalizar um moribundo.<sup>240</sup>

A narrativa exposta pelo periódico demonstra que havia plantações abandonadas, sem as medidas de corte dos cafeeiros e tratamento da terra para receber outro cultivo, ressaltando que quem poderia resolver o cenário de proximidade da morte da lavoura cafeeira do estado, ou seja, o governo, mantinha-se alheio às reclamações dos produtores.

Poderíamos pensar que o motivo do dramático retrato desenhado pelo jornal fora uma conjunção de fatores ambientais, como os efeitos das geadas, a incidência da broca ou a infestação da ferrugem, os quais prejudicavam as árvores e os seus frutos, derivando uma produção abaixo do esperado, que levava aos requerimentos para que o governo promovesse suporte financeiro para sustentar o cultivo até uma

---

<sup>240</sup> **Panorama**, Londrina, 25 mar. 1975.

nova safra. Porém, na continuação, o texto jornalístico aponta que, em relação a esses dificultadores, se sobressaía a experiência dos cafeicultores. A menos de quatro meses da ocorrência da geada negra, a grande causa considerada para o “fim” do café paranaense eram os baixos preços:

A cafeicultura, no entanto, hoje não esconde que está quase derrotada. Com a debandada geral em suas fileiras, pouco falta para que se entregue de uma vez por todas e nunca mais tenha condições de se levantar. Foi a ferrugem? Não, quem venceu geada, seca, broca, pragas de toda a sorte, nunca se renderia a apenas mais uma. A explicação poderia se estender por laudas e laudas de análises conjunturais de problemas e fenômenos que levaram o rei café à decadência. Mas o mais simples, muito mais objetiva e que dispensa a queima de fosfato: foram os preços – ou a falta deles.<sup>241</sup>

Assim, já se assinalava que a política de preços para a cafeicultura suscitava insatisfação em seus produtores. Esperava-se a mobilização do Estado para que o retorno de renda aos cafeicultores fosse mais compensatório, incentivando-os na manutenção da atividade.

O impacto da geada em meados de julho ampliou essas reivindicações, sendo o momento de vulnerabilidade aproveitado para que líderes de cooperativas, presidentes de sindicatos rurais e até agrônomos manifestassem suas críticas e sugestões para a continuidade da lavoura cafeeira no Paraná baseadas no amparo governamental.

Justino Vilela, presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores, convocava seus pares a não desanimar frente a ocorrência do fenômeno, advogando em prol da atividade debaixo de uma nova política cafeeira, pois considerava a vigente no período como “[...] pouco útil ao Brasil, sempre se desarticulando nos momentos de adversidade”.<sup>242</sup>

A voz escolhida pela **Folha de Londrina** para representar o posicionamento tomado pelos cafeicultores frente a geada defendia que no Brasil fosse aplicada a medida de rareamento das mudanças de dirigentes do IBC, tal qual a Colômbia mantinha em seu Instituto do Café, para que decisões e planos encaminhados por uma determinada gestão não fossem interrompidos na troca de presidentes da autarquia. Ao expor suas sugestões, Vilela complementou que “Sempre tivemos

---

<sup>241</sup> **Panorama**, Londrina, 25 mar. 1975.

<sup>242</sup> JUSTINO Vilela: temos que imitar a Colômbia. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 3.

geadas no Paraná e sempre as vencemos. Não vamos desanimar. Vamos é nos unir para a nova cafeicultura”.<sup>243</sup>

A nova cafeicultura, calcada em técnicas modernas de cultivo, era defendida e esperada pelo agrônomo à frente da SERAC, Irineu Pozzobon, que expôs, na **Folha de Londrina**, que o abatimento da forte geada em 1975 diferia das anteriores, pois o custo de produção havia sido onerado por insumos não utilizados anteriormente, como adubos e fungicidas, e também pela questão de mão de obra.<sup>244</sup> Admitia, assim, que a utilização de técnicas de ponta diminuiria os custos e aumentaria a produtividade, de modo que o café não deixaria de ser cultivado no Paraná, mas era premente que se atentasse para a necessidade de modernizar seu processo produtivo.<sup>245</sup>

De acordo com uma enquête realizada pelo **Panorama** com cafeicultores de diferentes municípios do norte do estado, o “fim do ciclo do café” era associado mais às determinações governamentais em amparar ou não o produtor do que à geada em si.<sup>246</sup>

É necessário ressaltar que os efeitos da geada e do frio nos cafeeiros não foram imediatamente avaliados, sendo realizado durante algumas semanas o levantamento por especialistas. Enquanto isso, entre os envolvidos com o café, houve especulação sobre o que aconteceria até uma divulgação oficial da situação.

Na exposição dos trechos de fala dos cafeicultores consultados, percebe-se incerteza, havendo tanto a defesa da atividade, da “teimosia” do agricultor através do tempo e de sua capacidade em superar as adversidades do clima, quanto o entendimento de que se fosse constatada a queima dos troncos dos cafeeiros não haveria solução. Entre apontamentos do aumento do cultivo de cereais, redução das lavouras cafeeiras, quedas das safras dos anos seguintes, a esperança convergente é de que, apesar da retração, o café não acabaria, cabendo ao governo proporcionar o amparo aos cafeicultores que perderam suas lavouras e investir em infraestrutura, como demonstra a fala de Neco Garcia Cid, presidente da Sociedade Rural do Paraná:

---

<sup>243</sup> JUSTINO Vilela: temos que imitar a Colômbia. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 3.

<sup>244</sup> Cafeicultores que mantinham empregados em suas propriedades ou que deixaram de mantê-los devido à legislação trabalhista sagrada no ETR, em 1963, continuavam a render reclamações sobre suas determinações, principalmente apontando o aumento do custo da mão de obra.

<sup>245</sup> MAS O CAFÉ não se acaba. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 3.

<sup>246</sup> FIM DO CAFÉ: só se o governo quiser. **Panorama**, Londrina, 20 jul. 1975. p. 6.

Ele precisa tomar medidas imediatas de atendimento à cafeicultura, senão a plantação vai ser reduzida em 50 por cento. [...]. Mas precisará de uma infraestrutura completa, inclusive condições de combate às pragas e ferrugens. A plantação antiga será erradicada.<sup>247</sup>

A resposta do governo federal foi o oferecimento de financiamentos aos agricultores. Para o café, significaria apoiar o replantio apenas em áreas favoráveis, deixando por conta do agricultor a insistência nas lavouras em espaços de risco. Porém, a erradicação dos cafezais prosseguiu, e muitos preferiram ou foram conduzidos pela situação financeira a arrancar os cafeeiros de sua propriedade, vendendo-a para produtores maiores ou substituindo o café por outros cultivos, sobretudo a soja e o trigo.

Na coluna “Panorama Econômico”, na edição do dia 20 de julho, o colunista Francisco de Oliveira ponderou que o “flagelo” vivenciado no Paraná após a ocorrência das geadas, em especial da geada negra, comprometia as metas quinquenais do **II PND**, pois condenava a redução da arrecadação do setor primário, prejudicando toda a economia paranaense. Oliveira previa, ainda:

Isso terminará na transformação total e absoluta de nossas fontes principais de renda, já iniciada com o avanço natural da soja e do trigo através de um processo de maior procura no mercado internacional e tão comentada nesse jornal nos últimos meses.<sup>248</sup>

Como previu o colunista, as plantações de soja e de trigo aumentaram vertiginosamente após a incidência das geadas e a erradicação dos cafezais, assim como o incremento das pastagens. Os bons preços dos produtos e a demanda do mercado internacional e alto consumo interno no caso do trigo, visto que boa parte do cereal e derivados era importado pelo Brasil, auxiliaram no direcionamento dos novos investimentos dos agricultores.

Porém, os bons preços e a demanda não justificavam sozinhos serem essas as principais culturas substitutivas, pois desfrutavam do apoio do governo para seu desenvolvimento. Esse amparo, tão reivindicado pelos cafeicultores ao café, não deve ser desconsiderado quando estendido para a soja e o trigo, pois o aumento das lavouras temporárias no norte do Paraná pode ser considerado como uma resposta assertiva e resultante das medidas de incentivo promovidas pelo governo e

---

<sup>247</sup> FIM DO CAFÉ? Só se o governo quiser. PANORAMA, Londrina, 20 jul. 1975. p. 6.

<sup>248</sup> OLIVEIRA, F. A recuperação da economia paranaense. **Panorama**, 20 jul. 1975. p. 5.

concretizadas no órgão CAFÉ DO PARANÁ, entre outras, e no fomento federal, como vimos no capítulo anterior, mas com certeza, diferentemente do que aponta Oliveira, não foi natural.

Na Tabela 10, estão demonstrados os hectares de área colhida com soja e trigo nos anos de 1973, 1975, 1976 e 1985:

TABELA 10 – ÁREA COLHIDA DE SOJA E TRIGO NO NORTE CENTRAL, NORTE PIONEIRO E NOROESTE DO PARANÁ (EM HECTARES)

| Mesorregião                      | Cultivo | 1973   | 1975    | 1976    | 1985    |
|----------------------------------|---------|--------|---------|---------|---------|
| <b>Norte Central</b><br>(Novo)   | Soja    | 95.803 | 250.599 | 351.595 | 350.715 |
|                                  | Trigo   | 28.793 | 134.097 | 228.160 | 262.680 |
| <b>Norte Pioneiro</b><br>(Velho) | Soja    | 41.145 | 93.654  | 157.131 | 122.459 |
|                                  | Trigo   | 30.600 | 73.249  | 148.486 | 138.693 |
| <b>Noroeste</b><br>(Novíssimo)   | Soja    | 80.728 | 78.607  | 101.694 | 35.078  |
|                                  | Trigo   | 5.944  | 17.124  | 31.240  | 24.546  |

Fonte: Adaptado de IBGE apud IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

De acordo com Margolis, em 1980, o parque cafeeiro do Paraná estava composto por 600 milhões de cafeeiros, um terço a menos do que o período anterior à geada. Para a antropóloga, os resultados da geada não foram iguais em toda a faixa norte, dependendo das condições ecológicas e econômicas pré-existentes quando da ocorrência do fenômeno.<sup>249</sup>

Como vimos, o Noroeste do estado – com os solos compostos majoritariamente por arenito Caiuá, menos propícios para a cafeicultura e com grande incidência de erosão – foi a mesorregião que apresentou um índice maior de erradicação através do GERCA, em meados dos anos 1960. Após a geada, foi intensificada a atividade pecuária nessas localidades, muitas vezes praticada em fazendas que anteriormente constituíram pequenas propriedades cafeeiras. Nos solos de terra roxa do Norte Pioneiro e do Norte Central, de acordo com Margolis, pequenas propriedades foram substituídas por fazendas mecanizadas de soja e trigo.<sup>250</sup>

Apesar de afirmar que, “[...] mesmo antes da catástrofe, sabia-se que uma geada selaria o fim da cafeicultura no Paraná [...]”, Oliveira intercede para que o

<sup>249</sup> MARGOLIS, M. Natural disaster and socioeconomic change: post-frost adjustments in Paraná, Brazil. **Disasters**, vol. 4, n. 2, p. 231-235, 1980. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-7717.1980.tb00276.x>>. Acesso em: 06 out. 2018.

<sup>250</sup> Ibid.

governo atenda às reivindicações dos cafeicultores, pois ainda havia a necessidade da produção de café paranaense para cumprir os compromissos de exportação, ao qual julgava que a produção paulista e mineira era insuficiente.<sup>251</sup> O economista informou que Wilson Baggio entregou a Camilo Calazans - presidente do IBC - um memorial em que abordara questões como a necessidade de o governo continuar investindo no café, por ser a cafeicultura uma atividade que abrigava mão de obra elevada enquanto argumentava que a dispensa maciça da mesma acarretaria num grande problema social e que, em tempos recentes, o governo contraíra uma dívida de 19,3 bilhões de dólares, e o café constituía um item importante para manter a balança comercial brasileira positiva, colaborando para saldar o empréstimo.<sup>252</sup>

A argumentação utilizada por Baggio para angariar o apoio do IBC e do governo federal no quesito da mão de obra foi assertiva, visto que, após a incidência do fenômeno, a situação dos trabalhadores rurais, incerta desde a consolidação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que buscou estender os direitos dos trabalhadores urbanos aos rurais, impossibilitando o tradicional sistema de colonato e parceria, se agravou.

Na edição de 20 de julho, o **Panorama** abordou o problema social do desemprego rural. Abaixo da imagem de um trabalhador rural sentado na carroceria de um caminhão com o rosto apoiado sobre a mão, aparentando desânimo, munido de chapéu e de uma sacola, foi colocada a seguinte legenda: “A vida dele já é triste. Agora vai ficar pior. O bóia-fria, maior vítima da geada”.<sup>253</sup>

---

<sup>251</sup> MARGOLIS, M. Natural disaster and socioeconomic change: post-frost adjustments in Paraná, Brazil. **Disasters**, vol. 4, n. 2, p. 231-235, 1980. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-7717.1980.tb00276.x>>. Acesso em: 06 out. 2018.

<sup>252</sup> OLIVEIRA, F. A recuperação da economia paranaense. **Panorama**, 20 jul. 1975. p. 5.

<sup>253</sup> SALDANHA, N. O problema social aumenta. **Panorama**, Londrina, 20 jul. 1975. p. 1.

FIGURA 1 – TRABALHADOR VOLANTE



Fonte: SALDANHA, N. (Fotógrafo). In: O PROBLEMA social aumenta. **Panorama**, Londrina, 20 jul. 1975.

Esses trabalhadores rurais volantes eram contratados para desempenhar atividades informais em empreendimentos agrícolas, sem nenhum benefício ou garantia além do salário combinado pela diária. Entre eles e o dono da propriedade, havia a figura do “gato”, responsável por reunir os candidatos e levá-los até o local em que prestariam o serviço.<sup>254</sup> Dentre os chamados “bóias-frias”, havia mulheres, homens e crianças.

Na legenda dessa imagem, o Panorama buscou difundir a ideia de que a geada propiciou o agravamento da situação do trabalhador volante. Em termos práticos, o efeito de erradicar abruptamente o parque cafeeiro do estado colaborou para tornar a situação do desemprego rural ainda mais latente, pois abriu espaço para a implantação quase imediata de novos cultivos e modos de produção

<sup>254</sup> CASAGRANDE, I. O trabalhador rural volante (“bóia-fria”) na região de Maringá, nos anos 70. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

agrícolas nas terras antes ocupadas com o café para aqueles que desfrutavam de condições financeiras para tanto.

Oliveira, ao analisar como a **Folha de Londrina** demonstrou a situação desses trabalhadores, expôs que, com a promessa do governo federal em incentivar o replantio dos cafezais, o ministro do trabalho, Arnaldo Prieto, defendia a promoção de empregos, com a absorção de trabalhadores nas etapas de renovação da lavoura cafeeira.<sup>255</sup> Porém, houve por parte dos cafeicultores reivindicações para que o ETR fosse revisado, se adaptando à realidade do campo, e permitindo a volta do colonato. Olavo Godoy, presidente do Sindicato Rural de Londrina, chegou a afirmar que muitos lavradores abandonaram o café pela dificuldade imposta pelo Estatuto em garantir mão de obra.<sup>256</sup>

Em agosto de 1975, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná teve a oportunidade de rebater a afirmação do sindicalista e dos que junto a ele defendiam a volta do colonato e a revisão do ETR, através da publicação sobre a reunião de seus representantes em Curitiba, em que dispararam: “Na verdade, proprietários, prefeitos e fazendeiros exploram os ‘bóias-frias’ para fugirem às obrigações sociais e só faltam dizer que o Estatuto é culpado pelas geadas”.<sup>257</sup>

Fato é que o cultivo do café reunia muita mão de obra em todas as etapas de produção, a partir da retração de áreas cultivadas com a rubiácea, ter-se-ia o consequente aumento do desemprego rural no norte do Paraná. Isso preocupava o governo do estado muito antes da chegada do inverno, como pudemos observar no Plano de Diversificação da Zona Cafeeira, pensado no governo de Paulo Pimentel. Com o desemprego, haveria a migração de pessoas antes fixadas no campo para as cidades, que não tinham infraestrutura suficiente para acolhê-las em boas condições de vida. Nesse plano, previa-se o risco de tensão social.

O uso de maquinários agrícolas em diversas lavouras do estado, inclusive na moderna cafeicultura implantada após a geada, colaborou para a aceleração da diminuição da oferta de empregos no campo. Como aponta Casagrande, a “[...] substituição de mão-de-obra por insumos industrializados passou a ser

---

<sup>255</sup> OLIVEIRA, C. S. A “**geada negra**” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

<sup>256</sup> Ibid.

<sup>257</sup> BÓIAS-FRIAS: Dumont acusa os prefeitos e fazendeiros. **Folha de Londrina**, Londrina, 1 ago. 1975. p. 5 apud Ibid., p. 82.

característica da agricultura do Norte Novo [...]” e das demais localidades da região.<sup>258</sup>

O grande êxodo rural que pode ser observado na metade final da década de 1970 corroborou para a transformação da característica de concentração populacional no Paraná. Muitos trabalhadores rurais seguiram para grandes centros urbanos como Londrina, Maringá e Curitiba, bem como para outras regiões do Brasil, a fim de se alocar nas novas fronteiras agrícolas no Mato Grosso e em Rondônia. A partir de 1980, o estado que era majoritariamente rural passou a ter maior concentração de habitantes nas cidades.<sup>259</sup>

Contudo, se o solo da região norte, como afirmamos no começo deste capítulo, foi determinante para a efetivação do cultivo cafeeiro no estado, desconsiderando as condições do clima, esse elemento foi novamente ressaltado na campanha lançada pelo **Panorama** após a geada, intitulada “A geada passa, a terra fica”. A cafeicultura não se tornou sozinha o símbolo da história do norte do estado, dividiu o protagonismo com a “terra roxa”.

Através dessa campanha, mais do que consolar o agricultor, o periódico buscou demonstrar a viabilidade de cultivos diversificados na região, amparados por uma retaguarda de pesquisa e novas técnicas, e desestimular a persistência na cafeicultura. Afirmava que

O que deve ficar claro é que nunca nos faltarão opções numa terra tão fértil. O café pode acabar, contudo, virão soja, trigo, algodão, milho e uma série de outros produtos que já cultivamos, mas que ainda poderão ter a sua área aumentada. E qualquer um desses produtos que se plantar apresentará bons resultados que permitam atender à expectativa [sic] de lavradores descapitalizados por uma catástrofe nas proporções da ocorrida. Justamente por isso é que a lavoura precisa fazer renascer seu otimismo e de forma nenhuma se abalar e deixar derrotar ante um fenômeno que não foi o primeiro e também não será o último. Apesar da catástrofe, ficaram algumas lições que definitivamente precisam nos guiar para uma agricultura cada vez mais diversificada, tecnificada e com uma boa retaguarda de pesquisa. A partir daí consideramos que essas geadas foram um marco histórico para a economia do Paraná, pois colocaram um fim a um ciclo econômico que na verdade estava, em muitos casos, se mostrando anti-

---

<sup>258</sup> CASAGRANDE, I. O trabalhador rural volante (“bóia-fria”) na região de Maringá, nos anos 70. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. p. 234.

<sup>259</sup> MOREIRA, J. R. S.; LAVERDI, R. Modernização agrícola e o declínio da cafeicultura pós-geada de 1975 (Norte do Paraná). **Ateliê de História UEPG**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 93-109, 2016. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/8759/5672>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

econômico e abriram perspectivas para a diversificação, tão necessária, de nosso setor primário.<sup>260</sup>

A produção diversificada de alimentos garantia uma ampliação na pauta de exportações do país, que por sua vez era uma das linhas pensadas para promover o equilíbrio na balança de pagamentos brasileira e expostas no **II PND**, do qual o governo estadual não havia se descuidado.

Na mensagem de prestação de contas à Assembleia Legislativa encaminhada em 1977, Canet Jr. expunha que o crescimento almejado para o aumento da taxa de emprego e das condições de vida da população deveria acompanhar o processo de independência do país aos órgãos econômicos externos. O governador, em concordância com o executivo federal, via a diversificação da pauta de exportações e a redução das importações como medidas para manter a balança comercial brasileira equilibrada. Considerando que dois terços da exportação nacional estavam calcados nos bens agropecuários, Canet defende a participação do Paraná como relevante para manter alto o índice exportador e demonstra contentamento na recuperação agrícola do estado após a geada.<sup>261</sup>

Os fenômenos climáticos característicos do clima tropical de altitude incidente no norte do Paraná foram avaliados como empecilhos a serem ultrapassados, ou mesmo algo a ser dominado para satisfazer os interesses de agricultores e do estado. Na visão do governador, 1976 foi o ano em que agricultores e pecuaristas obtiveram “[...] vitória [...] sobre os desafios do clima [...]”, representados, sobretudo, pela geada de 1975, que segundo ele destruiu os cafezais que constituíram “[...] até então o maior e mais tradicional suporte da economia estadual”.<sup>262</sup>

Para Canet Jr., a agropecuária do estado havia se recuperado com o auxílio da União, e pode-se observar no início de 1977 que os pontos expostos nos Objetivos e Metas para o Desenvolvimento, que previam um crescimento agrícola de 8,7%, foi superado em três vezes. Para esse resultado, desconsiderou-se a produção cafeeira com volume ínfimo em 1976. O governador assumia que nas

---

<sup>260</sup> CAMPANHA: A geada passa, a terra fica. **Panorama**, Londrina, 24 ago. 1975. p. 8.

<sup>261</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Jayme Canet Junior, governador do estado**. Curitiba, 1977. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1977\\_Jayme\\_Canet\\_Junior.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1977_Jayme_Canet_Junior.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2018.

<sup>262</sup> Ibid., p. VII.

terras antes ocupadas por cafeeiros haviam sido difundidas as lavouras brancas que colaboraram para o incremento da produção agrícola saltar de 21% em 1975 para 30,3% em 1976, que não obteve alta maior “[...] devido às secas e às chuvas, ao granizo e às geadas”.<sup>263</sup>

Os demais gêneros agrícolas cultivados no estado, como o trigo, o amendoim, a cana-de-açúcar e a mandioca, também sofriam com os fenômenos atmosféricos, porém sua recuperação era muito mais rápida, devido ao tempo de produção ser menor que a do cafeeiro, em alguns casos obtendo duas ou mais safras anuais.

A questão em torno do desestímulo ao cultivo cafeeiro em relação à geada concernia na paralisação da produção de grãos pelo congelamento de partes da planta, que poderia ser de um a três anos, causando a perda de até três safras. Em 1970, os cafeeiros plantados na época do *boom* do café após a Segunda Guerra estavam atingindo o ponto de saturação produtiva, constituindo muitos cafezais velhos e com pequenos índices de produtividade. Replantar e recuperar cafezais após a geada para que esses voltassem ao mesmo nível de antes mostrou-se impraticável a muitos pequenos produtores, sem recursos para recomeçar seus cafezais do zero, não compensatório aos grandes produtores amparados por condições que os permitiam mudar o cultivo em suas propriedades e investir em pecuária, e não compatível com os direcionamentos que o Estado vinha buscando para a economia.

Assim, Canet Jr. determinava que 1977 seria o ano da consolidação da cafeicultura e que o Paraná não deixaria de figurar entre os grandes produtores do grão no país, mas este seria promovido visando o equilíbrio desejável do ponto de vista econômico para o estado e a partir dos interesses nacionais em receitas e fixação de mão de obra. Ainda, essa consolidação constituiria a

[...] uma nova fisionomia da agricultura, que continuará contando com o café [...] como um dos seus mais importantes itens. Mas que terá nas outras lavouras um fator de equilíbrio econômico e uma garantia do conjunto da produção contra novos acidentes climáticos.<sup>264</sup>

---

<sup>263</sup> PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Jayme Canet Junior, governador do estado**. Curitiba, 1977. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1977\\_Jayme\\_Canet\\_Junior.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1977_Jayme_Canet_Junior.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2018. p. VII.

<sup>264</sup> Ibid., p. VIII.

O relatório de Canet Jr., dois anos após a geada e a cobertura do pós-geada realizado pelos jornais de Londrina, que foi por décadas um importante centro cafeeiro, demonstrava um momento de reestruturação para a agricultura paranaense, que passaria a ser, após o evento, cada vez mais uma agroindústria. A exposição dos fatos e a articulação dos temas relacionados à geada, na **Folha de Londrina** e no **Panorama**, como o dano aos cafezais, o prejuízo estimado em 4 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, reivindicações e opiniões dos cafeicultores, majoritariamente a partir das vozes dos grandes produtores elencados para representar uma gama diferenciada de pessoas envolvidas na lida do café, assim como as respostas do governo, denotavam o ponto logo antes de uma “virada histórica” na agricultura praticada na região, que na prática significou a aceleração de processos que vinham se desenvolvendo paulatinamente desde a década de 1960.

Quando entendemos que a cafeicultura significou não só o advento das lavouras cafeeiras, mas uma economia específica da qual pessoas do campo e das cidades do norte do Paraná dependiam em algum nível – seja no comércio de secos e molhados e de outros gêneros variados nas localidades ou para a agroexportação –, podemos vislumbrar o porquê, após a geada de 1975, muitos anunciaram o “fim da cafeicultura”.

Mores, ao analisar o modo como a geada de 1975 foi descrita na **Folha de Londrina**, compreendeu que há uma carga dramática sensacionalista nas narrativas que buscavam, por meio da comoção popular e do poder público, atender aos interesses de grandes cafeicultores instalados na região de serem ouvidos no meio político.<sup>265</sup> Concordamos que a entonação de encerramento da cafeicultura era utilizada para reforçar as reivindicações dos produtores, mas em nossa visão, não se tratou apenas disso.

Ao longo das décadas, a cafeicultura ganhou alcunha de “ouro verde” e um significado que foi além de um mero cultivo agrícola, passando a simbolizar a esperança de milhares de pessoas em obter ascensão social, melhoria nas condições de vida e a terra própria. Tal processo culminou numa leva migratória

---

<sup>265</sup> MORES, L. **História ambiental do agroecossistema do café (*Coffea arabica*) no norte do Paraná (1945-1975)**. 2017, 321f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/132122233.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

para o norte do estado, ampliando a fronteira agrícola de leste a oeste, alterando intensamente a configuração ambiental da região, assim como a vida dos que ali estavam e daqueles que ali chegavam.

Ainda que sob arranjos políticos e econômicos a lavoura cafeeira estivesse sendo reestruturada em técnicas modernas de cultivo e a atenção dada pelos órgãos governamentais de fomento se dirigisse à diversificação de culturas, a geada de 1975 – decorrente do deslocamento da massa de ar antártica que provocou a extensão do fenômeno a lugares nos quais sua incidência era atípica<sup>266</sup> – ocasionou efeitos impactantes pela rapidez com que mudou a paisagem.

FIGURA 2 – CAFEICULTOR OBSERVA CAFEEIROS QUEIMADOS APÓS A GEADA



Fonte: NACHI, L. (Fotógrafo). In: FOI A PIOR geada. **Panorama**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 1; Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

<sup>266</sup> A geada se estendeu para algumas localidades de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, que apresentaram perdas em seus parques cafeeiros referentes a 66%, 80% e 10%, respectivamente. Ver: CONSELHO MONETÁRIO INTERNACIONAL; INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, 1975 apud SERRA, E. O novo modelo agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no norte do Paraná. In: ROSAS, C. A. R. F. (Org.). **Perspectivas da Geografia Agrária no Paraná**: abordagens e enfoques metodológicos. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 25-38. p. 30.

A cafeicultura declinou quando, após a geada de 1975, a lavoura cafeeira passou a ocupar um lugar mais modesto enquanto propiciador de rendas ao estado comparado às décadas anteriores e mesmo no momento recente anterior à incidência do fenômeno. Passava a ser, então, apenas mais uma das atividades agrícolas desenvolvidas no Paraná, sob um modelo diferenciado daquele que ficou conhecido como tradicional, praticado por décadas.

A legenda exposta no **Panorama** para a Figura 2, que mostra um cafeicultor boquiaberto a observar os cafeeiros antes verdejantes e depois escurecidos pelo congelamento, é exemplar para a nossa interpretação: “Até quinta-feira [dia 17], o café era ainda a principal riqueza do Paraná. Desde ontem, é um produto secundário. O ciclo do café terminou”.<sup>267</sup>

Nos anos pós-geada, o café não deixou de ser cultivado no Paraná, e com a exceção da safra colhida no segundo trimestre de 1976, não produziu menos 55 mil toneladas do grão até 2010, geralmente mantendo esse nível acima de 100 mil toneladas.<sup>268</sup> A Companhia Nacional de Abastecimento informou, em boletim de dezembro de 2017, que a safra de café no Paraná havia atingido a marca de 1,21 milhão de sacas beneficiadas, representando um aumento de 15,6% ao ano de 2016. A lavoura atual se concentra em 49,01 mil hectares, que até o último mês de 2017 correspondia a 94% dos hectares com cafeeiros em produção e 6% com cafeeiros novos que não atingiram a idade produtiva.<sup>269</sup>

Ainda assim, é recorrente até hoje como assunto de conversa e matérias de jornal aquela geada “negra” de 1975, que teria acabado com o café do estado. No senso comum, a geada de vento que abateu o Paraná em 1975 foi consolidada como um marco da fragilidade do cultivo cafeeiro e como principal agente para o declínio daquele modo de vida e de produção propiciados pela cultura do café até meados da década de 1970.

---

<sup>267</sup> FOI A PIOR geada. **Panorama**, Londrina, 19 jul. 1975. p. 1.

<sup>268</sup> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>269</sup> COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira: café. **Observatório Agrícola**, Brasília, Safra 2017, Quarto levantamento, v. 4, n. 4, p. 1-84, dez. 2017. Disponível em: <[https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe/item/download/16106\\_945205b3373e7ca8e09270a79fad36e9](https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe/item/download/16106_945205b3373e7ca8e09270a79fad36e9)>. Acesso em: 06 out. 2018.

### 3.3 “SINTO AINDA NOS MEUS OSSOS O FRIO DE 18 DE JULHO”

Quando uma pessoa que desconhece a história do cultivo cafeeiro no Paraná, sobretudo dos anos de 1970, entra em contato com uma narrativa sobre uma geada que teria decretado o fim da principal cultura do estado, literalmente da noite para o dia, seja numa reportagem ou conversa informal, é compreensível que haja dúvidas em relação a como um fenômeno meteorológico típico no inverno paranaense teve tal efeito sobre uma atividade praticada há anos na região. De certo modo, foi assim que começou nossa pesquisa.

Por décadas após o evento da geada de 1975, no mês de julho, muitos meios de comunicação paranaenses apresentaram senão uma reportagem ao menos uma nota sobre a ocorrência do fenômeno e os efeitos do frio sobre os cafeeiros na região norte do estado. Ao adentrar o sétimo mês do ano, o frio que toma conta do inverno sulino no Brasil provoca a memória.

Para Oliveira, a cafeicultura se tornou um lugar de memória no qual há profundos reflexos da geada de 1975, principalmente quando se trata do Paraná. Essa recorrência de abordagens na mídia foi considerada pela autora como “efemérides”, ação pela qual busca-se demonstrar a especificidade e a relevância de um acontecimento, revisitando-o em datas aproximadas à sua ocorrência em anos posteriores.<sup>270</sup>

Ao analisar tais efemérides da geada na **Folha de Londrina**, Oliveira aponta que em 1985 o periódico afirmava que o evento climático havia sido decisivo para os agricultores em dúvida sobre a eliminação de seus cafeeiros em idade produtiva avançada e a substituição da área antes por eles ocupada com as lavouras anuais. Segundo a autora, nessa edição, os jornalistas relataram que muitos leitores se dirigiam até a redação para expor que “[...] os rastros do cataclisma são feridas na sociedade que os governos não conseguiram cicatrizar”.<sup>271</sup>

Podemos considerar que, se houve deveras essa procura de leitores, a geada continuava sendo assunto demandado entre os moradores locais, que a consideravam não só como meio de destruição dos cafezais, mas como propulsora de problemas sociais como o desemprego rural, o empobrecimento

---

<sup>270</sup> OLIVEIRA, C. S. A “geada negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

<sup>271</sup> QUEM TEM saudade? **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1985. p. 7 apud Ibid., p. 100.

no campo, a miséria nas periferias das cidades, para as quais muitos trabalhadores migraram após o ocorrido, questões que determinavam as “feridas” que o governo não pode curar. Ainda, de acordo com Oliveira, a **Folha de Londrina** apontava a vulnerabilidade dos cafeicultores frente uma geada na mesma proporção, e a defesa de que, se não fosse a ocorrência desse fenômeno em 1975, a história do café teria outros contornos.<sup>272</sup>

Em 2000, houve geadas de vento em algumas localidades do norte do estado, sendo esse um elemento a mais para compor a narrativa sobre a geada na **Folha de Londrina**, que afirmava reacender as preocupações com os problemas sociais. O temor, segundo Oliveira, era de que os efeitos da geada ocorrida em 2000 fossem semelhantes aos da que ocorreu na década de 1970, em relação ao desemprego rural. O ponto de distanciamento apontado por Walter Ogama, jornalista que assina a matéria, foi a pouca disposição dos cafeicultores em abandonar o cultivo nessa última ocorrência.<sup>273</sup>

Em 2015, quarenta anos após a geada negra, além da **Folha de Londrina**, o periódico curitibano **Gazeta do Povo** lançou uma série de reportagens intitulada “40 anos da Geada Negra”, divulgada em mídia digital e impressa na semana de 11 a 17 de julho. Os enfoques dessas matérias foram: o fim do ciclo cafeeiro no Paraná, a partir dos relatos de um cafeicultor, um agrônomo, um cooperativista e um professor universitário; a insistência no cultivo, representada por Armando Shigueoka; e, sobretudo, as implicações dos efeitos da geada em forma de problemas sociais, discutidos na maioria dos textos.

No dia 11 de julho de 2015, foi divulgada a matéria “Diário da Ruína. Pequena crônica da era cafeeira”, na qual o agricultor Antonio José Frangovic relatou que, em 18 de julho de 1975, recebera a notícia de que os cafezais cultivados em 30 alqueires de terras pertencentes à sua família haviam sido aniquilados pela “Geada Negra”. De acordo com o entrevistado, os cafeeiros eram cultivados pelos Frangovic desde 1946 e, ao receber tal relatório, “[...] a tristeza foi inevitável”.<sup>274</sup> A propriedade da família Frangovic contava com o trabalho de 10

---

<sup>272</sup> OLIVEIRA, C. S. **A “geada negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória.** 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

<sup>273</sup> Ibid.

<sup>274</sup> ANTONELLI, D. Diário da Ruína. Pequena crônica da era cafeeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jul. 2015a. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos->

famílias, em torno de 40 pessoas. Após a geada, Antonio relata que seu pai os dispensou, alegando que o café havia acabado, e muitos desses colonos migraram para São Paulo e Minas Gerais para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e de laranja.<sup>275</sup>

A dispensa da mão de obra rural distribuída entre os cafezais também foi tópico da entrevista realizada pelo jornalista Diego Antonelli com o professor universitário Roberto Bondarik, que assentiu ser a geada a motivação para milhões de pessoas abandonarem a zona rural da região Norte do estado, seguindo para as cidades próximas ou para os grandes centros urbanos tanto dessa região como para a capital Curitiba, mobilização que coincidiu com a criação de sua Cidade Industrial.<sup>276</sup>

Contudo, Bondarik ressalta que a legislação trabalhista colaborou para a expulsão da mão de obra rural observada nessa região, mas na entrevista publicada esse elemento não foi situado antes da ocorrência da geada, enfatizando, assim, a ação do evento climático para o desenvolvimento desse processo e da mecanização das lavouras, assim como para a extinção de colônias e a mudança do modo de vida no campo.<sup>277</sup> O professor continua:

Daria para dizer que a geada reconfigurou a formação das cidades do Paraná. Em um primeiro momento, a maioria das cidades sofreu com um crescimento, muitas vezes desordenado, devido ao fluxo dos antigos trabalhadores ou colonos das fazendas. Muitos se tornaram volantes ou boias frias, atividade essencialmente braçal que encontrava no corte da cana de açúcar e na colheita do algodão seu principal campo. Eram muito comuns a miséria e a pobreza na maioria das pequenas cidades.<sup>278</sup>

Assim, em 2015, a concepção do entrevistado sobre a geada se aproximou da exposta pelos jornalistas da **Folha de Londrina**, em 1985, enfatizando que o fenômeno havia proporcionado a decisão final aos agricultores em dúvida sobre a

da-geada-negra/pequena-cronica-da-era-cafeeira-can6qw1fqoazawq5x9lwjbt6t/>. Acesso em: 01 set. 2018.

<sup>275</sup> ANTONELLI, D. Diário da Ruína. Pequena crônica da era cafeeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jul. 2015a. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/pequena-cronica-da-era-cafeeira-can6qw1fqoazawq5x9lwjbt6t/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

<sup>276</sup> Id. Entrevista. O Norte do Paraná tem saudades dos tempos da cafeicultura. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jul. 2015b. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-norte-do-parana-tem-saudades-dos-tempos-da-cafeicultura-f0bzxa9jkn7ftnl8a2xl5hl2e/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

<sup>277</sup> Ibid.

<sup>278</sup> Ibid.

diversificação dos cultivos em suas propriedades, e quanto ao seu papel para os problemas sociais do desemprego, do aumento do trabalho volante, do êxodo rural e do inchamento das cidades, tópicos esses que se mostraram unânimes nas três efemérides expostas. Bondarik converge com a reportagem de 1985 mais uma vez, quando opina que se não fosse a geada de 1975 a história do café poderia ter sido diferente, pois acredita que “[...] o café ainda teria muito fôlego como atividade econômica e poderia ainda se manter por algum tempo [...]”, ressaltando que o cultivo cafeeiro, seria solapado apenas por outra cultura agrícola que produzisse maior impacto.<sup>279</sup>

Porém, na reportagem “O ‘Eldorado’ não é mais aqui”, foram consultados Irineu Pozzobon, agrônomo profícuo nas matérias sobre a geada “negra”, tanto quando o fenômeno incidiu quanto em períodos mais atuais, e Ciro Ohara, supervisor da Cooperativa Integrada, sendo que ambos manifestaram-se no sentido de apontar para a compreensão de que a atividade cafeeira no Paraná vinha perdendo espaço desde a década de 1960. Pozzobon enfatiza que a geada apenas antecipou o fim do ciclo cafeeiro, visto que a maioria das árvores estavam envelhecidas e já havia ocorrido programas de erradicação na década anterior ao fenômeno, além de apontar para a legislação trabalhista como uma dificuldade enfrentada pelos cafeicultores. Para Ohara, “[...] a cultura ia ser trocada de qualquer forma”.<sup>280</sup>

O termo “Eldorado” é bastante representativo de como a cafeicultura corroborou para o reconhecimento da região norte do Paraná como a “terra da provisão” para aqueles que viam na atividade um meio de melhoria de vida. Ao se referir ao fenômeno meteorológico, é recorrente que o jornalista escreva “Geada Negra”, em maiúsculo, o que denota a especificidade atribuída ao fenômeno, distinto das demais geadas que incidiram antes ou depois de 18 de julho de 1975.

A erradicação dos cafeeiros, descrita como o fim do ciclo do café no Paraná, é o primeiro item abordado quando se fala em geada “negra”, sendo que o segundo, como verificado nas reportagens posteriores ao ano de 1975, é o êxodo rural e os seus correlatos desemprego e crescimento das áreas periféricas urbanas. Assim, na

---

<sup>279</sup> ANTONELLI, D. O “Eldorado” não é mais aqui. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jul. 2015d. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-eldorado-nao-e-mais-aqui-1ol5yhpq0f2byxduni7spp18/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

<sup>280</sup> Ibid.

matéria “Geada Negra é fundamental para entender o PR, diz documentarista”, publicada na **Gazeta do Povo**, em 13 de julho de 2015, Adriano Justino aponta que é possível observar os impactos da geada em tempos atuais.<sup>281</sup>

O jornalista José Carlos Fernandes, apesar de retratar a geada como o “[...] fenômeno que encerrou o ciclo do café, em 1975, fez da capital a parada dos nortistas [...]”, na matéria “A longa viagem dos pés vermelhos”, publicada em 12 de julho, teve o cuidado de demonstrar que, anteriormente à geada, “[...] havia pressão institucional para que o Paraná abandonasse a monocultura, dado seus riscos”. Porém, o “fantasma das geadas” aparece como modo de amparar essas determinações, pois é destacado o primeiro projeto de desfavelização em Curitiba, ocorrido nos anos de 1966 e 1967, e o inchamento da periferia após a falência de fazendas concentradas no cultivo de café, derivadas das geadas das décadas de 1950 e 1960.<sup>282</sup>

É notável o enfoque dado à migração em um periódico curitibano de grande veiculação no Paraná, visto que Curitiba foi um dos principais destinos escolhidos pelas pessoas que se deslocaram do Norte do estado na metade final da década de 1970. Nessa reportagem, são entrevistados 5 migrantes, Arlinda, Dalva, Vera, Zulmira e João, que, segundo o jornalista, na ocasião da entrevista, cantaram juntos um trecho da música “Flor do Cafezal”, composição de Luiz Carlos Paraná, imortalizada nas vozes de Cascatinha e Inhana: “Meu cafezal em flor, quanta flor, meu cafezal [...]”.<sup>283</sup> E Vera, líder comunitária da Vila 23 de Agosto, situada na zona Sul, justifica “Sabe o que é? A gente tem saudades da roça”.<sup>284</sup>

Na reportagem publicada no dia 17 de julho, os jornalistas expuseram comentários de pessoas que vivenciaram a experiência da geada “negra” enquanto moradores da região Norte, ou que conheceram essa história através dos relatos de familiares que presenciaram o acontecimento. Ainda que os tópicos primordiais abordados quando a pauta é a geada de 1975 serem concentrados nos efeitos

---

<sup>281</sup> ANTONELLI, D. Geada negra é fundamental para entender o PR, diz documentarista. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jul. 2015c. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/geada-negra-e-fundamental-para-entender-o-pr-diz-documentarista-9a7naak73bzc7e1101fezeg6/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

<sup>282</sup> FERNANDES, J. C. A longa viagem dos pés vermelhos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/a-longa-viagem-dos-pes-vermelhos-e9o5e4ylepi77jxd19njb2b2d/>>. Acesso: 01 set. 2018.

<sup>283</sup> PARANÁ, L. C. Intérprete: Cascatinha & Inhana. **Flor do Cafezal**. In: 25 ANOS DE AMOR. Rio de Janeiro: RCA Camden, 1967. 1 LP. Faixa 3.

<sup>284</sup> FERNANDES, op. cit.

econômicos e nos problemas sociais, os principais gatilhos de memória sobre esse 18 de julho, denominado no jornal como “Dia D”, apresentados em relatos e reportagens atuais ou contemporâneos ao evento, são o frio e a queima dos cafezais.

Isso demonstra a importância de considerar os agricultores, ou mesmo aqueles que não tinham sua lida cotidiana nas lavouras, porém habitavam no Norte do estado e conviviam com a efervescência proporcionada pelo café, não só em seu sentir econômico, mas em sua integralidade, inserindo-os no ambiente, no qual desenvolveram conhecimentos e afetividades verificados nas relações possibilitadas pelos sentidos do próprio corpo.

Por décadas, mulheres e homens estabeleceram-se na faixa Norte do Paraná, a maioria motivados pelo “ouro verde” que florescia na terra roxa. Vimos que o fator do solo foi determinante para o desenvolvimento do cultivo cafeeiro na região, junto à demanda pelo grão suficientemente forte para justificar o risco ofertado pelo fator do clima. Nesses anos, as condições encontradas pelos “pioneiros”, quando a região era habitada por caboclos e tribos indígenas, foram sendo completamente alteradas, com a derrubada das frondosas árvores das Florestas Estacional Semidecidual e Subtropical com Araucárias, e a formação de um agroecossistema diferenciado dos cultivos praticados pelos antigos moradores.

Dos primeiros cultivos dentro da fronteira paranaense até os anos atuais, em que se continua plantando e colhendo café no estado, os modos de produção agrícola mudaram, as decisões tomadas em relação à cafeicultura passaram do estímulo ao desincentivo, a paisagem foi sendo alterada pela retração da área cultivada com cafezais e pela ampliação das lavouras temporárias. Tudo isso implicou em processos de ressignificação das relações que conectavam as pessoas àqueles lugares e aos cultivos ali praticados.

Worster enfatiza que “[...] percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou um grupo com a natureza [...]”.<sup>285</sup> Nesse caso, podemos perceber estruturas de sentimentos em relação à terra e à rubiácea que nela cultivaram. Quando incidiu o fenômeno da geada negra, cafeicultores, proprietários e trabalhadores viram os cafezais antes verdejantes

---

<sup>285</sup> WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudo Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>>. Acesso em: 07 out. 2018. p. 202.

converterem-se em uma massa escurecida pela ação da baixa temperatura que abateu tanto os pés de café quanto os próprios moradores. Essa nova vista gerou a compreensão de que mudanças seriam necessárias e, com o passar dos meses, a configuração, que ao longo de gerações havia sofrido as modulações de pequenas transformações e grandes permanências, foi fortemente alterada.

FIGURA 3 – PODA DE CAFEEIROS QUEIMADOS APÓS A GEADA



Fonte: ANTONELLI, D.; FERNANDES, J. C. Memórias talhadas no gelo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/memorias-talhadas-no-gelo-dj5cjs493dkqzf4aqb0xxrhu8/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

A ligação dos cafeicultores, categoria em que consideramos os donos da terra e seus lavradores, é uma constante, assim como o frio é recorrente em relatos sobre essa época. Em ocasião da reportagem, leitores encaminharam à **Gazeta do Povo** suas experiências com a geada. Ricardo Rocha Oliveira, morador em Apucarana quando do acontecimento, diz:

Tinha 9 anos. Mesmo com todo aquele frio, fomos para a rua brincar. Naquele dia, as brincadeiras eram pisar na grama e ouvir o barulho do gelo quebrando, ver as roupas duras nos varais, passar a mão sobre os carros para tirar a espessa camada de gelo, arrancar lascas de gelo de torneiras e beber a água quase congelada, criar vapor com ar que saía da boca e sentir o cheiro do frio. Parece estranho, mas se frio tem cheiro, aquele foi o dia em que eu o conheci. Ser paranaense, especialmente do Norte, na década de

70, era ter uma relação umbilical com o café. Entre as minhas lembranças de infância, a fazenda de café é uma das principais: o terreirão e as casas dos moradores formando pequenas vilas [...]. Toda vez que sinto o cheiro do café e o provo, a memória me leva para o Norte do Paraná [...]. O 18 de julho nunca mais saiu das vidas de quem morava no Paraná naquela época. Como paranaense, tenho convicção de que nunca mais fui o mesmo. Sinto ainda nos meus ossos o frio de 18 de julho. Minha alma paranaense mudou profundamente.<sup>286</sup>

### O frio também protagoniza as lembranças de Igo Martini:

Eu lembro bem daquela manhã [18 de julho de 1975]. Quando a mãe abriu a porta da velha casa de madeira em que vivíamos, lá fora tudo estava congelado – as roupas no varal, a água no tanque e as plantas no quintal. Nós morávamos na Rua Guimarães Rosa, hoje um bairro nobre em Goioerê [Noroeste do Paraná]. Naquela época, até boiada passava na rua.<sup>287</sup>

No norte do Paraná, aqueles que estavam de algum modo relacionados à agricultura ficavam alertas à oscilação de temperaturas desde o início do inverno, assim como às previsões das estações meteorológicas e aos sinais do tempo para a ocorrência de geadas. O poder de danos às lavouras tanto de café como das demais culturas já eram conhecidas, e as geadas, comuns na região, eram esperadas.

Atualmente, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) disponibiliza o serviço de mala direta aos agricultores que se cadastram para receber via *e-mail* os alertas de geada, com a antecipação de 48 horas.<sup>288</sup> Em 1970, os alertas eram divulgados nos periódicos que circulavam pela região, e a experiência possibilitava aos moradores antever se gearia e qual o tipo de geada seria. No documentário **Geada Negra: a História do Paraná, da economia cafeeira ao êxodo rural**, dirigido por Adriano Justino, podemos perceber esse entendimento sobre o tempo na sequência das falas selecionadas pelo documentarista:

[Daniel Henrique de Andrade – corretor de café]: Em 14, 15, 16 nós tivemos muito calor... e me assustou muito porque no mês de julho nunca faz calor. Nós chegamos a [ininteligível] a casa dos 30 graus, naquela época era muito, 31 graus, 32 graus, um calor abafado. Eu estranhei muito. E no dia 16 entrou essa frente... acompanhada dessa massa polar, choveu durante a noite, muito. No outro dia amanheceu meio encoberto começando a limpar, as quatro horas da tarde começou a limpar... o vento sul [...].

<sup>286</sup> ANTONELLI, D.; FERNANDES, J. C. Memórias talhadas no gelo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/memorias-talhadas-no-gelo-dj5cjs493dkqzf4aqb0xxrhu8/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

<sup>287</sup> Ibid.

<sup>288</sup> IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná. **Alerta Geada**. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=414>>. Acesso em: 02 set. 2018.

[Milton Matoso – corretor de café]: [...] e esse é o problema que nós chamamos aqui, na linguagem tupiniquim, vento de capote para o café, além do frio, além da chuva, a garoa, o vento. Então, o vento vai minando a resistência do cafeeiro por baixo [...].

[Jota Oliveira – jornalista]: No dia 17 de julho, começou a esfriar muito à tarde e caiu uma chuvinha rala, e a temperatura baixando, aí todo mundo pensou: “Com certeza, se limpar o tempo, amanhã a geada vai arrasar tudo”. – E não é que limpou o tempo!<sup>289</sup>

Os corretores de café Daniel Henrique de Andrade e Milton Matoso descreveram as condições apresentadas pelo tempo meteorológico nos dias anteriores à geada, além dos efeitos que esse fenômeno provocaria para os cafeeiros se as variações do tempo se encaminhassem para uma geada de vento. Pela descrição do jornalista Jota Oliveira, o dia 17 foi de apreensão, enquanto temiam o limpar do tempo, ou seja, a dispersão das nuvens, sinal de que em seguida viria a geada.

Assim, ainda que a cafeicultura, em meados da década de 1970, estivesse abaixo das determinações que os planejamentos político-econômicos dos governos haviam estabelecido como caminho para o desenvolvimento, os arranjos da atmosfera política não eram sentidos pela população da mesma forma que os fenômenos da atmosfera meteorológica.

Desse modo, compreendemos que o declínio da cafeicultura, atribuído pelo senso comum à geada de 1975, relaciona-se com os apontamentos construídos nos jornais da época, e que continuam a ser disseminados pelas publicações mais recentes – apesar de o distanciamento temporal ter possibilitado aos jornalistas uma visão um pouco mais ampliada sobre as motivações para tal processo. Mas não é apenas isso.

O inverno, desde os antigos gregos, é relacionado ao tempo da tristeza, assim como o outono à decadência. Não à toa, essas estações correspondiam, segundo o mito de Deméter, ao período em que a deusa da agricultura e das estações do ano lamentava-se pela ausência da filha Perséfone, sendo que na primavera e no verão se alegrava com a sua presença. Assim como o mito justificava para os antigos gregos as dificuldades impostas à agricultura, quando a tristeza da deusa por ela responsável convertia-se no frio do inverno, essa estação

---

<sup>289</sup> GEADA Negra: a História do Paraná, da economia cafeeira ao êxodo rural. Direção: Adriano Justino. Produção: Kosmos Noetós. Curitiba: Kosmos Noetós, 2008. 1 DVD (52 min.). son., color.

continuou sendo o período de maiores preocupações para os agricultores, independente do espaço-tempo em que se situam.

A experiência vivida da geada apresenta aspectos diferentes. Ricardo Rocha Oliveira rememorou o aspecto lúdico da situação, pois enquanto criança aproveitou as condições meteorológicas diferenciadas para brincar, “[...] ouvir o barulho do gelo quebrando [...]”, “[...] passar a mão [...] para tirar a espessa camada de gelo [...]”, “[...] sentir o cheiro do frio [...]”.<sup>290</sup> Para Edson Ribeiro da Silva, morador de Lidianópolis em 18 de julho de 1975, a percepção desse dia foi aproximada: “[...] um dos dias mais gostosos da minha infância. Pudemos brincar no gelo, artigo de luxo na lavoura [...]”.<sup>291</sup> mas lembra que “[...] os pés de café abasteceram os fornos por anos”.<sup>292</sup>

Para outras pessoas, tais como o homem representado na Figura 2, o deparar-se com os cafeeiros que até o momento anterior à geada tinham folhas verdes ao olhar e tenras ao tocar, mas apresentavam-se marrons e frágeis após a sua incidência, além do odor de “queima” das plantas, fora expressado o aspecto trágico da situação.

Margolis demonstra que, durante o inverno com previsões de geadas, a apreensão dos cultivadores era tanta que mobilizava vigílias para esperá-las, ou melhor, esperar que elas não ocorressem sobre seus cafezais, mas caso incidissem, poder avaliar os estragos causados. A antropóloga diz que, no inverno de 1966,

[...] quando o céu escureceu em direção à noite, o frio caiu e uma vigília de uma noite começou. Um grupo de agricultores se reuniu para beber cachaça [...] e discutir as possíveis perdas que seriam causadas se geasse. A cada cinco ou dez minutos, uma pessoa olhava o termômetro e relatava. (tradução nossa).<sup>293</sup>

A marca das experiências das geadas era tamanha entre os cafeicultores que, segundo a autora, pessoas que viviam há 20 ou 30 anos nessa região sabiam

---

<sup>290</sup> ANTONELLI, D.; FERNANDES, J. C. Memórias talhadas no gelo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/memorias-talhadas-no-gelo-dj5cjs493dkqzf4aqb0xxrhu8/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

<sup>291</sup> Ibid.

<sup>292</sup> Ibid.

<sup>293</sup> “[...] as the sky darkened toward evening a cold chill fell and a night-long vigil began. A group of farmers had gathered to drink cachaça [...] and discuss the possible losses they would incur if it froze. Every five or ten minutes one would go out to look at the thermometer and report”. Ver: MARGOLIS, M. Green gold and ice: the impact of frost on the coffee growing region of Northern Paraná, Brazil. **Mass Emergencies**, v. 4, n. 2, p. 135-144, 1979. p. 137.

as datas exatas da ocorrência das geadas e os danos que cada uma havia provocado nos cafeeiros. Esses moradores, relata ela, podiam comparar o tempo meteorológico com aquele no qual ocorreram geadas negras para fazer suas previsões.<sup>294</sup>

Tal qual Margolis, ao defender a antropologia ecológica como propiciadora de uma maior compreensão de elementos vivenciados no âmbito ideológico das populações<sup>295</sup>, defendemos a perspectiva de uma história encarnada como meio de ampliar a compreensão do processo de atribuição do “fim do ciclo cafeeiro” no Paraná à geada negra.

Os cafezais compunham o cotidiano das populações humanas que habitavam as áreas rurais do Norte do Paraná. A visão dos cafeeiros verdejantes, em flor ou em cerejas, em suas correspondentes épocas, atingia trabalhadores e moradores da região, bem como todos aqueles que por ali passavam. O fenômeno das geadas também compunha esse ambiente na estação do inverno, das mais sutis às aquelas “desastrosas”, porém a de 1975, em especial, provocou sensações que não foram esquecidas.

As experiências, tanto em seu aspecto lúdico quanto trágico, foram possibilitadas àqueles que habitavam as regiões cafeeiras do Norte do Paraná, pela convocação de todos os sentidos, ou seja, pela sinestesia.

---

<sup>294</sup> MARGOLIS, M. Green gold and ice: the impact of frost on the coffee growing region of Northern Paraná, Brazil. **Mass Emergencies**, v. 4, n. 2, p. 135-144, 1979. p. 137.

<sup>295</sup> Id. Historical perspectives on frontier agriculture as an adaptive strategy. **American Ethnologist**, v. 4, n. 1, p. 42-64, fev. 1977. Disponível em: <<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1525/ae.1977.4.1.02a00030>>. Acesso em: 07 out. 2018. p. 42.

FIGURA 4 – TRANSEUNTES EM CARREADOR DE CAFÉ



Fonte: WILLE, J. (Ed.). **O fim dos cafezais paranaenses em 1975**. Portal Memória Paranaense. Disponível em: <<http://www.memoriaparanaense.com.br/2018/08/04/memoria-os-antigos-cafezais-paranaenses/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

Essa história encarnada, corporificada, sentida pelo olhar, pelo cheirar e pelo tocar, torna mais tangível a compreensão dos discursos e das memórias evocadas sobre a geada de 18 de julho de 1975. De acordo com Lindón, a relação estabelecida entre o corpo e a espacialidade é inevitável para a condição humana, assim como “[...] o espaço e as emoções constituem outro aspecto inevitável da própria vida.” (tradução nossa).<sup>296</sup>

A vivência, longe de ser entendida nessa análise enquanto um elemento de menor importância, é um modo de “[...] enriquecer o saber, de mostrar que um conhecimento digno deste nome só pode estar organicamente ligado ao objeto que é o seu [...]” e “[...] uma forma de empatia [...]”, como define Michel Maffesoli.<sup>297</sup>

<sup>296</sup> “[...] el espacio y las emociones constituye otro aspecto ineludible de la vida misma”. Ver: LINDÓN, A. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia um renovado *betweenness*. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 33, p. 698-723, dez. 2012. Disponível em: <<https://studylib.es/doc/8565287/corporalidades--emociones-y-espacialidades>>. Acesso em: 07 out. 2018. p. 701.

<sup>297</sup> MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Tradução de Albert C. M. Alstuckenbruck. 3. ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1998. p. 272.

Desse modo, o episódio acontecido no inverno de 1975, conhecido pela gama de mudanças que acelerou, perpetua-se nos teatros da memória daqueles que a viveram e na transmissão de seus relatos a outras pessoas, tanto pela experiência sensorial provocada pela ação do fenômeno e do frio de intensidade atípica que pairou na região norte quanto pelas emoções que o sentir lhes proporcionou.

No Paraná, a cafeicultura constituiu uma verdadeira epopeia desde os primeiros cultivos, da efetiva consolidação como lavoura voltada à exportação após a devastação das matas locais e da derrubada de árvores majestosas pelos colonos. Com a aventura das oscilações de preços, geadas, microorganismos, estímulo e retração dos incentivos estatais, mudança na contratação de mão de obra, erradicação, confiscos cambiais, cotas de sacrifícios, equilíbrio da oferta com a demanda, entre tantas outras situações pelas quais a heroína dessa história perpassou, o desfecho deveria ser digno de uma epopeia.

Ignorando os elementos da atmosfera política e econômica, para aqueles que vivenciaram esse período, a cafeicultura sucumbiu em 1975 pela ação de um fenômeno, o qual nenhum agente humano, produtor ou representantes do poder público poderia impedir.

Assim, a geada “negra” ocupou e ainda ocupa, no senso comum e na memória de muitos, a responsabilidade pelo “fim da cafeicultura” no Paraná, reafirmando o que apontou Raphael Samuel, quando afirma que a memória “[...] porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido [...]”.<sup>298</sup> Nesse sentido, a experiência dos plantadores de café, em 18 de julho de 1975, foi permeada pela sinestesia de ver, tocar e sentir o odor de queimado de seus cafeeiros e de ouvir o barulho do gelo se quebrando sob seus pés.

Nesse fatídico dia, os agricultores amanheceram com o ambiente em que se inseriam e no qual atuavam modificado, de modo que as percepções derivadas de tal impacto – os prejuízos à atividade levantados posteriormente – certamente contribuíram para os discursos repetidos até hoje sobre a geada negra de 1975.

---

<sup>298</sup> SAMUEL, R. Teatros de memória. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro e Vera Helena Prada Maluf. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 41-81, fev. 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11234/8241>>. Acesso em: 07 out. 2018. p. 44.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do café no Paraná começou ainda no século XIX, mas ganhou ênfase a partir da década de 1930, quando se efetivou como uma atividade voltada para a exportação. Os atrativos aos cafeicultores consistiam no fértil solo composto de sedimento basáltico e nos baixos preços das terras e do custo de formação de lavouras, se comparados a São Paulo. Uma gama de fatores contribuiu para que o norte do estado ficasse conhecido como um destino para aqueles que queriam melhorias nas condições de vida através do cultivo cafeeiro.

Nas primeiras décadas do século XX, essa faixa territorial foi reocupada por levas de imigrantes no sentido leste-oeste, de forma espontânea ou pela ação de companhias colonizadoras. Junto aos novos colonos, os cafezais foram ocupando as terras que vieram a ser chamadas de Nortes Pioneiro ou Velho, Novo e Novíssimo, seguindo as etapas da colonização. A fronteira da cafeicultura foi expandida, alterando profundamente as características ambientais desses espaços.

A partir do governo de Ney Braga, buscou-se efetivar um processo de industrialização do Paraná através da construção de obras de infraestrutura que favorecessem a atração de investimentos privados nesse setor. O financiamento desse plano calçou-se na rentabilidade da produção agrícola do estado, sobretudo do seu principal produto de exportação, o café.

A ausência da cooperação do governo federal esperada por Braga fez com que em sua gestão fosse criado um meio alternativo de financiamento dos seus planos de desenvolvimento. Criou-se então o FDE para sustentar a CODEPAR e a CAFÉ DO PARANÁ. A primeira se responsabilizaria pela estruturação dos planos e meios de ação para o projeto governamental, enquanto à segunda atribuíam-se as funções de distribuição de sementes de cultivos variados, animais para criação e serviços de maquinário agrícola.

Em seu governo o café foi um assunto sensível. O governador e os técnicos da PLADEP defendiam que havia um desvio dos recursos advindos da exportação de café que não contemplavam o Paraná, então o maior produtor do país. Além disso, considerava-se a futura estagnação da economia cafeeira no estado tanto pela oscilação de preços quanto pela ação das geadas, o que preocupava as autoridades, reafirmando a necessidade em diversificar as atividades econômicas e assim escapar da dependência de um único produto.

A atenção do governo federal para a questão dos preços tomou forma no programa de erradicação encaminhado a partir de 1962 até 1968, em duas etapas. Tal medida visava a eliminação de cafeeiros considerados antieconômicos, na tentativa de abaixar o nível da produção de café e equilibrar suas oferta e demanda.

No Paraná, os programas de erradicação obtiveram maior sucesso em épocas de preços baixos, nas quais se assomou um processo espontâneo de eliminação de cafeeiros pelos próprios agricultores. Porém, no ano seguinte do fim da segunda etapa do programa do GERCA, houve uma severa geada que estimulou os agricultores a refazerem seus cafezais, incentivados pela alta de preços que sucederia a ação da intempérie que, em vários momentos, atuou como um regulador natural da produção cafeeira.

Com a gestão de Pimentel, a partir de 1966, o Estado passou a investir na formação de um plantel de gado competitivo. Os delineamentos do governo estadual concorriam para a diminuição progressiva da cafeicultura por cultivos diversificados, processo pensado no Plano Preliminar de Diversificação da Produção na Região Cafeeira. Porém, após a geada de 1969, o governo estadual lançou novamente um plano de incentivo à cafeicultura, no qual previa o reestabelecimento dos cafezais em áreas seguras ao seu desenvolvimento sob moldes racionalizados, ou seja, com o uso de elementos tecnológicos não empregados no modo tradicional de cultivo.

Durante os primeiros anos de sua gestão enquanto governador do Paraná, Braga não conseguiu angariar o apoio do executivo federal para alavancar seu plano de desenvolvimento, tal qual queria. Porém, com o regime militar instaurado em 1964, o político paranaense viu as linhas diretivas para a remodelação do setor agropecuário e o fomento industrial, pensadas ao longo da ditadura, convergirem com o seu intento desenvolvimentista.

A proposta encontrada tanto em Braga quanto no governo de Pimentel, de promover uma lavoura diversificada com base em pesquisas e em assistência técnica, uso de adubos, defensivos e corretivos do solo, mecanização, armazenagem correta e beneficiamento de seus produtos, foi aprofundada nos **I e II Plano Nacional de Desenvolvimento**, firmados pela equipe de planejamento federal para a década de 1970.

Os **PNDs** previam metas e estratégias para o desenvolvimento do país, que, em suma, dependiam do saldo positivo das exportações para efetivarem-se. Nesses documentos, a diversificação de lavouras e, em consequência, de produtos a serem

ofertados pelo país, o uso de tecnologias para o aumento da produtividade agropecuária, a modernização de diversas estruturas relativas ao comércio e armazenagem, a criação de categorias de produtos para exportação capazes de competir com o café, entre outras medidas foram apontadas como desejáveis pelos planejamentos.

A modernização prevista para o setor agropecuário pautava-se no tripé pesquisa, insumos industriais e crédito rural. Essa medida, na prática, atendia a integração do primeiro ao segundo setor, e, mais que isso, uma relação de interdependência de ambos, numa tentativa de que as novas necessidades da agropecuária garantissem o incremento industrial. Para o Centro-Sul do país, o **II PND** estabelecia a meta de transformar as bases do setor agropecuário em sentido empresarial.

A produção de cereais e de oleaginosas foi incentivada por melhor absorver os produtos modernos produzidos na indústria, e ainda seguia a premissa de novos itens para atender o mercado interno e diversificar a pauta de exportação. Do café, esperava-se a continuidade de seu bom rendimento e comércio no mercado internacional para manter os níveis de divisas proporcionadas ao Estado. Ambos os cultivos seriam instalados ou mantidos em áreas ecologicamente favoráveis, segundo o **II PND**.

Assim, na década de 1970, o encaminhamento das políticas estaduais de planejamento esteve atrelado às determinações dos planos de desenvolvimento federal, o que correspondia aos anseios dos dirigentes paranaenses que concordavam com tais objetivos e estratégias.

O processo de diversificação de lavouras provocou alterações profundas no modo de cultivo, insumos utilizados, na mão de obra rural e mesmo na estrutura fundiária das propriedades agrícolas do Paraná. Com os incentivos estatais para tal processo, na década de 1960 foi possível observar, no norte do estado, uma grande adesão dos agricultores às lavouras temporárias, em especial à sojicultura, em detrimento do café. Apesar da tentativa em manter a liderança na produção cafeeira no Brasil, ao absorver o pacote tecnológico propagado nesse período, houve a perda da relevância do café no Paraná.

Contudo, a cafeicultura paranaense não acabou. Ao lado dos modos de cultivo adensado e de dobra convive ainda hoje no Paraná o modo tradicional. Os cafezais estão distribuídos em mais de 10 mil estabelecimentos, produzindo

majoritariamente o café do tipo Arábica e o *Canephora*.<sup>299</sup> Porém, é fato que os altos índices das décadas de 1950 e de 1960 não voltaram a se repetir no estado após meados de 1975, quando a geada negra acelerou mudanças já requeridas e encaminhadas pelos agentes políticos.

As geadas consistem em fenômenos meteorológicos comuns no Paraná e incidiram sobre os cafezais em vários invernos, desde a instalação dos mesmos na região Norte. Porém, a geada de 1975 apresentou danos de grande proporção ao congelar quase a totalidade do parque cafeeiro do estado, rendendo uma produção ínfima em 1976.

O contexto de transformações em que essa geada ocorreu e o impacto de seus efeitos corroboraram para o fortalecimento de um discurso que acusava a fragilidade do cultivo cafeeiro em áreas desfavoráveis e a urgente necessidade de substituir a atividade. De imediato ao seu acontecimento, os periódicos locais ocuparam-se em noticiar o “fim da cafeicultura” do estado, estendendo à geada a culpa por processos que vinham se descortinando décadas antes, como o agravamento da situação do trabalhador rural volante e o êxodo rural.

Fato é que o impacto da geada ampliou as reivindicações de agricultores que pediam uma maior atenção do governo do estado para com a atividade cafeeira, ressaltando que sua continuidade dependeria da ação das autoridades. Porém, o Estado deu continuidade às estratégias para obter as metas previstas nos planos de desenvolvimento, e, com o auxílio da União, influenciou os agricultores na promoção de lavouras diversificadas. Replantar os cafezais não era opção viável aos pequenos, pelos custo e tempo de espera para a primeira produção, e para os grandes havia alternativas mais rentáveis, como as mecanizadas lavouras brancas e a pecuária. O café, portanto, foi perdendo significativo espaço no uso do solo no Norte do Paraná.

Elencar os planejamentos para o desenvolvimento das décadas de 1960 e de 1970, o que vinha sendo pensado tanto pelos gestores do Paraná quanto pelos planejadores federais, demonstra que o que se esperava dos setores econômicos

---

<sup>299</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**: resultados preliminares. Disponível em: <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76256](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76256)>. Acesso em: 02 out. 2018a.

correspondia a uma ampla modernização, que influenciou diretamente a profunda alteração que pode ser observada no campo a partir dessas datas.

Em suma, buscamos demonstrar que o processo de retração da cafeicultura no Norte do Paraná e a perda de sua relevância na balança comercial do estado, principalmente quando comparadas às décadas de 1950 e 1960, e o início da de 1970, foram derivados de múltiplas causalidades. Ainda que, no senso comum, a responsabilidade por eles seja atribuída a um único fenômeno, a geada negra de 18 de julho de 1975, esse fenômeno esteve na ponta de uma série de elementos políticos e econômicos atuantes para a diversificação da lavoura paranaense, visando expandir os horizontes econômicos do estado e romper com a dependência do café.

A geada negra é assunto para matérias jornalísticas publicadas em diferentes mídias até hoje. O impacto de seu efeito econômico ao praticamente eliminar uma safra anual do café, relevante produto para o Paraná, não pode ser desconsiderado em suas consequências sociais, políticas e econômicas, nem quando abordamos o processo de retração da cafeicultura no estado. Porém, o impacto que aquele gélido dia causou nos habitantes da região Norte, ao observarem a lavoura, da qual viviam e que zelavam, escurecida pela ação do frio e dos ventos, bem como ao verem a mudança na paisagem a que estavam habituados, não pode ser negligenciado como um meio de compreender o porquê a geada de 1975 foi sendo cristalizada como a principal causa para o “fim da cafeicultura”.

Não tivemos aqui a pretensão de esgotar esse assunto, mas sim apresentar uma contribuição historiográfica que pode se desdobrar em outras possibilidades de análise, tanto sobre as múltiplas causalidades do processo de diminuição da área plantada com cafeeiros e sua relevância entre os produtos paranaenses quanto para os sentidos apreendidos sobre a geada negra.

Ao balizarmos projetos e políticas públicas, discursos midiáticos e experiência vivida, o estudo que aqui finalizamos evidenciou que, apesar dos muitos elementos da atmosfera político-econômica sentidos de modo menos acentuado e por um tempo alongado pelos habitantes do Norte do estado, agricultores ou não, a geada de 1975 acabou sendo edificada na memória coletiva regional como um final “homérico” para a epopeia do café no Paraná.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTELLA, A. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – 1964-2014: 50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL, 16., 2014, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: UEPR, 2014. p. 1105-1125. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/11.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BOLOGNESI, R. **Ronda pela Cidade**: uma leitura do cotidiano no jornal Folha de Londrina. Disponível em: <<http://snh2013.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-coordenada/Marcha%20da%20producao%20um%20mesmo%20objeto%20e%20varios%20olhares/RoselaineBolognesi.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BORGES, L. A. C.; REZENDE, J. L. P.; PEREIRA, J. A. A. Evolução da Legislação Ambiental no Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 2, n. 3, p. 447-466, set./dez. 2009.

BRASIL. **Decreto-lei nº1.779, de 22 de dezembro de 1952**. Cria o Instituto Brasileiro do Café. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L1779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1779.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2018.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura Paranaense**: 1900/1970. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARAMORI, P. H. et al. Métodos de proteção contra geadas em cafezais em formação. **IAPAR**, 2008. Disponível em: <[http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes\\_tecnicas/protgeada.pdf](http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/protgeada.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CARVALHO, M. S. **A pequena produção de café no Paraná**. 1991. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/10191/8990>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

CASAGRANDE, I. O trabalhador rural volante (“bóia-fria”) na região de Maringá, nos anos 70. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

CASTRO, A. C. Ciência e Tecnologia para a Agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 309-344, set./dez. 1984. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9265/5292>>. Acesso em: 05 out. 2018.

CAVARZAN, G. M.; RACY, J. C. II PND: as peculiaridades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 1970. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 8,

n. 3, p. 52-66, 2010. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/2670/3022>>. Acesso em: 05 out. 2018.

DEZORDI, M. A “geada negra” de 1975 no distrito de Agro Cafeeira, Matelândia: História e Memória. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 7., 2013, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...** Foz do Iguaçu/PR: UNILA, 2013. Disponível em: <[http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1376540760\\_ARQUIVO\\_T\\_RABALHOCOMPLETOEVENTOHISTORIAORAL.pdf](http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1376540760_ARQUIVO_T_RABALHOCOMPLETOEVENTOHISTORIAORAL.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FRANÇA, J. P. A ocupação do noroeste do Paraná e a cidade de Umuarama: uma retrospectiva do processo de ocupação. **Akrópolis**, Umuarama, v. 19, n. 3, p. 164-174, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/4030/2519>>. Acesso em: 06 out. 2018.

FROELICH, G. M. As matrizes ideológicas do II PND (1975-1979). **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18, n. 1 (31), p. 1-26, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/11817/8542.%20Acessado%20em%2010>>. Acesso em: 05 out. 2018.

FÜRSTENAU, V. A Política de Crédito Rural na Economia Brasileira Pós 1960. **Ensaio FEE**, v. 8, n. 1, p. 139-154, 1987. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1075/1416>>. Acesso em: 05 out. 2018.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GERHARDT, M. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 1, p. 166-180, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/6264/3769>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

GOMES, C. A. F. **Planejamento e Industrialização em regiões periféricas**: as ideias da CEPAL no *Projeto Paranaense de Desenvolvimento*. 2010, 231f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1176.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

GURGEL, E. A. Gêneros jornalísticos na Folha de Londrina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INTERCOM, 2015. Disponível em: <[http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista\\_area\\_DT1-GJ.htm](http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT1-GJ.htm)>. Acesso em: 06 out. 2018.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: economia e sociedade**. 2. ed. Curitiba: 2006.

IZEPÃO, R.; TRINTIN, J. G. Estado, Planejamento e Desenvolvimento industrial no Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003.

KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Tradução de Daniel Martineschen (Coord.). Maringá: Eduem, 2014.

KUNHAVALIK, J. P. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004. p. 231-411.

LAFER, C. O Convênio Internacional do Café. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 285-340, 1973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66676/69286>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

LESSA, A. C. M. A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 38, n. 1, p. 24-39, 1995. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4357580/LESSA\\_Antonio\\_C.\\_.\\_A\\_estrat%C3%A9gia\\_d\\_e\\_diversifica%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_parcerias\\_no\\_contexto\\_do\\_Nacional-desenvolvimentismo\\_1974-1979\\_.Revista\\_Brasileira\\_de\\_Pol%C3%ADtica\\_Internacional\\_Impresso\\_Bras%C3%ADlia\\_v.\\_38\\_n.1\\_p.\\_24-39\\_1995](https://www.academia.edu/4357580/LESSA_Antonio_C._._A_estrat%C3%A9gia_d_e_diversifica%C3%A7%C3%A3o_de_parcerias_no_contexto_do_Nacional-desenvolvimentismo_1974-1979_.Revista_Brasileira_de_Pol%C3%ADtica_Internacional_Impresso_Bras%C3%ADlia_v._38_n.1_p._24-39_1995)> Acesso em: 05 out. 2018.

LINDÓN, A. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia um renovado *betweenness*. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 33, p. 698-723, dez. 2012. Disponível em: <<https://studylib.es/doc/8565287/corporalidades--emociones-y-espacialidades>>. Acesso em: 07 out. 2018.

MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Tradução de Albert C. M. Alstuckenbruck. 3. ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

MAGALHÃES FILHO, F. B. B. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Curitiba: IPARDES, 2006.

MARGOLIS, M. Green gold and ice: the impact of frost on the coffee growing region of Northern Paraná, Brazil. **Mass Emergencies**, v. 4, n. 2, p. 135-144, 1979.

\_\_\_\_\_. Historical perspectives on frontier agriculture as an adaptive strategy. **American Ethnologist**, v. 4, n. 1, p. 42-64, fev. 1977. Disponível em: <<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1525/ae.1977.4.1.02a00030>>. Acesso em: 07 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Natural disaster and socioeconomic change: post-frost adjustments in Paraná, Brazil. **Disasters**, vol. 4, n. 2, p. 231-235, 1980. Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-7717.1980.tb00276.x>>.  
Acesso em: 06 out. 2018.

MARTINS, G. C. P. **As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)**. 2012, 230f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2016/historia\\_disser\\_tacoes/dissertacao\\_gelise\\_cristine\\_ponce\\_martins.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2016/historia_disser_tacoes/dissertacao_gelise_cristine_ponce_martins.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2018.

MATOS, P. O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002, 184f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/publico/patricia.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa Vilas Rurais no Norte do Paraná. **GeoAtos – Revista Geografia em Atos**, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente/SP, n. 11, v. 1, p. 58-76, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/431/nildomelo>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MIRANDA, E. A.; RAGUSA, H. Os efeitos da geada negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí-Paraná. **Ateliê de História UEPG**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 67-75, 2014. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/7108/4556>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MORAGAS, W. M.; SCHNEIDER, M. O. Biocidas: suas propriedades e seu histórico no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 10, p. 26-40, set. 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15315/8614>>. Acesso em: 05 out. 2018.

MOREIRA, J. R. S.; LAVERDI, R. Modernização agrícola e o declínio da cafeicultura pós-geada de 1975 (Norte do Paraná). **Ateliê de História UEPG**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 93-109, 2016. Disponível em: <<http://revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/8759/5672>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155-194.

MORES, L. **História ambiental do agroecossistema do café (*Coffea arábica*) no norte do Paraná (1945-1975)**. 2017, 321f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/132122233.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/10658/9346>>. Acesso em: 03 out. 2018.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, C. S. **A “geada negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PÁDUA, J. A. Natureza e território na construção do Brasil. In: LEAL, C.; PÁDUA, J. A.; SOLURI, J. (Orgs.). **Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe**. RCC Perspectives, 2013. (n. 7). p. 33-39. Disponível em: <[http://www.environmentandsociety.org/sites/default/files/2013\\_i7\\_port\\_web.pdf](http://www.environmentandsociety.org/sites/default/files/2013_i7_port_web.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

PANAGIDES, S. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1686/5880>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

PETERSEN, P. F.; VON DER WEID, J. M.; FERNANDES, G. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 30, n. 252, set./out. 2009. Disponível em: <<http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/13-23-59-agroecologia-reconciliando-agricultura-e-natureza.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, jul./set. 2009. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1140](https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140)>. Acesso em: 05 out. 2018.

POZZOBON, I. **A Epopeia do Café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

PRADO, L. C. D. O desenvolvimento autoritário de 1968 a 1980. In: BIELSCHOWSKY, R. et al. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o

Desenvolvimento/Caixa Econômica Federal, 2011. p. 23-34. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261240050.LivroCAIXA\\_C\\_0.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261240050.LivroCAIXA_C_0.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

RODRIGUES, J. P. P.; PELEGRINI, S. C. A. Memória e História: os dissabores da geada negra em Ivatuba-PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA: PATRIMÔNIOS E ACERVOS, 2., 2012, Maringá/PR. **Anais...** Maringá/PR: Museu da Bacia do Paraná, 2012. (v. 2). p. 1-9.

SAMUEL, R. Teatros de memória. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro e Vera Helena Prada Maluf. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 41-81, fev. 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11234/8241>>. Acesso em: 07 out. 2018.

SERRA, E. O novo modelo agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no norte do Paraná. In: ROSAS, C. A. R. F. (Org.). **Perspectivas da Geografia Agrária no Paraná**: abordagens e enfoques metodológicos. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 25-38.

STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOMAZI, N. D. **“Norte do Paraná”**: história e fantasmagorias. 1997, 342f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31883/T%20-%20NELSON%20DACIO%20TOMAZI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 out. 2018.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudo Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>>. Acesso em: 07 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 23-44, ago./dez. 2002. v. 6, n. 1, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

## FONTES

ANTONELLI, D. Diário da Ruína. Pequena crônica da era cafeeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jul. 2015a. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/pequena-cronica-da-era-cafeeira-can6qw1fqoazawq5x9lwjbt6t/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Entrevista. O Norte do Paraná tem saudades dos tempos da cafeicultura. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jul. 2015b. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-norte-do-parana-tem-saudades-dos-tempos-da-cafeicultura-f0bzx9jkn7ftnl8a2xl5hl2e/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Geada negra é fundamental para entender o PR, diz documentarista. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jul. 2015c. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/geada-negra-e-fundamental-para-entender-o-pr-diz-documentarista-9a7naak73bzw7e1101fezeg6/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

\_\_\_\_\_. O “Eldorado” não é mais aqui. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jul. 2015d. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-eldorado-nao-e-mais-aqui-1ol5yhpqOf2byxduni7spp18l/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, J. C. Memórias talhadas no gelo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/memorias-talhadas-no-gelo-dj5cjs493dkqzf4aqb0xxrhu8/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

BAGGIO: “a cafeicultura acabou”. **Panorama**, Londrina, 19 jul. 1975.

BANCO do Brasil confirma. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**: 1972/74. Brasília, dez. 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74)>. Acesso em: 05 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75\\_79/@@download/file/II%20PND%2075\\_79.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-75_79/@@download/file/II%20PND%2075_79.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Sugestões para Formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária**: edição especial do documento original de junho de 1972. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <<http://www.sct.embrapa.br/memoria/colecao/livropreto.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

CALAZANS expõe temores a Geisel. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975.

CAMPANHA: A geada passa, a terra fica. **Panorama**, Londrina, 24 ago. 1975.

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná. **Plano preliminar de diversificação da produção na região cafeeira**: programa de investimentos 1966-1971. Curitiba: 1966.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira: café. **Observatório Agrícola**, Brasília, Safra 2017, Quarto levantamento, v. 4, n. 4, p. 1-84, dez. 2017. Disponível em: <[https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe/item/download/16106\\_945205b3373e7ca8e09270a79fad36e9](https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe/item/download/16106_945205b3373e7ca8e09270a79fad36e9)>. Acesso em: 06 out. 2018.

EM CURITIBA, a neve. No Norte, nesta madrugada já estava geando. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975.

ESPERANÇA no PROAGRO. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jul. 1975.

FERNANDES, J. C. A longa viagem dos pés vermelhos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/a-longa-viagem-dos-pes-vermelhos-e905e4ylepi77jxd19njb2b2d/>>. Acesso: 01 set. 2018.

FIM DO CAFÉ? Só se o governo quiser. **PANORAMA**, Londrina, 20 jul. 1975.

FOI A PIOR geada. **Panorama**, Londrina, 19 jul. 1975.

FROST in Brazil Said to Ruin Half Of Coffee Crop and Peril Herds. **The New York Times**, New York, p. 10, 24. jul. 1975. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1975/07/24/archives/frost-in-brazil-said-to-ruin-half-of-coffee-crop-and-peril-herds.html>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

GEADA e neve. É o fim do café? **Panorama**, Londrina, 18 jul. 1975.

GEADA Negra: a História do Paraná, da economia cafeeira ao êxodo rural. Direção: Adriano Justino. Produção: Kosmos Noetós. Curitiba: Kosmos Noetós, 2008. 1 DVD (52 min.). son., color.

HÁ PERIGO de geadas. **Panorama**, Londrina, 17 jul. 1975.

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná. **Alerta Geada**. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=414>>. Acesso em: 02 set. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**: resultados preliminares. Disponível em: <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76256](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76256)>. Acesso em: 02 out. 2018a.

\_\_\_\_\_. **Estado do Paraná: Mesorregiões Geográficas.** In: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/mesorregioes\\_geograficas\\_base\\_2010.jpg](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.jpg)>. Acesso em: 26 set. 2018b.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos municípios segundo as regiões geográficas do Paraná – 2012.** Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/relacao\\_mun\\_regiao\\_geografica\\_parana.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf)>. Acesso em 26 set. 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

JAIME Canet a Geisel: não sobrou um pé de café e o trigo foi dizimado. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975.

JUSTINO Vilela: temos que imitar a Colômbia. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975.

LEMBRANDO as velhas crises. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975.

MAS O CAFÉ não se acaba. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Proagro.** 06 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/riscos-seguro/risco-agropecuário/proagro>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

NÃO SOBROU um único pé de café. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 jul. 1975.

OLIVEIRA, F. A recuperação da economia paranaense. **Panorama**, 20 jul. 1975.

**Panorama**, Londrina, 25 mar. 1975.

PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Jayme Canet Junior, governador do estado.** Curitiba, 1977. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1977\\_Jayme\\_Canet\\_Junior.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1977_Jayme_Canet_Junior.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Paulo Cruz Pimentel.** Curitiba, 1970. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1970\\_mfn\\_1661.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1970_mfn_1661.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga.** Curitiba, 1961. Disponível em:

<[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1961\\_Governo\\_MFN\\_1663.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1962. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1962\\_Governo.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1962_Governo.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1963. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1963\\_MFN\\_1664.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1963_MFN_1664.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1964. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1964\\_Governo\\_MFN\\_948.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1964_Governo_MFN_948.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1965. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1965\\_MFN\\_1667.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1965_MFN_1667.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

PARANÁ, L. C. Intérprete: Cascatinha & Inhana. **Flor do Cafezal**. In: 25 ANOS DE AMOR. Rio de Janeiro: RCA Camden, 1967. 1 LP. Faixa 3.

ROHTER, L. Frost Damages Coffee in Brazil. **The Washington Post**, Washington, 25 ago. 1978. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1978/08/25/frost-damages-coffee-in-brazil/09701525-3525-486e-858e-405f42fd10db/?noredirect=on&utm\\_term=.ce25468f1a66](https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1978/08/25/frost-damages-coffee-in-brazil/09701525-3525-486e-858e-405f42fd10db/?noredirect=on&utm_term=.ce25468f1a66)>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SALDANHA, N. O problema social aumenta. **Panorama**, Londrina, 20 jul. 1975.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano de Incentivo à Cafeicultura Paranaense**. Curitiba: ACARPA, 1969.

WILLE, J. (Ed.). **O fim dos cafezais paranaenses em 1975**. Portal Memória Paranaense. Disponível em: <<http://www.memoriaparanaense.com.br/2018/08/04/memoria-os-antigos-cafezais-paranaenses/>>. Acesso em: 19 set. 2018.